UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” - UNESP

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA – FCLAR

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**POTENCIALIDADES, FRAGILIDADES E
PERSPECTIVAS DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA
(ESS) NO SÉCULO XXI: UM OLHAR CRÍTICO-
REFLEXIVO**

LEANDRO PEREIRA MORAIS

TEXTO CRÍTICO PREPARADO
COMO UM DOS REQUISITOS PARA O
PLEITO DO TÍTULO DE LIVRE
DOCÊNCIA

ARARAQUARA

SETEMBRO DE 2023

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA	8
1.1. Elementos constitutivos da Economia Social e Solidária	14
1.2. Especificidades da Economia Social e Solidária no Brasil	18
1.2.1. <i>A política pública de economia solidária no Brasil: breves relatos sobre a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)</i>	25
2. POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA E A IMPORTÂNCIA DE SEU ECOSISTEMA EMPREENDEDOR	30
2.1. Contribuições da Economia Social e Solidária para o desenvolvimento territorial sustentável.....	31
2.1.1. <i>Conexões entre a Economia Social e Solidária e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</i>	44
2.2. Fragilidades da Economia Social e Solidária	57
2.3. Importância do ecossistema empreendedor para a Economia Social e Solidária.....	65
2.3.1. Elementos para pensar o ecossistema brasileiro de Economia Social e Solidária.....	75
2.4. Internacionalização institucional como mecanismo de fortalecimento da Economia Social e Solidária.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99

INTRODUÇÃO

A Economia Social e Solidária (ESS) é um fenômeno que tem ganhado crescente visibilidade econômica, social, política e acadêmica nos últimos tempos. Atualmente, em vários países, sob diferentes denominações, constata-se o crescimento de iniciativas de produção, de consumo, de trabalho e de prestação de diversos serviços sociais organizados nesta perspectiva. A presença e a progressiva amplitude deste campo de práticas suscitaram programas e ações, de variadas organizações, em âmbitos nacional e internacional, no sentido de promovê-las como opção de trabalho e de renda. Ao mesmo tempo, provocou-se um estado permanente de debates entre líderes políticos e sociais, militantes, praticantes e estudiosos, acerca de suas principais causas explicativas e de sua importância para a construção de alternativas de desenvolvimento, em níveis local, regional, nacional e global.

No entanto, a ESS constitui uma realidade econômica heterogênea, marcada por uma série de dificuldades e contradições no que tange à sua definição, conceituação, delimitação de suas atividades e de suas organizações e, conseqüentemente, de sua mensuração. Vale lembrar que este setor inclui unidades econômicas vinculadas a atividades de diferentes setores e que podem estar presentes em várias fases do processo produtivo, de consumo e de comercialização. Além do que, em cada país ou região, é tratada com terminologias diferentes que se deixam confundir facilmente.

Ou seja, a expressão ESS não está isenta de ambiguidades, uma vez que convive com expressões de diversos tipos, tais como: economia social, setor voluntariado, filantrópico, não monetário, não lucrativo, de interesse social, terceiro setor, Organização Não Governamental (ONG), economia solidária, economia social e outras que, embora tentem descrever realidades similares, nem sempre delimitam o mesmo campo de atividades. Mais recentemente, novas terminologias ampliaram ainda mais o escopo (ou o desentendimento) da ESS, através de designações como economia colaborativa, do compartilhamento, economia verde, economia circular, economia de plataforma etc.

Nesse sentido, conforme já atentado, para Cruz (2006, p. 37), a ESS “é uma expressão conceitual em disputa” ou, cujo significado é “objeto de viva polêmica”, onde

“aqueles que defendem a utilização da expressão não coincidem no seu sentido, e aqueles que a criticam, obviamente, não coincidem também em suas críticas”.

Em outras palavras, o termo ESS contempla uma multiplicidade de opiniões, ou seja, o conceito carece de aceitação e implementação generalizadas. Do ponto de vista ‘científico’, *“observa-se a coabitação de diferentes representações, correntes e concepções as quais se apoiam em ideologias distintas e, em alguns casos, até contraditórias”* (Serva & Andion, 2006, p. 39). Ainda na concepção destes autores, *“a pluralidade de um campo teórico em formação é, em grande medida, o reflexo de um campo da práxis formado por múltiplos atores, interesses e estratégias, em constante disputa”* (p. 85).

Na prática, à luz de intensos debates ocorridos ao longo das Academias Internacionais de Economia Social e Solidária, promovidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2010 a 2022¹, alguns “consensos” foram estabelecidos, através de muito diálogo e reflexões em âmbito global. Dentre eles, a definição do que convencionaram chamar de ESS. Em documento oficial da OIT (2022), intitulado de *“Resolução relativa ao Trabalho Decente e a ESS”*, considera-se como “entidades” da ESS empresas e organizações que realizam atividades de interesse coletivo, baseados em princípios de cooperação voluntária e de ajuda mútua, governança democrática e participativa, autonomia e independência, além da primazia das pessoas e o fim social sobre o capital na distribuição e no uso dos excedentes ou benefícios. Como tipos de empreendimentos, entidades e organizações, contemplam-se as cooperativas, as associações, as mútuas, as fundações, as empresas sociais, os grupos de troca e ajuda mútua, os bancos comunitários de desenvolvimento, assim como outras entidades que operam segundo estes valores e princípios.

Independentemente da terminologia utilizada, das dificuldades de conceituação, definição e de mensuração, entende-se que a ESS pode ser um instrumento de geração de trabalho e renda, em uma perspectiva mais inclusiva e sustentável. Esta hipótese foi levantada e estudada por Moraes (2013). A realização deste trabalho se justificou pela curiosidade em aprofundar os estudos – teórico-conceituais e práticos – acerca deste

¹ Este tema, referente à internacionalização da ESS, será retomado posteriormente.

instigante tema. Para tal, estudos anteriores foram realizados pelo autor com o intuito de aprender, apreender e desaprender aspectos neste campo de investigação.

Inicialmente, Morais (2007 a) focou no entendimento teórico-conceitual do que considerou como “*complexo e controverso setor*”. Este artigo permitiu uma aproximação à literatura que tratou das origens históricas do conceito e de suas diferentes linhas de interpretação que, por sua vez, originou-se de trabalho prévio que objetivou tratar as diferenças conceituais entre a Espanha (país considerado como de referência na elaboração de uma definição específica e amplamente utilizada no país) e o Brasil (país onde a definição estava-se por se construir) (Morais 2007).

Posteriormente, os trabalhos se focaram, fundamentalmente, em duas direções: i) na relação do tema com as políticas públicas e suas possibilidades de emancipação de “*grupos-problema*” (Morais & Bacic, 2008, 2009, 2009 a, 2011; Morais, 2012) e ii) na relação do tema com as possibilidades de emergência de novos paradigmas de produção e de consumo (Morais, Borges & Bacic, 2010; Morais & Borges 2010).

Destes estudos concebidos pelo autor aos dias atuais, outros trabalhos foram desenvolvidos, tendo como eixo a ESS, no entanto, se transversalizando com outras frentes temáticas, tais como a segurança alimentar, a questão habitacional, o turismo comunitário, a problemática dos resíduos sólidos, as tecnologias e as inovações sociais, as políticas públicas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o ecossistema para a ESS etc. Estes estudos e trabalhos, tanto na forma de artigos publicados em periódicos, livros ou anais de congressos, bem como conteúdo para discussão e reflexão em Grupos de Trabalho, palestras, seminários etc., no Brasil e no exterior, permitiram que se concebesse um conjunto de ideias e de reflexões em prol da ESS e da construção de modelos inclusivos e sustentáveis de desenvolvimento.

Vale mencionar que boa parte deste conteúdo foi discutido e pautado em diversos Fóruns Internacionais, no espaço da criada Força Tarefa das Nações Unidas para a Economia Social e Solidária (UNTFSSSE), onde o autor deste trabalho é membro fundador. Como se verá adiante, através desta Força Tarefa e de seu trabalho político, acadêmico e diplomático de internacionalização institucional da ESS realizado ao longo desta última década, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, em abril de 2023, a primeira Resolução de sua história para a ESS, chamada “*Promover a ESS para o*

desenvolvimento sustentável” (2023)². Isto é um importante demonstrativo do reconhecimento deste tema em âmbito global.

No entanto, todo o material do autor encontrava-se esparso e fragmentado pelas “estradas da vida”. Sendo assim, quando na decisão da realização do Concurso ao pleito da Livre Docência e a inerente obrigatoriedade em se produzir um texto crítico ou uma tese, deparou-se com a oportunidade em realizar um olhar crítico-reflexivo no conjunto de sua obra. Eis o objetivo e o propósito deste trabalho: apresentar um texto original, fruto de um olhar crítico-reflexivo, com o intuito de se encontrar “fios condutores” que permitam estabelecer certa coerência ao conjunto da obra concebida até então.

Apoiando-se em Santos (2019), entende-se que a constituição da perspectiva crítico-reflexiva se apoia na intenção de uma forma de pensar mais estruturada e sistematizada. Inspirando-se em Freire (1987), este olhar se dá a partir de relações dialéticas entre a sociedade, o sujeito e a educação, visando a transformação social. Para Santos (2019, p.88), “*a reflexão crítica visa provocar transformação da ação e da sociedade*”. Nesta direção, Magalhães e Fidalgo (2007), mencionados por Santos (2019, p. 90), afirmam que uma reflexão crítico-reflexiva se expressa por uma reflexão “*que deve permitir aos indivíduos olharem sua prática rotineira, perceberem suas escolhas políticas e, a partir daí, proporem a transformação das situações de desigualdade que vivenciam ou testemunham*”.

Do ponto de vista metodológico, em primeiro lugar, é necessário mencionar que este trabalho se situa no que Gil (2008, p.45), considera como “*pesquisa social*”, entendida “*como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social*”. Assim, ao elaborar este trabalho, na tentativa de se pautar por um olhar crítico-reflexivo, optou-se pela utilização de uma combinação de métodos.

De acordo com Gil (2008), este texto pode ser considerado como uma pesquisa exploratória e documental em seu conjunto, pois engloba a revisão bibliográfica, a observação participante (pesquisa-ação) e sistemática e a análise de documentos

²Disponível em:

<https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2F77%2FL.60&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>

diversos, na tentativa de estabelecer conexões entre o teórico e o empírico. Na visão do autor, para quem “*nem sempre um método é adotado rigorosa ou exclusivamente numa investigação*”, estes métodos “*visam fornecer a orientação necessária à realização da pesquisa social, sobretudo no referente à obtenção, processamento e validação dos dados pertinentes à problemática que está sendo investigada*” (Gil, 2008, p. 56).

Nesta direção e na tentativa de se estabelecer inicialmente a requerida coerência supramencionada, o texto se estruturará em duas grandes partes, além de suas considerações finais e referências bibliográficas. Após esta Introdução, a parte 1 tecerá considerações teórico-conceituais sobre a ESS, seus elementos constitutivos e as especificidades para o caso brasileiro. Na parte 2, se tratarão as potencialidades e as fragilidades da ESS, bem como a relevância em se constituir e/ou fortalecer o ecossistema empreendedor para seu apoio, incluindo sua internacionalização institucional.

1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

No Brasil e em âmbito internacional, a Economia Social e Solidária (ESS) vem se apresentando como um modelo alternativo de desenvolvimento, mais humano e inclusivo (Duque et al, 2021; UNTFSSE, 2022). No entanto, do que se trata este “setor”?

O campo de estudos e da *práxis* da ESS contempla diferentes correntes teóricas, que hoje influenciam o pensamento sobre o seu papel e o seu lugar na transformação do modo de produção capitalista. Ou seja, este campo é caracterizado pela permanente tensão, seja no que se referem às questões teórico-conceituais, seja entre as diferentes iniciativas locais, sua escala, seus contextos, suas especificidades, seus enquadramentos e seus modos de operação (Morais, 2013).

Assim, esta temática é permeada por embates e conflitos que vão da teoria à *práxis*, uma vez que envolvem diferentes posicionamentos em termos políticos, culturais, ideológicos e conceituais. No entanto, acredita-se que, conforme afirmou Vieira (2005, p.56), a ESS “*enquanto conceito possui uma tripla natureza. Ao mesmo tempo em que é um objeto empiricamente verificável, também é um movimento social e uma teoria propositiva da mudança socioeconômica*”.

Nesta perspectiva, Cruz (2006, p. 37), menciona que “*é difícil precisar o momento em que o termo começa a ser utilizado, e vários teóricos reivindicam para si a primazia na utilização do conceito*”³. Para este autor, conceituar estes “setores” é algo complexo,

“uma vez que é uma tarefa que se desloca do mero debate acadêmico, para incorporar-se aos olhares e propostas de um espectro amplo de atores sociais, do movimento sindical aos formuladores de políticas públicas, de instituições religiosas a organismos multilaterais.” (p.88).

Face a estas dificuldades, para Salinas (2003), deve-se levar em conta a existência de quatro correntes filosóficas: i) corrente socialista: inspirada no socialismo utópico de

³ Para Montolio (2002), provavelmente esta expressão foi empregada pela primeira vez pelo economista da Escola francesa liberal, Charles Dunoyer (1768-1862). Também Tremblay (2009) assegura aos franceses a utilização pioneira ao termo Economia Social.

Saint-Simon, Owen, Fournier e Bichez; corrente esta que tendia relacionar-se ao socialismo; ii) corrente cristianismo social transformista: fortemente inspirada pelos católicos mais progressistas e tido como ponto de partida a fundação da “Sociedade da Economia Social”, em 1856, por Le Play; iii) corrente liberal: influenciada por Dunoyer e Walras, defensores das associações populares e de trabalhadores como enfrentamento aos desequilíbrios do sistema capitalista e iv) corrente do pensamento solidário: subdividida em duas correntes, uma de raiz católica, representada por Charles Gide e, outra, de origem republicana, inspirada em Bourgeois, que reconhecia a solidariedade como um novo valor social.

De acordo com Salinas (2003), a ESS se manifestou em três momentos históricos, a saber: i) “subterrâneo” (1830-1890): surgiu a partir das correntes de pensamentos associativos, cooperativos e mutualistas para contraporem cientificamente aos canônicos clássicos da economia que não consideravam as tendências desumanas do capitalismo no arcabouço teórico-conceitual de análise da economia clássica; ii) a partir de 1900: tentativas de inserir o estudo e a análise da ESS como disciplina complementar à Economia Política, visando orientar a definição e interpretação das políticas da época; iii) a partir da década de 1970: embasada pela ideia de associatividade e cooperação, a ESS passa a ser vista como um procedimento pós – keynesiano de saída da crise, através da reorganização dos setores populares para incorporar-se às atividades produtivas e de serviços ineficazes e ineficientes realizados tanto pelo Estado quanto pelo mercado.

Já na visão de Moreno & Chaves (2006), na literatura econômica ocidental, podem-se detectar três enfoques teóricos bem definidos: a) enfoque da “Economia Social”, tido como o mais antigo, mais consolidado e bastante divulgado e utilizado na Europa; b) enfoque das organizações “*Non Profit*” e c) enfoque da “Economia Solidária”, o mais recente e utilizado na América Latina e no Brasil⁴.

A diversidade terminológica existente foi minuciosamente descrita por Moreno (1996) e, de acordo com a autora, os termos mais frequentes são:

1) “*Terceiro Setor*”: quando se faz alusão aos dois outros “Setores”, a saber, Estado e Privado Capitalista;

⁴ Uma discussão detalhada sobre os aspectos teóricos e conceituais pode ser encontrada em Morais (2013).

2) “Setor Voluntário”: termo que tem como característica básica o caráter voluntário de uma parte muito relevante de pessoas que forma, trabalha e dirige atividades voluntárias;

3) “*Setor Não Lucrativo*”: termo empregado pelo Sistema Nacional de Contas Integradas das Nações Unidas que enfatiza o caráter não lucrativo de organizações que conformam o terceiro setor, entendendo que suas ações não têm o objetivo de obter benefícios para distribuí-los entre os indivíduos que as conformam, mas sim para designá-los a outros fins socialmente determinados;

4) “*Setor Filantrópico*”: referem-se àquelas organizações que canalizam recursos pessoais e materiais em prol de causas públicas ou sociais, sendo muito utilizado quando se tratam das Fundações;

5) “*Setor Caritativo*”: termo que enfatiza o apoio que o terceiro setor recebe da sociedade em geral, em forma de doações privadas, para objetivos de caridade ou utilidade social que os depositantes depositam o próprio setor;

6) “*Organizações Não Governamentais*” – ONG’s: termo que se refere àquelas entidades privadas que visam a promoção socioeconômica dos países mais subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento;

7) “*Setor Independente*”: termo que é utilizado para ressaltar o papel que o terceiro setor possui como força independente tanto frente à atividade do setor público, como com respeito ao setor lucrativo ou maximizador do benefício das atividades capitalistas;

8) “*Setor Intermediário*”: análogo ao anterior, enfatiza o papel do terceiro setor não lucrativo como terceira força social, ou seja, como o setor “mediador” entre os interesses do mercado e o das políticas das agências públicas, embora mantendo relações com ambos agentes;

9) “*Setor Isento de Impostos*”: considerando que na maioria dos países este setor desfruta de uma fiscalidade favorável, ou seja, com benefícios e isenções tributárias;

10) “*Economia Social*”: denominação que abarca tanto entidades genuínas do Terceiro Setor (Fundações, Associações), como a certas entidades de tipo comercial, mais orientadas ao mercado, tais como cooperativas, mútuas, etc.

Tremblay (2009) também enumerou, por países, diferentes terminologias, como “*Social Economy*” (EUA e Canadá), “*Solidarity Economy*” (Argentina, Brasil, Chile e Quebec), “*People’s Economy*” (Ásia), “*Associative Movements*” (Senegal e Turquia), “*Civil Society*” (África do Sul) e “*Community Economic Development*” (Austrália, Nova Zelândia e Canadá anglofôno).

Mais recentemente, Chaves & Monzón (2018) trouxeram ao debate o que cunharam como conceitos “emergentes” ou “neoconceitos” no campo da ESS, tais como economia criativa, circular, colaborativa, inovação social, responsabilidade social empresarial, economia do bem comum etc. Os autores reconhecem que a ESS conforma um espaço da realidade econômica integrado por formas organizativas criadas pelas pessoas para dar resposta às suas próprias demandas socioeconômicas, com base na existência de uma pluralidade de formas de entidades e organizações, configurando-se, portanto, uma realidade multiforme. Nesta perspectiva, propugnam que tal pluralidade de conceitos afins apresentam três sentidos que devem ser mencionados: i) conformam realidades socioeconômicas em si mesmas; ii) são construções intelectuais elaboradas para analisar e apreender tais realidades, abarcando diferentes paradigmas e “cosmovisões científicas” e iii) são também projetos e “imaginários sociopolíticos”.

Com o objetivo de proceder a uma sistematização cruzando as diferentes definições de ESS, com seus princípios operacionais e tipos de organizações e entidades, Gutberlet, Besen & Morais (2020), após exaustiva revisão bibliográfica internacional, nos apresentam o seguinte Quadro sintético:

Quadro 1 – Definições, princípios operativos e entidades de ESS

Heterogeneous definitions of SSE	SSE Operational Principles	SSE Entities
Third sector Voluntary sector Non-profit' sector Philanthropic sector Charitable sector Non-governmental organizations (NGOs) Intermediate sector Tax-free sector Social and solidarity economy Social Economy Solidarity Economy People´s economy Associative movements Civil Society Community Economic Development	social value fair trade responsible and conscious consumption democratic and popular management social, political and gender empowerment local development production of goods and services with socio-political and economic impact of communities Collectivity Reciprocity mix of market and non-market resources social, economic, political and cultural transformation of territories social cohesion popular economy	cooperatives mutual benefit societies associations foundations social enterprises recovered factories community banks exchange clubs solidarity economic enterprises

Fonte: Gutberlet, Besen & Morais (2020)

Para se ter uma ideia da produção acadêmica atual, Duque et al (2021) realizaram uma revisão sistemática da literatura sobre ESS, com base em um levantamento bibliométrico, entre 2000 e 2020, nas bases *Web of Science* e *Scopus*. Apoiando-se na análise de redes, os autores chegaram às seguintes conclusões da produção neste período em referência: i) 1297 publicações registradas em ambas bases de busca, em inglês (55%), espanhol (22%) e francês (7%); ii) os estudos na área cresceram, em média, a uma taxa anual de 15%, sendo que mais da metade das publicações foram realizadas nos últimos cinco anos; iii) Espanha (17,5%), Canadá (11,6%) e Estados Unidos (7,7%) são os três países com maior número de publicações; iv) os países francófonos e anglo-saxões são os que principalmente determinam as raízes teóricas sobre ESS; v) quatro linhas de investigação se destacam: empreendimento social; desenvolvimento comunitário e sustentabilidade; o papel da ESS em países emergentes, com ênfase na América Latina e cooperativismo e ESS.

Inspirados por Duque et al (2021) e atentando-se ao construto conceitual de ESS relacionado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁵, Alarcón, Álvarez & Morais (2022), após a realização de análise de redes (“Tesauro”) na base *Scopus*, teceram algumas considerações. Dentre elas, ressalta que o peso da produção científica mundial sobre ESS, nos últimos 40 anos, concentra-se mais de 80% nos seguintes países: Espanha, China, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, França, Brasil, Itália, Portugal, Bélgica, Grécia, Austrália, Holanda, Colômbia, Alemanha, Equador, México, Coreia do Sul e Suécia. Essa literatura de pesquisa é divulgada principalmente em inglês, seguida pelo espanhol, produzida, fundamentalmente, em países como Espanha, Portugal, Argentina, Brasil e Colômbia.

No que se refere à relação entre ESS e ODS, a pesquisa apontou que a literatura vem crescendo, mas ainda se encontra em fase incipiente em termos de metodologias mais robustas para comprovar os impactos das experiências de ESS para a implementação dos ODS. Os autores ressaltam também que a heterogeneidade de termos, de certa forma, retarda o progresso científico, embora reconheçam a relevância da pluralidade de formas e de conceitos. No entanto, do ponto de vista metodológico, sobretudo quantitativo, será necessário agregar conceitos a partir de certo consenso conceitual sobre o título da ESS, para evitar a dispersão do quadro de análise e contribuir para o avanço da área de estudo. De fato, a análise efetuada permite obter classificações que incluem diferentes significantes, com o mesmo significado e os mesmos princípios comuns, o que ajudaria a ponderar a eficácia tanto das políticas públicas de promoção da ESS como das que são deliberadas pelas instituições componentes.

Desta forma, a grande quantidade de terminologias é justificada pelos diferentes modos de geração, atuação e comportamento que este setor se manifesta nos diferentes países. Ou seja, em cada nação, assim como em cada região, se adotam distintas terminologias para fazer frente ao setor, de acordo com aspectos históricos, culturais, políticos, jurídicos, etc (Utting, 2022). Além do que, conforme salientaram Moreno & Chaves (2006, p. 91): *“la elección de éstos como objeto de estudio por parte del científico social evidencia la existencia de juicios de valor en el proceso científico y denota una indudable carga política y ideológica”*.

⁵ Serão tratados posteriormente.

1.1. Elementos constitutivos da Economia Social e Solidária

Mediante a falta de consenso para definir, classificar, mensurar e sistematizar o campo da ESS e quais organizações fazem parte, é mister apresentar alguns elementos característicos que acadêmicos, profissionais e políticos vêm utilizando para identificar estas organizações, entidades e empreendimentos. Nesse sentido, ao detectar tais elementos, é possível também diferenciar tais organizações e empreendimentos dos “tradicionais”.

O traço característico inicial é a premissa de que produzem bens ou serviços com “*valor social*”. Em outras palavras, o Conselho Mundial de Cooperativas de Crédito resume em: “*no por el lucro, no por la caridad, sino por el servicio*”. Assim, o lucro (ou o “excedente”) é essencial para a sustentabilidade e o desenvolvimento das organizações e empreendimentos da ESS. No entanto, não é considerado como meta final, além do que, ele é utilizado e distribuído segundo as regras específicas inerentes às estruturas jurídicas previamente acordadas e definidas. O excedente produtivo (ou lucro, na designação tradicional) é necessário para a viabilidade socioeconômica dos EES e são, geralmente, utilizados para a ampliação dos negócios e aprimoramento dos recursos humanos e da infraestrutura dos atores envolvidos.

Para Fonteneau, et al (2010); Chaves & Monzon (2018) e OIT (2022), outras características, além da função econômico-social, podem nos ajudar a identificar organizações e empreendimentos da ESS. São elas: solidariedade, participação voluntária, autonomia, autogestão, governança democrática, dimensão coletiva e preocupação com o entorno.

Como exemplos de organizações e empreendimentos associados à ESS, citam-se: cooperativas, ONG’s, fundações, institutos, associações, empresas sociais, sociedades mutuas, empreendimentos econômicos solidários (EES, no caso específico do Brasil). Todas elas passíveis de ampla discussão acerca de sua efetividade enquanto ESS (Morais & Bacic, 2018).

Em termos gerais, a partir de Fonteneau et al (2010), bem como do amplo debate internacional registrado em Moraes (2021), pode-se dizer que:

a) A ESS refere-se a formas específicas de organizações e empresas, sendo os tipos mais comuns, as cooperativas, as sociedades mutuais, as associações, as organizações comunitárias, as empresas sociais, as fundações. Constitui-se, portanto, em grupo de organizações dinâmicas e em evolução;

b) As organizações de ESS possuem características comuns que as diferenciam de organizações da economia pública e da economia privada tradicional, pois compartilham princípios operativos específicos baseados na participação, na solidariedade, na inovação, na incorporação voluntária e na propriedade coletiva;

c) A amplitude existente de denominações são conceitos divergentes, porém relacionados. Todos possuem certas origens geográficas e antecedentes teóricos que enfatizam dimensões particulares desta forma econômica;

d) As organizações de ESS podem oferecer vantagens comparativas para abordar os desafios sociais, econômicos e políticos em todo o mundo, incluindo a coesão social, o “empoderamento” e o reconhecimento de uma economia plural;

e) A ESS está, portanto, adquirindo mais importância no momento atual, tendo em vista a crise econômica global, uma vez que as saídas exigirão, dentre outros aspectos, um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável (Dash & Morais, 2016).

Em resumo, como se tentou mostrar, a ESS pode ser definida como

“um conceito que se refere a empresas e organizações, em particular cooperativas, sociedades de benefício mútuo, associações, fundações e empresas sociais, que especificamente produzem bens, serviços e conhecimentos, enquanto persegue objetivos econômicos e sociais e promove a solidariedade.” (Borzaga, Salvatori & Bodini, 2017).

Nesta perspectiva, Rodríguez (2018, p. 6) bem sintetiza a ESS como um conjunto de práticas socioeconômicas que *“combinan la empresarialidad cooperativa con la asociación de personas en busca de satisfacer necesidades”*⁶. Incluindo, assim como já

⁶ Tal conceito pode ser verificado na prática, por exemplo, a partir das experiências reais, em diversos países, de cooperativas que atuam em diversos segmentos; experiências estas que podem ser encontradas em: <https://www.ilo.org/global/topics/cooperatives/lang--en/index.htm>

enunciado, os atores tradicionais da “economia social” (associações, cooperativas, instituições mutualistas e fundações), da “economia solidária” (empreendimentos econômicos solidários), bem como uma variedade de outros tipos de organizações que emergiram nos últimos anos, tais como as “empresas sociais”, particularmente na Europa, Ásia e América do Norte, assim como as “cooperativas sociais” ou “populares” na América Latina (OIT, 2022).

Para se ter uma ideia da amplitude da ESS em âmbito mundial, em termos econômicos, de emprego, de número de organizações e de membros, vale mencionar alguns dados:

a) existem cerca de 1 bilhão de membros de cooperativas no mundo nas mais de 3 milhões de cooperativas existentes, em 93 países de abrangência da Aliança Cooperativa Internacional (ACI). As cooperativas oferecem empregos ou oportunidades de trabalho a 10% da população empregada, e as trezentas maiores cooperativas ou grupos cooperativos mundiais geram US\$ 2,3 trilhões em faturamento anualmente (ACI, 2022)⁷;

b) No Canadá e na Noruega, 1 em cada 3 pessoas são membros de cooperativas, enquanto nos EUA, a proporção é de 1 a cada 4 e no Quênia, 1 a cada 5;

c) Dados da Federação Internacional de Cooperativas e Seguros Mutuais (ICMIF, 2021)⁸ mostram que há mais de 300 milhões de membros, com USD1,7 trilhão em ativos totais, sendo que, em 2020, a pesquisa de 2021, para investimentos de 2020, o valor investido por seus membros em estruturas de investimento sustentável aumentou para US\$ 576 bilhões;

d) A Associação Internacional de Mutualidades é um grupo de organismos de seguro de saúde e proteção social que opera segundo os princípios de solidariedade e com orientação não lucrativa, com membros na Europa, América Latina e do Norte e África do Norte e Subsaariana. Na Europa, a Associação contempla mais de 100 milhões de afiliados e cerca de 170 milhões de beneficiários⁹;

⁷ <https://www.ica.coop/en>

⁸ <https://www.icmif.org/>

⁹ <https://www.aim-mutual.org/>

e) A União Internacional Raiffeisen é uma associação voluntária mundial de organizações cooperativas que contabiliza mais de 900 mil cooperativas e 500 milhões de membros em mais de 100 países¹⁰;

f) Dados do *World Cooperative Monitor* (2022)¹¹ a partir de um mapeamento em 2.575 organizações cooperativas nos traz algumas informações interessantes da dinâmica das cooperativas na Europa, América, Ásia e Pacífico e África, em termos de faturamento, PIB per capita, setor de atividade etc. Para além da visibilidade da expressiva dimensão econômica das cooperativas, este trabalho reforça a conexão do movimento cooperativo e a implementação dos ODS da Agenda 2030;

g) Outras importantes experiências – tidas como “*bottom-up*” - tais como o Forum Social Mundial, a Reunião Internacional sobre Globalização da Solidariedade, a Rede Intercontinental para a Promoção da ESS, a Assembleia de Cidadãos Asiáticos por uma Economia Solidária, a Conferência Internacional sobre ESS, as Academias Internacionais de ESS da OIT, os Encontros de Mont Blanc e do Global Social Economy Forum etc também nos mostram a relevância da ESS em todo o mundo.

Como se pode notar, as diversas formas de organizações que compreendem a ESS podem ser encontradas em todo o mundo. Além do que, possuem um papel de grandes protagonistas do processo de desenvolvimento econômico e social em uma grande variedade de atividades econômicas e contextos geográficos e culturais (Borzaga, Salvatori & Bodini, 2017). O tópico a seguir pretenderá abordar esta questão para o caso brasileiro.

¹⁰ <https://www.iru.de/>

¹¹ Disponível em: https://monitor.coop/sites/default/files/2022-11/WCM_2022.pdf

1.2. Especificidades da Economia Social e Solidária no Brasil

O termo ESS não é tradicional e consensualmente utilizado no Brasil, apesar das organizações que atuam na interface entre a economia e a sociedade constituírem um fenômeno social expressivo e cada vez mais reconhecido. No que diz respeito à esfera da *práxis*, percebe-se a existência de atores e formas jurídicas que constituem o campo, sendo as cooperativas as mais fáceis de se distinguir e com maior tradição em nosso país (Morais & Menezes, 2019; Moraes 2022).

Entretanto, *“longe de ser um campo homogêneo, ele é composto por disputas simbólicas, por contradições entre indivíduos e entre grupos, cada um buscando manter o seu lugar e conquistar novas posições em busca de hegemonia”* (Serva & Andion, 2006, p. 41). Inspirando-se nestes autores - que, inclusive, reconhecem a possibilidade de correr determinados riscos de imprecisões -, bem como em Moraes & Menezes (2019), com o intuito de fornecer um panorama geral da ESS no Brasil, podemos visualizá-la a partir das seguintes categorias: i) cooperativismo; ii) corrente do “terceiro setor” e iii) empreendimentos econômicos solidários.

Sobre a primeira categoria, conforme nos atenta Moraes (2022), o cooperativismo é parte de nossa história, sendo concebido com amplo apoio do Estado, sobretudo, em se tratando do ramo agropecuário. Sua institucionalidade jurídica se deu com o surgimento da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em 1969 e com a promulgação da Lei Geral do Cooperativismo (Lei 5.764), de 1971. Esta Lei definiu a Política Nacional do Cooperativismo brasileiro, instituindo também o regime jurídico das sociedades cooperativas no país. Desde então, o reconhecimento oficial do cooperativismo no país se dá a partir das cooperativas que estão credenciadas à OCB, contabilizando, em 2023 (com base nos dados de 2022), 4.693 cooperativas, 20,4 milhões de cooperados e 524 mil trabalhadores assalariados nas cooperativas (Anuário OCB, 2023)¹².

No entanto, há que reconhecer, assim como nos sugere Alves (2019), que, no Brasil, existem duas modalidades de cooperativismo, a “empresarial” – representada pela OCB e a “solidária”, representada pela União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS). A UNICOPAS surgiu em 2014, com o objetivo de congregar e

¹² Disponível em: <https://anuario.coop.br/>

organizar o cooperativismo popular e solidário, com base nos princípios da economia solidária, agroecologia, autogestão etc. É formada pela União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL), Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) e União Nacional dos Catadores (UNICATADORES). Seu último registro de mensuração contabiliza 2,5 mil associações e cooperativas e 800 mil trabalhadores¹³.

Atualmente, aguarda-se a aprovação do Projeto de Lei 519, de 2015, que versa sobre as sociedades cooperativas e a Política Nacional do Cooperativismo, considerado um dos principais Projetos que tramitam no Congresso Nacional referente ao cooperativismo no Brasil. Este Projeto, em síntese, se refere à revisão ou à modernização de determinados aspectos que regem o cooperativismo no país, amparado na Lei de 1971. Na visão de Ribeiro (2019), o PL 519 propõe adequações às necessidades do setor, especialmente com relação à constituição e ao funcionamento das cooperativas, incluindo as cooperativas solidárias, de modo que o sistema cooperativista não se encontre plenamente representado apenas pela OCB.

Em se tratando da corrente do terceiro setor, entende-se que este “segmento” do que alguns consideram como ESS, está voltado para o estudo das organizações que não possuem objetivo de lucro e que visam a promoção do interesse geral. Nesta direção, o termo “terceiro setor” é empregado na mesma acepção originária dos países anglo-saxões, ou seja, referindo-se ao conjunto de organizações que atuam na esfera pública e não pertencem ao aparelho burocrático do Estado, nem ao setor das empresas privadas e demais instituições que integram a economia de mercado. Refere-se, portanto, a um conjunto de organizações como as Organizações Não Governamentais (ONG’s), fundações, institutos empresariais, entidades filantrópicas, organismos internacionais de cooperação, etc. Esta corrente é profundamente influenciada pelos autores americanos ligados ao que consideram como *Non Profit Organizations* (NPO), que a veem como uma forma de compensação das “falhas” de um sistema centrado na economia e no mercado. Neste particular, conforme notaram Serva & Andion (2006, p. 55), “as ideias de Jeremy Rifkin têm tido grande aceitação por essa corrente no Brasil ao pregar a absorção dos

¹³ <https://unicopas.org.br/institucional/>

desempregados da economia de mercado pelas organizações de um terceiro setor fortalecido”.

Do ponto de vista da quantificação desse segmento no Brasil, nota-se uma significativa desatualização dos dados que o mensuram. O último mapeamento completo foi feito em 2004, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). O estudo intitulado “As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil”, utilizou-se dos dados do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE - IBGE), a partir de tabulações especiais que levaram em conta cinco parâmetros para selecionar o objeto de estudo: entidades privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, autoadministradas e voluntárias. À época, o estudo revelou informações interessantes sobre o setor, nos mostrando que as organizações eram relativamente novas, pois 62% foram criadas a partir dos anos de 1990. Recentemente, no Brasil, este segmento é representado por instituições como ABONG, GIFE, Instituto Ethos e Instituto de Cidadania Empresarial (ICE).

No que se refere ao campo dos empreendimentos econômicos solidários (EES), o termo “*solidário*” se aplica levando em conta a ideia de “*solidariedade*”, em contraste com o individualismo competitivo, característico do comportamento econômico das empresas capitalistas. Sob este conceito se aglutinam um conjunto de organizações que, de um lado, fomentam a solidariedade entre os membros a partir da autogestão e, por outro, praticam a solidariedade entre os trabalhadores em geral, com maior ênfase nos mais desfavorecidos (Singer, 1997). Para o autor, é possível organizar a produção e o consumo sem ser necessariamente “*pelo molde do grande capital*” (p.9).

Para tal, Singer defende as cooperativas de produção, de consumo e de trabalho, bem como outras formas de organização que contemplam a economia solidária onde “*a solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos, deve assegurar a cada um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal e contábil*” (Singer, 1997, p.10). Adicionalmente, para o autor, a economia solidária “*foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego*” (Singer, 2002, p. 83), em um contexto onde no capitalismo a arma dos desprovidos de

capital é a solidariedade¹⁴, sendo a economia solidária definida como um conjunto composto por diferentes tipos de “empresas” que surgem como reação às carências que o sistema dominante se nega a resolver (Singer, 2000).

Assim como notou Vieira (2005), no campo teórico, a maioria dos autores tratou a economia solidária como “*projetos carregados de elementos utópicos*” (p.12), estruturados como proposta alternativa de organização socioeconômica. Já para Lisboa (1999), a economia solidária deve ser entendida dentro do que chama de “socio-economia solidária”, pois se trata de um novo modo de produção e de consumo que não se refere a um setor “não - mercantil” ou “não – monetário”, como a “economia da dádiva”, nem tampouco a um setor “não – lucrativo” como o “terceiro setor”, mas a um setor que deve obter excedente, bem como se adequar e se impulsionar pelas novas tecnologias, em uma sociedade em rede.

Especificamente para o caso brasileiro, Pereira (2011) propõe uma tipologia para a identificação da economia solidária, a partir de quatro visões: a) economia solidária como ensejo ao socialismo; b) economia solidária como forma de produção anticapitalista e plural, mas que não enseja o socialismo; c) economia solidária como política inovadora, de caráter republicano e orientada para o desenvolvimento e d) crítica às teses pró economia solidária.

Em relação à primeira visão, de acordo com a autora, esta se encontra nos trabalhos de Paul Singer realizados desde meados dos anos 1990. Singer identifica as transformações estruturais do capitalismo no fim do século XX como ponto de partida para uma forma superior de produção alicerçada no trabalho, na propriedade e gestão coletivas: a economia solidária. Herdeira do socialismo utópico, antagônica ao capitalismo e sem cometer os mesmos erros do socialismo real, aos poucos ela acumularia resultados econômicos e políticos que a tornariam o modo de produção dominante.

A segunda visão, que entende a economia solidária como forma de produção anticapitalista e plural, mas que não enseja o socialismo, Pereira (2011) atribui aos trabalhos de Luiz Inácio Gaiger, também realizados desde meados dos anos 1990. O autor identifica a economia solidária como portadora de uma viabilidade econômica singular: combinando recursos mercantis, não-mercantis e não-monetários, ela proveria resultados

¹⁴ Segundo Lima (2003), ao se tratar do tema da economia solidária, deve-se levar em conta a confluência de muitas correntes e o vasto e heterogêneo agregado de atividades que, no momento se expandem, mas que ainda não consistem num campo articulado. De todo modo, as formulações se convergem para um núcleo comum: a solidariedade como ângulo de todas as propostas; solidariedade esta que, para os críticos à ideia, serve de ponto de partida para sua argumentação, no sentido de inviabilizar a harmoniosa relação entre solidariedade e mercado capitalista (Vainer, 2000).

econômicos relevantes para os seus associados articulados a lutas por avanços na democratização da economia e da sociedade, em geral. Como notou a autora, não é uma tese exatamente distante das formulações de Singer e sua diferença fundamental é que, para Gaiger, a economia solidária é uma forma de produção que, ao menos no horizonte ora apreensível, não é capaz de colocar o capitalismo em questão.

No que se refere à terceira visão, Pereira (2011) associa aos trabalhos formulados por organizações e pesquisadores vinculados à *Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária*, realizados nos primeiros anos da década de 2000. Basicamente, segundo a autora, a política pública de economia solidária, ainda que em estágio de estruturação, anuncia-se como uma “*política de desenvolvimento de caráter republicano*”. De “*desenvolvimento*”, porque visa a geração associada de trabalho e renda, principalmente entre os mais pobres. “*Republicana*” porque o Estado reconhece e busca apoiar suas iniciativas, articulando-se às diversas organizações e segmentos da sociedade nela interessados.

Por fim, a quarta visão avança no sentido de realizar uma crítica às teses pró-economia solidária. De acordo com Pereira (2011), em seu levantamento bibliográfico, “*há uma rarefeita literatura que contesta a economia solidária como novidade e alternativa social no campo teórico, quanto às práticas econômicas e como política pública*” (p.5). No entanto, é possível encontrar na bibliografia teses sobre a economia solidária que propugnam a ideia de que os escritos pró-economia solidária são superficiais e autorreferenciados, além do que, suas iniciativas representam um retrocesso das lutas da classe trabalhadora.

Aos adeptos desta visão, as práticas da economia solidária são práticas econômicas subordinadas ao capital, especialmente manifestas sob as relações de subcontratação e subsistência. Também, a política pública feita sob seu nome é considerada perversa, pois sanciona os aspectos anteriores para frações dos estratos mais subalternos da sociedade brasileira. Indo além, a crítica se dá no sentido de que o triunfo das iniciativas de economia solidária é impossível, e que isso precisa ser reconhecido. Longe de apontar para o socialismo, a economia solidária “*responde adequadamente às contemporâneas necessidades do processo mais geral de dominação que lhe serve*”. Nesta perspectiva, a economia solidária se apresenta como tentativa de inserção dos trabalhadores no contexto da precarização do trabalho e de “*passivização*” da luta dos trabalhadores.

Em que pesem tais críticas e se reconhecendo as diferentes visões, do ponto de vista das experiências práticas no Brasil, para a extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que será tratada posteriormente, o termo economia solidária é definido como um “conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma de autogestão”. Por atividades econômicas entende-se às atividades relacionadas à produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo e consumo solidário. Vale também mencionar que as “organizações solidárias” referem-se às cooperativas, associações, empresas auto-gestionadas, grupos solidários, redes solidárias, clubes de troca, etc., a partir da ideia de “Empreendimentos Econômicos Solidários” – EES, que são organizações, singulares ou complexas, de caráter coletivo, onde trabalhadores /as do meio urbano ou rural exercem a gestão coletiva de seus empreendimentos e que podem ou não ter registro legal para a prática de suas atividades econômicas (Moraes & Bacic, 2021).

No que se refere à quantificação dos EES, ao longo da história da SENAES, foram realizados dois mapeamentos nacionais. O último mapeamento foi realizado e publicado em “A Economia Solidária no Brasil: uma análise dos dados nacionais”, sob a coordenação de Gaiger (2014). Tal mapeamento pode servir como caracterização da economia solidária no Brasil após treze anos de políticas públicas realizadas pela SENAES. Com base neste mapeamento, existiam 19.708 EES e 1.423.631 associados. Destes, quase 55% estavam na área rural, enquanto 34,8% na área urbana e 10,4% dos EES atuavam simultaneamente no espaço rural e urbano. Por regiões do Brasil, 41% dos EES estavam no Nordeste, 17% no Sul, 16% no Norte, sendo a mesma cifra no Sudeste e 10% no Centro – Oeste. Quanto à forma de organização dos EES, nota-se uma ampla predominância das associações, com 60% dos EES, 30,5% de grupos informais, 9% de cooperativas e menos de 1% sociedades mercantis.

Gaiger & Kuyven (2020) mostram que, no Brasil, a economia solidária se expandiu e ganhou reconhecimento público e acadêmico nas últimas décadas. Na visão dos autores, multiplicaram-se visões, definições e enfoques, gerando uma polissemia conceitual e interpretações diversas a respeito. Com base em dados do último Censo supramencionado, os autores destacam o valor metodológico das experiências e as explora sob vários prismas, em particular quanto à sua origem e seus sentidos, do ponto de vista de seus integrantes, seus itinerários de trabalho e suas aspirações. Nesse sentido,

os autores situam a economia solidária como um desdobramento de trajetórias que predisuseram certas categorias sociais à opção por formas coletivas de organização socioeconômica. Esse fato explica a heterogeneidade estrutural dessas práticas, a impropriedade de tratá-las como uma unidade empírica em si, e a conveniência de buscar em características latentes as suas lógicas instituintes.

Reconhecendo a importância do enfoque da economia solidária neste trabalho, bem como do processo de co-construção de sua política pública no Brasil, o seguinte tópico terá como objetivo trazer mais informações sobre esta dinâmica, que vai de seu surgimento em 2003 ao seu declínio, a partir de 2016 e, sobretudo, de 2018 em diante. A partir de 2023 pairam perspectivas positivas, estimuladas por novos ares de reconstrução da política pública federal de economia solidária no país.

1.2.1. A política pública de economia solidária no Brasil: breves relatos sobre a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)¹⁵

A SENAES é parte da história de mobilização e de articulação do movimento da economia solidária existente no país desde 1980, mas que se constitui a partir do espaço de discussão e articulação nacional que começou a ser formado durante as atividades do I Fórum Social Mundial, em finais da década de 1990. Durante a organização das atividades do III Fórum Social Mundial, tendo uma conjuntura que apontava para a eleição do candidato do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República, esse Grupo de Trabalho programou a realização de uma reunião nacional ampliada para discutir o papel da economia solidária no futuro governo (Morais, 2013).

Outro momento importante refere-se à criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, que possibilitou o início do debate e do aprofundamento de uma plataforma política para o fortalecimento da economia solidária no Brasil. Tratou-se de um conjunto de prioridades relacionadas às finanças solidárias, ao marco jurídico para os empreendimentos econômicos solidários, à formação e à educação, às redes de produção, comercialização e consumo, à democratização do conhecimento e da tecnologia e à organização social de economia solidária. O Fórum passou a ter o papel de interlocutor com a SENAES, no sentido de apresentar demandas, sugerir políticas e acompanhar a execução das políticas públicas de economia solidária. Em finais de 2002, organizaram a I Plenária Nacional de Economia Solidária (I PNES), na cidade de São Paulo, onde aprovaram uma Carta ao presidente recém-eleito, intitulada “Carta ao Lula: Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento” (Silva, 2020).

Em resposta a esse conjunto de demandas, o próprio Presidente Lula anunciou, em janeiro de 2003, a criação da SENAES, vinculada ao então existente Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Para Freitas (2012), esta nova estrutura abrigada dentro do MTE, sugere a transformação da noção de Ministério do Emprego para Ministério do Trabalho, em que a relação de assalariamento deixa de ser exclusiva dentro das políticas públicas e o direito ao trabalho associado e cooperativo é defendido.

Em 2003, ganhou força o “*Programa Economia Solidária em Desenvolvimento*” (2004-2011), que marcou a introdução de políticas públicas específicas para a economia

¹⁵ A partir de 2023, Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária.

solidária em âmbito nacional (Morais, 2013), ainda que, conforme nos relataram Silva, Morais & Santos (2020), no Brasil, a inserção da economia solidária nas agendas de governo iniciou-se em instâncias subnacionais. Uma análise panorâmica dos principais temas contemplados pela política pública nacional, via SENAES, nos revela, como principais áreas prioritárias: i) fomento e assistência técnica aos EES e às redes de cooperação; ii) promoção do desenvolvimento local e da economia solidária por meio da atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário; iii) fomento às finanças solidárias com base em bancos comunitários e fundos solidários; iv) formação de formadores(as), educadores(as) e gestores públicos para atuação em Economia Solidária; v) Centros de Formação em Economia Solidária; vi) organização nacional da comercialização dos produtos e serviços de EES; vii) feiras em rede de Economia Solidária e Agricultura Familiar; viii) Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário; ix) Centros Públicos de Economia Solidária; x) cadastro de EES e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informação em Economia Solidária; xi) recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão; xii) desenvolvimento e disseminação de conhecimentos e tecnologias sociais apropriadas à Economia Solidária e fomento à Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários (Morais, 2013; Chiariello, Fonseca & Morais, 2021).

No que se refere ao orçamento público para o financiamento desta política, Santos (2020 a) nos mostra que, em termos da evolução da política na agenda federal, as evidências apontam para diferentes estágios, com base na análise dos Planos Plurianuais (PPAs). Para o autor, o primeiro momento foi denominado pelo autor como de “*inserção e consolidação*”, abrangendo os dois primeiros PPAs (2004-2007 e 2008-2011). Este momento se caracteriza pela ascensão da temática na agenda governamental, a estruturação burocrática da SENAES e o lançamento da política pública. Posteriormente, o segundo momento foi de “*expansão contraditória*” (PPA 2012-2015), em que a política nacional de economia solidária conviveu, de um lado, com elevação na dotação orçamentária anual e, de outro, com queda acentuada no seu percentual de execução, de modo que a elevação da dotação não implicou em aumento nos gastos efetivos com os programas. Por fim, o terceiro foi denominado de “*crise de paradigma*” (PPA 2016- 2019), onde se observou a tendência de redução tanto dos volumes orçamentários anuais aprovados para os programas geridos pela

SENAES, quanto dos valores efetivamente gastos, representando menos de um terço dos valores médios anuais dos momentos anteriores.

Além da perda de espaço na disputa orçamentária, Silva (2020 a) propugna a ideia de que outros fatores também evidenciaram o rebaixamento da política de economia solidária na agenda programática do governo federal, reiterando a hipótese da “*crise paradigmática*”. Em termos de estrutura burocrática, houve a perda do *status* de secretaria nacional em 2016. Essa tendência se manteve com a nova gestão do governo federal que assumiu em 2019, quando o tema foi praticamente banido do PPA 2020-2023, e suas ações residuais diluídas em outros programas instalados no criado Ministério da Cidadania.

Vale lembrar que, em agosto de 2017, um passo importante foi dado na direção da institucionalização da política pública de Economia Solidária no país, com a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, do Projeto de Lei 4685/12, que criou o Sistema Nacional da Economia Solidária. No entanto, na contramão deste processo, desde 2016 (Governo Temer), as políticas públicas em apoio à Economia Solidária tiveram um retrocesso, que foi intensificado com o início do Governo Bolsonaro (2019). Nesta perspectiva, no Governo Temer, a SENAES transformou-se em Subsecretaria dentro do MTE e teve os fundos diminuídos, o que restringiu suas possibilidades de atuação. Para deteriorar ainda mais este quadro, o Governo Bolsonaro extinguiu o MTE e remeteu a Economia Solidária para o Ministério de Cidadania (Medida Provisória 870/2019).

O Decreto Nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019, define no artigo 2º as Secretarias e Departamentos do Ministério da Cidadania. Dentro da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana, figura o Departamento de Economia Solidária. Esta nova estrutura evidencia a extinção da SENAES e a alteração da concepção das políticas “associando a Economia Solidária, às políticas de inclusão social e produtiva da assistência social e limitando seu público ao setor urbano” (Pinho, 2019). O associativismo rural foi remetido para o Ministério de Agricultura dentro da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Desta forma as políticas mais amplas de associativismo e Economia Solidária foram fragmentadas e os trabalhadores rurais que se organizam por meio da autogestão, estão excluídos, nos termos dos Decretos da Economia Solidária (Morais & Bacic, 2021; Morais 2022).

Assim, a SENAES que, paulatinamente, vinha ampliando ações, políticas de apoio e fomento da Economia Solidária no país, tornou-se um Departamento de Economia Solidária, dentro da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana. Frisa-se que, além dos cortes orçamentários e do status de Secretaria, este deslocamento impactou também no sentido da Economia Solidária no Governo Bolsonaro, que nos parece caminhar para uma visão mais assistencialista e filantrópica, com pitadas de um empreendedorismo individualista (Morais & Bacic, 2021); visão esta que se distancia de uma estratégia de desenvolvimento e de geração de renda mais transversal, emancipatória e cooperada fragmentando as políticas e as ações de um movimento que se organiza de forma autogestionária.

Com a descontinuidade das ações no plano federal, entende-se que a inexistência de um programa nacional certamente enfraquecerá a capacidade de estados e municípios em desenvolver programas próprios, sobretudo em função da restrição de autonomia orçamentária que eles enfrentam. Contudo, conforme nos mostraram Silva, Moraes & Santos (2021), Moraes, Capacle e Fonseca (2021) e Moraes, Silva & Santos (2022), existem algumas experiências de resiliência em alguns estados e municípios, como os casos tratados dos estados da Bahia e do Maranhão e dos municípios de Araraquara (SP) e Balneário Camboriú (SC).

Entretanto, uma análise crítica feita com base na dinâmica de operacionalização da SENAES, inclusive em seus tempos áureos, reside em sua incapacidade de completar seu processo de institucionalização, colocando a Economia Solidária como uma política de Estado e não apenas de governo. Em que pese as grandes conquistas normativas, sistematizadas por Chiariello, Moraes & Fonseca (2022), desde a instituição da SENAES, em 2003, até a aprovação pelo Senado Federal, em 11 de dezembro de 2019, do Projeto de Lei da Câmara (PLC 137/2017), que criou a Política Nacional de Economia Solidária (PNES) e o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES), tais esforços não implicaram na completude do processo de institucionalização da Economia Solidária como política de Estado.

Conforme já apontado por Chaves & Demoustier (2013), mesmo que no início do século XXI a Economia Solidária venha adquirindo maior visibilidade nas agendas públicas de países da América do Sul, a sua institucionalização pelo Estado tem sido débil, com pouca transversalidade na elaboração de políticas públicas, que, por sua vez,

se mostram fragmentadas, atendendo isoladamente atividades como consumo, crédito, capacitação, aplicadas em cooperativas, associações, organizações mútuas locais, dentre outras, mas raramente de forma articulada e perene. Esta é uma fragilidade no espectro institucional e normativo da economia solidária que deve ser melhor analisado e enfrentado.

Espera-se um contexto favorável para o avanço desta temática com o novo Governo federal a partir de 2023 e suas manifestações de ressurgimento e de reestruturação da SENAES, de maneira transversalizada, isto é, com abrangência em outros Ministérios, para além do Ministério do Trabalho e do Emprego. Conforme notou Machado (2023), ao mencionar uma fala do atual secretário de Economia Popular e Solidária, Gilberto Carvalho: *“A economia solidária não pode ser reduzida a um mero nicho dentro do governo e na sociedade, um tipo de proposta, dentre outras, de organização autogestionária do trabalho e da economia (...). No bojo da nova revolução econômica, a economia solidária tem que dar forma, consistência para um novo padrão de funcionamento econômico nacional, propagando novas formas de gestão coletiva do capital e dos meios de produção”* (p. 12).

Adicionalmente, outra dose de esperança no que tange ao fortalecimento da economia solidária no Brasil, trata-se do lançamento, em 23 de agosto de 2023, da Frente Parlamentar de Economia Popular e Solidária. Formada por 204 dos 513 deputados e 20 dos 81 senadores da República, através da coordenação dos deputados Carlos Veras (PT/PE) e da deputada Jackeline Rocha (PT/ES), esta Frente nasce com cinco grandes objetivos: a) avançar no marco legal nacional; b) garantir recursos para as políticas públicas; c) estimular Frentes estaduais de economia solidária; d) aprofundar o debate acerca da economia solidária no Congresso Nacional e e) conectar a agenda da economia solidária às pautas e agendas internacionais.

2. POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA E A IMPORTÂNCIA DE SEU ECOSISTEMA EMPREENDEDOR

Os aspectos teórico-conceituais bem como os elementos característicos da ESS tratados acima, juntamente com suas dimensões quantitativas, no Brasil e no mundo, nos permitem depreender um conjunto de potencialidades, ou seja, de contribuições das organizações da ESS em termos de geração de trabalho e de renda, de desenvolvimento territorial, de participação e governança democráticas, de inclusão socioeconômica, sobretudo para grupos mais desfavorecidos, de acesso a finanças sociais, de práticas sustentáveis e inclusivas de produção e de consumo etc. Entende-se que tais potencialidades nos permitem relacionar os resultados das práticas das organizações e das entidades de ESS com a construção de paradigmas alternativos de desenvolvimento, na direção do que se pode chamar de “*cohesive development*” (Ray, 2020; Morais, 2020).

No entanto, por outro lado, percebe-se também que, pelas especificidades em suas dinâmicas de funcionamento – do surgimento ou incubação, à maturação e manutenção de suas práticas – este setor da economia se depara com inúmeras fragilidades intrínsecas, em níveis micro (internamente às organizações de ESS, em termos econômicos, administrativos, jurídicos, logísticos, de relações entre os envolvidos etc), meso (relações destas organizações com os atores ecossistêmicos locais e regionais) e macro (condicionantes da política macroeconômica e seus desdobramentos em termos de juros, inflação, crédito, tributação, acesso a mercados etc).

Nesta perspectiva, este tópico terá como objetivo discutir sobre as potencialidades e as fragilidades da ESS, a partir de um olhar sobre algumas experiências práticas, no Brasil e no mundo, bem como através da bibliografia existente referente a estas questões. O caminho percorrido já nos permite antecipar e frisar o relevante papel da existência e do fortalecimento de um ecossistema empreendedor para a ESS; tema este que será tratado posteriormente (Morais & Bacic, 2020a).

2.1. Contribuições da Economia Social e Solidária para o desenvolvimento territorial sustentável

O conceito de “*território*”, crescentemente utilizado, adquiriu um caráter “*polissêmico*” (Ortega, 2008, p. 51). Cassiolato & Szapiro (2003) concebem a territorialidade a partir da ideia de “*interdependências específicas da vida econômica*”, não apenas definida como localização da atividade econômica. Na visão dos autores, uma atividade é totalmente territorializada quando sua viabilidade econômica está enraizada em “*ativos*”, que incluem práticas e relações sociais, não disponíveis em outros locais e que não podem, instantaneamente, serem criadas ou imitadas em lugares que não as tem.

Trata-se, portanto, do desenvolvimento “*endógeno*” de economias de dinâmicas territorializadas, assentadas na cooperação, na aprendizagem, nos conhecimentos tácitos, nas culturas técnicas específicas e nas inter-relações sinérgicas (Ortega, 2008). Conforme Vásquez Barquero (2010) a ideia do desenvolvimento endógeno baseia-se na visão que os sistemas produtivos consistem em um conjunto de fatores materiais e imateriais que permitem que as economias locais e regionais adotem caminhos diferentes para o crescimento econômico e o desenvolvimento social. As trajetórias a serem seguidas por essas economias dependem tanto dos recursos internos como sua adaptação e/ou aproveitamento dos estímulos das políticas macro, regional, industrial e demais políticas setoriais.

Nesta perspectiva, conforme advertira Putnam (2000), a explicação fundamental para o desenvolvimento endógeno está no elevado grau de capital social encontrado nas comunidades em que ações são praticadas. Ou seja, a capacidade organizativa da sociedade é fundamental para seu processo de desenvolvimento. Por “*capital social*”, o autor entende como o “*capital*” que diz respeito a características de organização social, como a confiança, normas e sistemas que contribuem para o aumento da eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Em sua visão, mais que identificar um elevado capital social, o importante é saber se a organização social-local-territorial suscita uma forte capacidade de cooperação em torno do projeto coletivo.

Em outros termos, Gallicchio (2004) afirma que ao se referir ao desenvolvimento territorial há que considerar a importância das seguintes dimensões: a) econômica: relacionada com a criação, acumulação e distribuição da riqueza; b) social e cultural:

implica qualidade de vida, equidade e integração social; c) ambiental: se refere aos recursos naturais e a sustentabilidade dos modelos de médio e longo prazo e d) política: trata-se de aspectos relacionados à governança territorial, bem como ao projeto coletivo independente e sustentável.

Do ponto de vista histórico, a importância do enfoque territorial parece associar-se à crise capitalista das décadas de 1970 e 1980. Navarro-Yañes (1998) realizou um profuso levantamento bibliográfico sobre o tema e, a partir deste levantamento, apontou três linhas principais de argumentação para mostrar a importância do local nas novas oportunidades para o desenvolvimento: a) ligada ao reconhecimento das bases sociais para o desenvolvimento e seus conhecimentos acerca das capacidades locais; b) referente à relevância de uma identidade local, fundamental para o estabelecimento de uma ideia em torno da qual deve ocorrer o pacto territorial da comunidade na busca pelo desenvolvimento e c) ligada à ação do Estado no sentido da descentralização das políticas públicas para o âmbito local.

De acordo com Ortega (2008, p.74):

“na base desse desenvolvimento territorial estaria, portanto, a identificação ou criação de uma cultura no território centrada na crença em uma perspectiva de desenvolvimento, alicerçada em capacidades e recursos existentes em nível territorial, no aproveitamento de recursos humanos, na mobilização de atitudes e valores, com o objetivo de criar uma trajetória de desenvolvimento”.

É neste contexto que ganha ênfase as políticas aptas a estimular uma trajetória de desenvolvimento, sendo as políticas públicas o instrumento de fortalecimento ou mesmo de formação de uma cultura proativa de desenvolvimento a partir de uma base local. Nesses termos, o foco inovador de tais políticas públicas estaria centrado, de um lado, na ideia de que o projeto de desenvolvimento deve ser construído de “baixo para cima” e, por outro, deve basear-se em um “*pacto territorial*”, mediado e impulsionado pela articulação de atores-chave (governo, organização de produtores, cooperativas, sindicatos, associações empresariais, universidade etc).

Nesta perspectiva, França Filho (2006), ao relacionar políticas públicas para o desenvolvimento territorial e a economia solidária, afirma que se trata de uma concepção

que incide sobre a construção de estratégias territoriais de desenvolvimento em torno do fomento de outra dinâmica econômica, baseada na construção e no fortalecimento de “*circuitos socioprodutivos locais*” integrados ao tecido das relações sociais, políticas e culturais de um lugar. Segundo o autor:

“Mais do que simplesmente uma política de geração de trabalho e renda para parcelas marginalizadas da sociedade, trata-se, portanto, de uma concepção de política estratégica, na medida em que pensa o desenvolvimento centrado em contextos territoriais específicos. Além disso, tal desenvolvimento não é considerado apenas como simplesmente um fortalecimento de empreendimentos econômicos locais. Trata-se de pensar a construção de iniciativas econômicas articuladas em circuitos socioprodutivos locais e ainda integradas a outras formas de iniciativas locais, visando ao fortalecimento (além do econômico) das dimensões social, política, cultural e ambiental num determinado contexto espacial. Trata-se, neste caso, de pretender inventar novas institucionalidades em certos territórios, a fim de fomentar o desenvolvimento de uma outra dinâmica econômica, baseada na combinação do potencial das formas não capitalistas de produção no bojo de iniciativas populares solidárias articulando-as a outras iniciativas no campo da sociedade civil” (França Filho, 2006, p 262).

Em outros termos, percebe-se, com base em França Filho (2006), que as políticas de economia solidária representam uma forma específica de operar ações de geração de trabalho e renda, pois estão assentadas em uma “*concepção estratégica de desenvolvimento territorial*” (p. 45). O conceito estratégico advém da ideia de que o desenvolvimento territorial é fruto de ações conjuntas, colaborativas e participativas, de mobilização social e produtiva do território, com impactos socioeconômicos e políticos mais amplos que se articulam em um território específico. Eis a ideia de uma política de “*organização da sociedade*”, uma vez que seus beneficiários diretos não são individuais, isolados ou assistidos, mas sim coletivos inseridos no território.

Na visão de Silva (2009), os EES têm por base a ação local enraizada na comunidade, compreendida como partilha de um mesmo território e pertencente a uma rede de relações comuns, o que favorece uma estratégia de desenvolvimento local a partir de seu fortalecimento. E é justamente esse enraizamento que eles apresentam com o espaço local no qual se inserem que vai permitir a estes empreendimentos possuírem uma relação direta com o desenvolvimento da localidade, potencializando as capacidades e os recursos humanos e materiais endógenos.

Daí que, conforme apontado por Morais & Ferreira (2018), a ESS apresenta um caráter transversal, ou seja, pode mobilizar diferentes áreas da ação pública e social, uma vez que pode contemplar, em suas ações, objetivos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais. Tais aspectos, na visão dos autores, levam a melhores condições para se atingir o “desenvolvimento humano”, por eles considerado como “desenvolvimento territorial sustentável” (p.40).

Ou seja, na visão de França Filho (2006), a ESS não diz respeito apenas a um problema econômico, uma vez que pode envolver outras questões tais como a sociabilidade nos territórios, a participação política das pessoas, o grau de organização associativa, a preservação ambiental, a afirmação de identidades culturais etc. Tal fato é também apontado por Souza (2012), que reconhece os significados “*multidimensional*” e “*multiterritorial*” das práticas de ESS.

Do ponto de vista empírico, a análise de experiências em âmbito global (UNTFSSSE, 2022), nos permite observar que já existem iniciativas/estratégias de sobrevivência que, além de gerarem trabalho e renda, apontam para possibilidades de alteração das relações sociais entre produtor x consumidor, num marco de solidariedade e embasada em valores coletivos e associativistas. São práticas alternativas que surgem a partir de diferentes atores e em distintas escalas, mobilizam importantes questões como o trabalho, a saúde, a alimentação, a qualidade de vida e, até mesmo, a construção de *outro* paradigma de desenvolvimento (Morais & Borges, 2010).

No entanto, é mister frisar que tal ideia não deve negligenciar a importância das políticas econômicas adotadas em âmbito federal/ macroeconômico. Pelo contrário, estas devem ser pensadas e implementadas de modo a contribuírem para a exitosa consecução das políticas territoriais. Afinal, questões cruciais como taxa de juros, nível de investimento, taxa de câmbio, bem como percentual de repasses aos municípios e de gastos em determinadas políticas locais, são decisões tomadas em âmbito federal e que

podem ajudar ou inviabilizar ações, programas e projetos de desenvolvimento territorial/local (Morais, 2013; Moraes & Di Meglio, 2014).

Em termos práticos e em âmbito mundial, recente publicação da UNTFSSSE (2022) nos traz inúmeras experiências de organizações de entidades de ESS e suas contribuições no que concernem ao fortalecimento das capacidades produtivas de grupos vulneráveis e marginalizados na África e na América Latina; de atuação em setores focados na prestação de serviços de saúde, educação e de formação na Europa, América do Norte e na Ásia; de conexões das ações dos EES para a promoção da igualdade de gênero, do diálogo social, por meio da sua relação com os sindicatos e partidos políticos, de modo a participarem do processo de co-construção de políticas e de ações em rede.

Tais contribuições permitem UNTFSSSE (2022) concluir que as cooperativas, as empresas sociais, os EES, os bancos comunitários, os clubes de troca, os bancos de sementes, as organizações sociais e comunitárias, as mutualidades, em todo o mundo, efetivamente, aportam, em suas ações e atividades territoriais, para a geração de trabalho e de renda, além de exercerem um papel na governança participativa, na prestação de serviços essenciais e na inclusão socioeconômica e cultural. As ações se dão na habitação social, na educação popular, nas tecnologias sociais, na reciclagem de resíduos, nos serviços de cuidado, nas atividades culturais, na agroecologia, nas ações que contribuem para o clima e a economia verde, incluindo as energias renováveis e a proteção de biomas, no turismo e na pesca sustentáveis, na proteção do bem comum, no resgate e na valorização dos saberes tradicionais e indígenas etc.

Em âmbito nacional e em termos de experiências setoriais, é interessante mencionar alguns estudos realizados por este autor, em coautorias, com o intuito de apresentar determinadas contribuições da ESS em algumas frentes do que se entende por desenvolvimento territorial sustentável. Estas frentes, especificamente, se deram nas seguintes temáticas: alimentação e modelos de produção sustentáveis e inclusivos; hortas comunitárias; tecnologias sociais para a habitação; finanças sociais e cooperativismo de crédito; desenvolvimento sustentável em comunidades indígenas e ESS e cadeia da reciclagem.

No contexto de pandemia da COVID 19 e de suas consequências socioeconômicas no mundo, em diferentes níveis e proporções, partindo-se da ideia de que, dentre as mazelas, a questão da fome é de extrema urgência, entende-se como necessários os

estudos que tratam desta questão. Nesta perspectiva, no caso brasileiro, alia-se a existência de um paradoxo: de um lado, o país se destaca como uma das maiores áreas agricultáveis do mundo e se consolida como um dos maiores produtores e exportadores de grãos. Mas, por outro, trata-se do mesmo país em que a proporção de famintos e de subnutridos cresceu significativamente após a pandemia (FAO, 2021).

Diante desta situação, propugna-se a tese de que o atual e hegemônico modelo de produção agrícola, ainda que eficiente em termos de oferta, se demonstra pouco eficaz no sentido de atender as necessidades básicas da sociedade, como é o caso da alimentação. Isto deriva, certamente, de uma lógica perversa de funcionamento de suas decisões de produção e de distribuição. Daí, a urgência em se pensar em alternativas que apontem para paradigmas de desenvolvimento mais humano e sustentável, inclusive, na tentativa de extrair lições e reflexões acerca desta atual crise humana e sanitária.

Face a este quadro, Morais et al (2021) e Morais & Bacic (2022) se debruçaram sobre a contribuição das cooperativas brasileiras de agricultura familiar para a produção e a comercialização de alimentos. Na visão dos autores, ao analisarem algumas experiências nacionais, é possível visualizar que, tanto em aspectos produtivos, quanto sociopolíticos, este modelo de produção e de consumo permite a garantia da segurança alimentar e da geração de trabalho e de renda, para uma parcela da população. Além do que, em sua maioria, praticam técnicas mais sustentáveis de produção, como a agroecologia, eliminando o uso de agrotóxicos e de pesticidas.

Contudo, ainda enfrentam grandes desafios, pois ainda convivem com dificuldades de sobrevivência, de financiamento, de acesso à tecnologia, políticas públicas e recursos orçamentários, mercados públicos e privados etc. Assim, Guadagnin e Cabral (2020) defendem que é preciso reconhecer (e apoiar) que a agricultura brasileira não é única, uniforme, e que existem propósitos, valores e relações de produção e de trabalho diferentes.

Nesta direção, Alemán (2009) realça a ideia de que a agricultura familiar, no campo da economia solidária, permite melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas, de forma socialmente co-construída, por gerar capacidades locais que permitem a comunidade desfrutar de seus próprios recursos. Adicionalmente, Motta (2007) aponta que a integração entre ambas pode trazer melhorias do ponto de vista de acesso aos

circuitos alternativos de escoamento de produção e de consumo, o que é fundamental para a independência dos atores da agricultura familiar. Além do que, Motta (2007) também nos mostra que a inserção da cooperação na agricultura familiar, orientada sob a perspectiva da economia solidária, traz possibilidades mais amplas do que somente vantagens produtivas ou mercadológicas, visto que possibilita aos(as) agricultores(as) familiares se “*libertarem*” de atravessadores ou grandes empresas que geralmente se apropriam de parte da riqueza gerada, propiciando um contato direto com o público consumidor.

Assim, conectar e fortalecer a agricultura familiar e a economia solidária, via cooperativismo solidário, é de extrema relevância para o enfrentamento dos desafios e para a ampliação das condições de investimento para a produção e comercialização da agricultura familiar, não somente no Brasil, mas em outros países (Morais & Bacic, 2022).

Ademais, a integração entre a agricultura familiar e a economia solidária constitui-se uma permanente prática pedagógica para a promoção e a articulação política deste modelo de produção, de consumo e de relação entre as pessoas, de modo a também fortalecer a pressão pela criação de políticas públicas efetivas voltadas aos EES da agricultura familiar. Esta constatação se apoia em estudo de um caso prático da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFIT), realizado por Moraes, Justin & Bacic (2022).

Para se ter uma ideia, a COOMAFIT foi fundada em 2006 por agricultoras e agricultores familiares de três municípios situados no litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul (Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas). Atualmente, a cooperativa contempla 223 famílias de agricultores familiares associados e ofertam mais de 6,4 mil toneladas de alimentos diversos, sem a necessidade da presença de “atravessadores”. Esta cooperativa coordena a Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária, composta por 43 cooperativas, 18.438 associados de 29 municípios gaúchos e apresenta uma forte incidência política local e regional.

Em termos operacionais, esta Rede trabalha de forma autogestionada, por meio de parcerias, integração de alimentos sazonais de cada território, viabilizando a logística compartilhada, implicando na diminuição de custos e na potencialização da qualidade dos serviços prestados e dos alimentos produzidos por cada cooperativa. Em termos de faturamento, o valor passou de menos de R\$ 1 milhão em 2011, para quase R\$ 6 milhões

em 2021, o que nos revela que é possível viabilizar, aos moldes do cooperativismo agrícola familiar e solidário, uma produção sustentável ambiental e financeiramente (Morais, Justin & Bacic, 2022).

Ainda em se tratando desta temática, Fonseca, Moraes & Chiariello (2021), diante da conjuntura negativa propiciada pela COVID-19, em termos de condições materiais de vida e de partilha de relações, se dedicaram aos impactos, no campo da produção e da comercialização, ocasionados no cotidiano dos EES do município de Araraquara (SP). Diante dessa conjuntura, os autores trataram da conexão entre a ESS, as tecnologias sociais e o enfrentamento do cenário com base nas hortas comunitárias urbanas. Essa experiência se enquadrou como uma tecnologia social que vem ganhando força como forma de prover a segurança alimentar, sobretudo em momentos de profundas crises econômicas. Entende-se que as tecnologias sociais fazem parte do conjunto de instrumentos de operacionalização da ESS, compreendendo produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade e que representam soluções de transformação social (Dagnino, 2014; Moraes, 2017; FBB, 2018). A pesquisa realizada, de natureza qualitativa, apresentou um caráter exploratório, de pesquisa ação e observação participante. Em particular, na experiência empírica de criação de horta comunitária em local onde é latente a vulnerabilidade socioeconômica, verificou-se uma realidade concreta e simbólica das possibilidades da economia solidária.

A arquitetura de hortas comunitárias em espaços de quintais domiciliares, no contexto do isolamento dado pela Covid-19, remeteu à adoção de uma tecnologia social de pulverização da produção, mas resguardando o caráter solidário de seu propósito, que é produzir para suprir necessidades alimentares. Neste trabalho, os autores chamaram a atenção para a necessidade de se fortalecer as articulações entre as comunidades populares e suas organizações sociais autônomas com a universidade e o poder público municipal. Isto, em suas visões, permitirá a criação de condições propícias e meios operacionais apropriados para o estímulo e o apoio da instalação de empreendimentos sociais populares, individuais e coletivos, capazes de agregarem valor à produção das hortas, por meio do beneficiamento e da comercialização dos futuros excedentes produtivos.

Partindo-se para um outro setor importante, haja vista o déficit habitacional em nosso país (Andrade et al, 2023), o estudo de Andrade, Moraes & Moraes (2021) identificou e analisou as tecnologias sociais da Fundação Banco do Brasil (FBB) no

campo da habitação social e suas potencialidades e dificuldades de reaplicação no município de Araraquara (SP).

Os autores argumentaram neste artigo que as tecnologias sociais podem contribuir com soluções mais econômicas para aumentar a efetividade social de políticas governamentais voltadas para habitação no país. A partir da categorização das experiências de tecnologias sociais destinadas para habitação que constam no banco de dados da FBB, verificou-se que todas apresentam modelos organizacionais, operativos, estratégicos e práticos eficientes e interessantes para a questão habitacional no Brasil. Esses projetos experimentais baseados em mutirões e autogestão, realizados pelos movimentos sociais por moradia e por grupos de arquitetos progressistas, servem de inspiração para expandir o alcance do que se compreende atualmente como as tecnologias sociais de habitação.

Andrade, Morais & Moraes (2021) após diagnosticarem as condições de moradia e de déficit habitacional no município, bem como de analisarem as tecnologias sociais com melhores condições de reaplicação, tendo em vista as especificidades locais, apontaram algumas recomendações de políticas públicas para o fortalecimento da construção de moradias pela lógica da ESS. De acordo com eles, as tecnologias sociais de habitação social podem ser integradas às estratégias de políticas governamentais, garantindo resultados eficazes. No entanto, sugerem a necessidade de aprofundamento das pesquisas, no sentido de melhor dimensionar estas potencialidades, bem como a extensão de sua reaplicabilidade e de suas limitações.

Outro setor estudado refere-se ao do cooperativismo de crédito, pertencente ao campo mais abrangente do que se conhece por finanças sociais ou solidárias. Estas compreendem, além das cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito ou micro finanças, os clubes de troca, os bancos éticos, os bancos comunitários de desenvolvimento, as moedas sociais e os fundos rotativos solidários. São de enorme importância para enfrentar um dos maiores gargalos da ESS, o de acesso ao crédito para o financiamento de suas atividades (Morais, 2015).

Nesta perspectiva, Giroto et al (2022) defendem que as cooperativas de crédito se apresentam como uma alternativa ao setor bancário tradicional ao oferecerem, em geral, os mesmos serviços e produtos financeiros que os bancos comerciais, porém para um segmento mais restrito e específico de clientes cujo acesso aos setores bancário e

financeiro tradicionais é limitado. As cooperativas de crédito são instituições autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BCB) e, atualmente, são reguladas pela Lei 4.595/64 (que define a estrutura do Sistema Financeiro Nacional - SFN e dispõe sobre políticas monetária e bancária, dentre outros), Lei 5.764/71 (Lei Nacional do Cooperativismo), Lei Complementar 130/2009 (que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo - SNCC) e eventuais Decretos normativos baixados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e BCB.

Com o intuito de democratizar o acesso ao crédito, estas instituições atuam no sentido clássico da intermediação financeira, captando poupança de seus associados para a realização de empréstimos *a posteriori*. A importância do setor pode ser comprovada pelo crescimento recente de sua participação na oferta geral de crédito no sistema financeiro brasileiro (BCB, 2021). Segundo os autores, o crescimento no número de associados a essas cooperativas de crédito, sejam pessoas físicas ou jurídicas, decorre, dentre outros fatores, do aumento no percentual de municípios atendidos por cooperativas de crédito no país, o que confirma a tendência de crescimento de sua participação dentro do SFN (Souza, 2021).

No entanto, os autores verificaram que, apesar deste avanço, a participação das cooperativas de crédito em comparação ao sistema tradicional ainda é modesta, e seu crescimento depende de fatores que não foram tratados de forma detalhada neste trabalho, tais como fomento da cultura cooperativista no Brasil, aumento da credibilidade do setor, competição de novas instituições financeiras como os bancos digitais etc.

Adicionalmente, Giroto et al (2022) apontam que outro importante desafio para as cooperativas de crédito consiste na manutenção dos próprios princípios cooperativistas em um contexto de bancarização do setor. Isto implica, dentre outras coisas, preservar o acesso ao crédito àqueles que realmente não conseguem obtê-lo no sistema bancário tradicional e, também, garantir que a oferta de crédito esteja comprometida com o desenvolvimento local e de seus associados.

Outro estudo relacionando a ESS com práticas de desenvolvimento sustentável refere-se ao de Mariosa et al (2022). Os autores, ao discutirem a temática da sustentabilidade, propugnam a ideia de que esta pode ser potencializada com as contribuições teórico-práticas da ESS. Do ponto de vista empírico, o foco se deu no contexto socioambiental em que comunidades indígenas desenvolvem parte de suas

atividades economicamente produtivas em uma área ambientalmente protegida próxima do núcleo urbano da cidade de Manaus (AM). O principal objetivo do estudo foi o de identificar e caracterizar os “*empreendimentos indígenas locais*” e sinalizar quais são as estratégias econômicas que os indígenas locais articulam com a sustentabilidade e com a ESS, inseridos na Unidade de Conservação de Uso Sustentável na Amazônia. Metodologicamente, o texto se pautou nos resultados de uma investigação exploratória, observacional e analítico-descritiva mais ampla, e está baseado em dados coletados em pesquisa de campo original, realizada em duas das cinco comunidades ribeirinhas que compõem a “Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé” (RDS do Tupé, Manaus, AM).

Em resposta à indagação sobre a existência de perspectivas de intervenção que contemplem, ao mesmo tempo, aspectos objetivos (ligados às condições materiais de subsistência) e os subjetivos (percepções dos grupos sociais acerca da satisfação ou não de suas necessidades vitais) da qualidade de vida e/ou do que se convencionou chamar de “desenvolvimento sustentável”, adotou-se uma abordagem comparativa. Tal abordagem se fez a partir da comparação das atividades que grupos indígenas desenvolveram com as dos demais grupos populacionais não indígenas entrevistados. Com isso, pretendeu-se avaliar a vulnerabilidade dos empreendimentos locais, tendo como referencial a matriz de importância e desempenho proposta por Nigel Slack (1994). Nesta, a escala de percepção das vulnerabilidades dos empreendimentos econômicos assenta-se em componentes fundamentais para avaliar o grau de sustentabilidade esperado na prática das atividades de produção e de consumo de bens materiais e de serviços.

De forma panorâmica, observou-se, nos 26 empreendimentos econômicos locais analisados, níveis de precariedade econômica, financeira e organizacional geral, bem como dos empreendimentos indígenas em particular. Dos 26 empreendimentos econômicos em geral, apenas 6 eram indígenas. Considerações acerca das peculiaridades dos empreendimentos ajudam a esclarecer pontos específicos em que tais discrepâncias ocorreram. Os resultados observados apontaram para diferenças não apenas na comparação entre os dois grupos considerados (indígenas e não indígenas), mas que dentre os empreendimentos indígenas a heterogeneidade das médias encontradas nos quesitos analisados (mercado, finanças, organização e cooperação) foram maiores.

Um dos setores com melhor performance foi o do turismo ecológico que, inclusive, pode ser adotado como modelo de potencialização econômica, em uma perspectiva de inclusão social e de preservação ambiental. Compreende-se, dessa forma, que a valorização turística do conjunto de recursos materiais e simbólicos pode garantir a sobrevivência das comunidades ali instaladas. Adicionalmente, entende-se que esta valorização se revela como oportunidade para a autonomia cultural e independência financeira de grupos humanos recorrentemente excluídos do bem-estar e da qualidade de vida proporcionados pelas conquistas da modernidade, como é o caso da população indígena examinada (Coletti, et al, 2023).

No que se refere à relação entre a ESS e o cooperativismo de reciclagem, Gutberlet, Besen & Morais (2020) e Gutberlet et al (2023) realizaram estudos sobre os movimentos sociais de catadores de recicláveis, respectivamente, em São Pulo e no Brasil. No segundo trabalho, que nos permitiu apreender os efeitos da pandemia da Covid-19, os autores alertaram para os efeitos negativos imediatos da pandemia nos meios de subsistência dos catadores, afetando diretamente suas fontes de renda, suas condições de trabalho, sua saúde pessoal e bem-estar. Neste contexto, a pesquisa identificou uma mudança política por parte do governo federal durante o período do surto de COVID-19, priorizando soluções de gerenciamento de resíduos intensivos em capital e tecnologia. Esse desenvolvimento enfatizou a privatização e as parcerias público-privadas para soluções de infraestrutura em detrimento dos serviços prestados pelos catadores, interrompendo as ideias anteriores do programa Pró-Catador¹⁶, voltado aos agentes recicladores organizados em cooperativas.

Vale lembrar que, por muitos anos, os catadores têm defendido fortemente a coleta seletiva, a reciclagem e a recuperação de resíduos, e têm sido os principais impulsionadores de uma economia social circular e restauradora. Durante a pandemia, devido a um aumento na comunicação online, que conectou catadores individuais e suas organizações, temas de cidadania e sustentabilidade ambiental ressurgiram em muitas das conversas e webinars online.

¹⁶ O Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular foi relançado a partir do Decreto no. 11.141/2023, com a finalidade de integrar e articular as ações, os projetos e os programas da administração pública federal, estadual, distrital e municipal voltados à promoção e à defesa dos direitos humanos das catadoras e dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, a partir do fortalecimento de associações e cooperativas do setor.

Adicionalmente, o estudo forneceu insights sobre como as ações de diferentes atores envolvidos no movimento social dos catadores têm enfrentado os desafios impostos pela pandemia. Com base nos valores e identidades comuns entre o movimento social dos catadores, as lideranças dos catadores têm implementado inúmeras medidas para reduzir a vulnerabilidade desses trabalhadores. Suas ações também exigem seu reconhecimento como prestadores de serviços públicos e executores de políticas públicas. Por um lado, esses resultados mostram a relevância das lideranças catadoras na redução da vulnerabilidade dos trabalhadores e, por outro, questionam o fracasso da política governamental em permitir a ampla inclusão social e econômica dos catadores, conforme preconizado pelo programa Pró-Catador.

Como recomendações, os autores defendem que os catadores terão que repensar suas estratégias de atuação e trabalho, desde o acesso a novas ferramentas de comunicação (conversas online e webinars) até a reivindicação de espaço nos debates sobre coleta, transformação e reciclagem, que costumam ser dominados pelas indústrias. Este nicho de inovação de base e conhecimento local acumulado foi reconhecido, destacando as habilidades criativas dos catadores, permitindo-lhes projetar e desenvolver tecnologias específicas de processamento e formas de organização solidárias e coletivas.

2.1.1. Conexões entre a Economia Social e Solidária e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Como se pretendeu mostrar no tópico anterior, existe uma relação das ações e práticas da ESS com o que se pretende construir e/ou fortalecer em termos de “desenvolvimento sustentável”. Vale lembrar que esta expressão se utiliza para expressar modelos econômicos que conciliam crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Segundo a ONU, desenvolvimento sustentável se define como “*aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades*” (ONU, 1987). A partir desta definição, o estudo da ONU (1987)¹⁷, conhecido como “Relatório Brundtland” - em referência à presidente da Comissão de sua elaboração, a então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland - , dentre suas diversas Recomendações, defende a ideia de que é mister atentar-se para a preservação do meio ambiente para as futuras gerações, bem como para a diminuição da fome e da pobreza que, segundo o estudo, se potencializa com o desequilíbrio ecológico e pelo alto padrão de consumo. Nesse sentido, nota-se que o conceito de sustentabilidade não se limita apenas à noção de preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, mas se espraia para o entendimento que existe uma ligação entre pobreza, fome e degradação ambiental.

Posteriormente à publicação do Relatório Brundtland, a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu, em 1990, convocar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Essa Conferência ficou conhecida também como “Cúpula da Terra”, “Conferência do Rio” ou apenas “Rio-92”. Dentre os resultados mais relevantes desta Conferência, mencionam-se a “Agenda

¹⁷ Vale registrar que a elaboração deste trabalho foi precedida pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, que teve lugar em Estocolmo em 1972. Nesta, pela primeira vez, a comunidade internacional se reuniu para discutir o meio ambiente global e as relações com o desenvolvimento. A Conferência de Estocolmo levou à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a uma maior compreensão da necessidade de direcionar o modo como conectamos o meio ambiente e o desenvolvimento econômico. Ela uniu, pela primeira vez em um grande evento internacional, países industrializados e em desenvolvimento e iniciou uma série de Conferências da ONU que viriam a tratar de áreas específicas, como alimentação, moradia, população, direitos humanos, mulheres. Em 1982, uma avaliação dos dez anos pós-Estocolmo aconteceu sob a coordenação do PNUMA, em Nairóbi. Deste encontro, emergiu um chamado para a formação de uma Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, implementada em 1983. Em 1987, os resultados dessa Comissão apareceram como o “Relatório Brundtland” (ONU, 1987).

21” e a “Declaração do Rio”. Ambas definiram o contorno de políticas globais essenciais para alcançar um modelo de desenvolvimento sustentável. Nesta mesma Conferência foi acordada a criação de uma nova instituição no sistema das Nações Unidas, com o intuito de monitorar a implementação da Agenda 21. Criou-se, portanto, em 1993, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que promoveu um sistema de parcerias entre as ONGs e as Nações Unidas, estimulando em vários países, a criação de comissões de desenvolvimento sustentável e a definição de suas estratégias nacionais. Em 1997, uma Sessão Especial da ONU foi concebida para revisar os resultados da Agenda 21, momento em que detectaram um conjunto de lacunas em termos das possibilidades de se alcançar a equidade social e a redução da pobreza.

Estas lacunas estavam presentes em diversos países e, em termos gerais, se relacionavam ao aumento de suas dívidas externas, redução de ajuda financeira internacional e fracasso em medidas de socialização de transferência tecnológica, capacitação e formação, coordenação institucional, mudança nos padrões de produção e de consumo etc. (ANA, 2022¹⁸). Posteriormente, outros eventos globais ocorreram, no sentido de corrigirem estas lacunas. Frisam-se o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000), a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, na África do Sul (2002) e, mais recentemente, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, em 2015, conhecidos como a “Agenda 2030”.

A Agenda 2030 compõem um conjunto ambicioso de 17 objetivos e 169 metas definidas e desenvolvidas por meio de um amplo diálogo entre os Estados membros da ONU, autoridades locais, sociedade civil, setor privado e outras partes interessadas. Para conhecimento, seguem abaixo os 17 Objetivos¹⁹:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;

¹⁸Disponível

<https://www.ana.gov.br/acoesadministrativas/relatoriogestao/rio10/riomaisdez/index.php.35.html>

em:

¹⁹ Informações adicionais em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos e todas, em todas as idades;
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e todas;
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos e todas;
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis;
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável;

Como se pode notar, a promoção da melhoria na qualidade de vida, sobretudo das populações mais desfavorecidas socioeconomicamente, deve conectar a questão ambiental às questões socioeconômicas, tais como o acesso à alimentação saudável, à educação, saúde e moradia de qualidades, ao saneamento básico etc. O princípio da

sustentabilidade propõe que o crescimento econômico não deve promover a degradação ambiental nem a exclusão social. Daí que o papel da ESS se torna imperativo neste contexto e face a esta discussão. Em termos teóricos e práticos, reais e simbólicos.

Nesta direção, a ESS é considerada pelas Nações Unidas como um dos caminhos auxiliares que podem contribuir para a implementação dos ODS em seus respectivos territórios²⁰. O reconhecimento desta relação entre ESS e desenvolvimento sustentável já fora antecipado, até mesmo antes do lançamento dos ODS, em Informe do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre ESS da ONU (UNTFSSSE, 2014). Neste trabalho, afirma-se que a ESS é tida como uma promessa para a abordagem integrada dos objetivos econômicos, sociais e ambientais inerentes ao conceito de desenvolvimento sustentável. Para tal, este potencial é ilustrado a partir do exame de experiências práticas que demonstram do papel da ESS nas seguintes áreas temáticas: i) transição do trabalho informal para o trabalho decente; ii) economia verde; iii) desenvolvimento territorial; iv) cidades sustentáveis; v) empoderamento das mulheres; vi) segurança alimentar; vii) acesso a serviços de saúde e viii) finanças transformadoras.

Em 2016, este mesmo Grupo lançou sua Declaração de Posicionamento, expressando que a ESS pode desempenhar um papel chave para a realização da Agenda 2030 mediante a promoção do desenvolvimento inclusivo e sustentável através de inovações e práticas sociais, institucionais e tecnológicas concretas. Outra constatação refere-se ao fato de que a ESS poderia contribuir, inclusive, para preencher as brechas deixadas pelos ODMs, uma vez que estes focavam os níveis global e nacional, ocultando os níveis subnacionais de implementação. Neste trabalho, pela primeira vez, se apresentou uma proposta de matriz, vinculando os ODS e suas metas com potenciais contribuições de organizações e entidades da ESS.

Posteriormente, Utting (2018), ao verificar um contexto marcado pelo número crescente de governos promovendo políticas que visavam apoiar organizações e empreendimentos de ESS, propôs a avaliação da eficácia destas políticas, sob a lupa dos ODS, as dividindo em políticas incrementais e políticas transformadoras. Nesta análise, o autor contemplou quatro setores, a saber: segurança alimentar/agricultura sustentável, acesso a serviços sociais, empoderamento econômico das mulheres e emprego/trabalho digno. Em sua visão, embora os esforços dos governos para fornecer recursos técnicos e

²⁰ Uma discussão mais detalhada sobre a internacionalização da ESS será feita posteriormente.

financeiros para a ESS sejam positivos, os resultados ainda eram fragmentados, tendo em vista a incompletude dos ambientes regulatórios e normativos. Embora o trabalho reconhecesse a existência de fatores específicos que reduzam ou ampliem os avanços da ESS em cada país, a ideia que se propugna é que é fundamental aprimorar os aspectos regulatórios e normativos em prol da ESS, de modo a integrar políticas e ações, garantindo a ação efetivamente transformadora dos ODS.

No mesmo ano (2018), a UNTFSSSE lançou uma Chamada Global de trabalhos sobre ODS e ESS com o objetivo de identificar e mobilizar pesquisas de diferentes regiões e territórios que examinaram criticamente o papel da ESS como meio de implementação dos ODS. Dentre aproximadamente 300 trabalhos enviados, 99 foram selecionados, atentando-se ao equilíbrio entre países, gênero e tipos de organizações de ESS. Seus autores, pesquisadores de 60 países, os apresentaram no International Labour Office em Genebra (Suíça) em junho de 2019.

Este encontro possibilitou aumentar a visibilidade da implementação dos ODS dentro e fora do sistema ONU, além de gerar insumos para os gestores públicos e pesquisadores da área. Além do que, permitiu que os pesquisadores compartilhassem e trocassem evidências e ideias sobre a articulação da ESS, os diferentes contextos e a contribuição para o desenvolvimento sustentável e a implementação dos ODS. Ao longo do evento, foram abordadas as seguintes questões: que características especiais nas práticas de ESS contribuem para os ODS? Qual é a vantagem comparativa em relação a outras empresas? Quais atores ou instituições são essenciais para criar um ambiente adequado para a implementação dos ODS? E qual a possibilidade de replicar iniciativas positivas em outros contextos locais?

Em posse do conteúdo produzido neste evento, que está publicado e livremente disponível no site da UNTFSSSE²¹, Alarcón et al (2021) realizaram um levantamento de informações referente aos estudos apresentados. Os autores, incluindo o deste trabalho, em sua maioria partícipes do evento, objetivaram identificar, com o auxílio da Análise de Correspondência Múltipla, categorias como país de origem, idioma, tipo de organização solidária, metodologia implementada e ODS em estudo. Um dos temas incluídos no *Call for Papers* foi como a ESS mede sua escala e impacto em um contexto onde as estatísticas

²¹ <https://knowledgehub.unsse.org/>

muitas vezes não conseguem capturar a diversidade e a complexidade de suas ações e atores, bem como as definições e os indicadores variam de acordo com a região.

As principais informações encontradas neste trabalho de Alarcón et al (2021), que podem ser entendidas como o “estado da arte” dos estudos internacionais nesta temática, foram:

- i) Os artigos do repositório são inéditos e foram escritos em 2019, com exceção de dois que são de 2018 e um de 2016;
- ii) Os trabalhos selecionados para o repositório vieram de diversos países localizados principalmente nos continentes da Europa, Ásia, América do Sul e África;
- iii) Sobre o idioma, o inglês é o mais frequente, seguido do espanhol e, em menor frequência, sul coreano, francês e português;
- iv) Embora os estudos sobre ESS e ODS tenham se tornado frequentes nos últimos anos, as iniciativas de chamada de artigos abordando esse tema têm sido escassas, o que significa que, no passado, poucos editores receberam e publicaram artigos sobre ESS e ODS como tema central;
- v) Em se tratando do tipo de entidade/organização de ESS, nota-se que quase a metade dos trabalhos trataram de cooperativas, em detrimento de outras organizações como Sem Fins Lucrativos ou Empresas Sociais de vários tipos, além de Organizações Não Governamentais que focaram nas políticas públicas;
- vi) Por tipos de ODS, os estudos abordaram, com maior frequência, os ODS 8, 2, 5, 1, 10 e 17, nesta ordem;
- vii) A maioria dos estudos se utilizou de metodologias qualitativas com ênfase em estudos de caso, por outro lado, em se tratando de metodologias quantitativas, nenhum dos artigos que as utilizou apresentou modelo científico para medir as contribuições das organizações de ESS para os ODS. As estatísticas apresentadas são meramente descritivas sem constructos que levem em conta as correlações entre variáveis

independentes e dependentes. Entende-se que se trata de uma análise exploratória dos dados.

Instigados pelos resultados deste trabalho, mormente em se tratando da constatação levantada neste último ponto (vii), de escassez de estudos quantitativos que comprovem a presumida correlação positiva entre ESS e ODS, Mariosa et al (2022 a) procederam a novos estudos. Partindo-se da hipótese de que os estudos quantitativos nesta área estão em estágio de experimentação, através de revisão sistemática da literatura, os autores buscaram, a partir dos termos “economia social” e “ODS”, textos potencialmente elegíveis nas bases de dados EBSCO (Academic Search Complete) e Web of Science, entre janeiro de 2016 a junho de 2020, nos idiomas inglês, espanhol, português e francês. Após a eliminação dos casos duplicados, os textos passaram por uma leitura dos títulos e dos resumos. Uma vez que os documentos potencialmente relevantes foram identificados, eles foram submetidos pelos autores à análise do texto completo para determinar sua elegibilidade.

Os resultados obtidos da revisão sistemática sugerem que os artigos selecionados estão em diferentes etapas de desenvolvimento de sua análise. É interessante notar que, dentre esses trabalhos, alguns nos trazem estudos de caso, outros especificidades intersetoriais através dos ODS, como a relação da ESS com a economia digital, setor da saúde, gênero e mudanças climáticas. Por tipo de ODS, encontraram-se estudos que discutiram como as entidades de ESS podem ser relevantes para alcançar alguns dos ODS, como o 2, 8, 14 e 17. Outros temas transversais aparecem, conectando ESS e ODS a políticas públicas, desenvolvimento local e entidades internacionais. No entanto, os autores concluem que, a despeito destes estudos apontarem para um campo de pesquisa promissor, em geral, as ‘métricas’ de conexão entre as contribuições da ESS para a implementação dos ODS não estão totalmente construídas e, em muitos casos, as afirmações não são apoiadas por elaborações metodológicas maduras. Além disso, em muitos dos casos, apresentam metodologias qualitativas, sem evidências empíricas ou quantitativas. Desta forma, entende-se que os estudos nesta área ainda carecem de metodologias quantitativas mais robustas, assim como também apontado pelo já mencionado trabalho de Alarcon, Álvarez & Morais (2022).

No que tange às tentativas de analisar experiências locais circunscritas a determinados ODS, Morais (2020 a) e Morais & Bacic (2020), nos permitem visualizar

uma aplicação prática, ainda que incipiente, acerca das relações entre a ESS e os ODS. O primeiro trabalho, teve por objetivo utilizar-se de uma experiência prática de ESS municipal para explicitar suas contribuições de implementação de alguns ODS. O estudo se debruçou sobre a produção alimentícia em um assentamento no município de Araraquara (SP), mais especificamente, através da Associação de Mulheres Assentadas (AMA) do Monte Alegre. Este estudo teve o intuito de iniciar a reflexão sobre propostas de criação de indicadores para os ODS 1,2,5,11 e 12 que pudessem ser reaplicáveis em outras experiências²². Posteriormente, Morais & Bacic (2020) avançaram na construção destes indicadores, a partir de um olhar mais detido em cada um destes ODS. Entende-se que os resultados ainda necessitam de maiores avanços, sobretudo no que diz respeito ao acesso de dados para o desenrolar deste tipo de trabalho. Outra fragilidade ainda encontrada reside na necessidade de se desenvolver metodologias quanti e qualitativas para o devido caminhar nesta direção.

Esta constatação constitui-se em importante desafio em âmbito internacional. Trata-se da necessidade de quantificar (quanti e qualitativamente) os impactos socioterritoriais das experiências envolvendo as diversas entidades da ESS em seus respectivos territórios. A complexidade do fenômeno – dado seus impactos não só econômicos, mas também sociais, políticos, culturais e ambientais – requer, portanto, mesclar metodologias quanti e qualitativas.

Para UNRISD (2018), embora se depreenda positivos impactos das ações de ESS em seus territórios de atuação, ainda vivenciamos o estágio de “*underdevelopment of methodologies to collect and analyse data on the impacts of SSE*” (p.17). Do ponto de vista quantitativo, observam-se avanços na área, a partir de dois estudos: International Labour Organization (2017) e Monzon & Chaves (2017). O primeiro apresentou uma visão geral de como variáveis chave da ESS são medidas. No entanto, apresentam as tradicionais mensurações de emprego e produto (ILO, 2017). Já o segundo estudo foi

²² Vale mencionar que este trabalho foi selecionado, após criteriosa seleção internacional, para ser apresentado em evento global sobre o tema dos ODS e suas relações com a ESS, intitulado: “*Implementing the Sustainable Development Goals: What Role for Social and Solidarity Economy? UNFSSS International Conference*”, realizado na sede da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, Suíça, em 2019. Informações adicionais em: [https://www.unrisd.org/80256B3C005BD6AB/\(httpEvents\)/ABE0A432A9D42782C12583AE004AF31C?OpenDocument](https://www.unrisd.org/80256B3C005BD6AB/(httpEvents)/ABE0A432A9D42782C12583AE004AF31C?OpenDocument).

realizado para 28 países europeus e nos traz um salto no que concerne às informações quantitativas da ESS, até o ano de 2015. Entretanto, reconhecem o fato do estágio ainda embrionário desta tarefa, a entendendo como um desafio para nossos tempos. Importante também mencionar os esforços realizados no âmbito da Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho (CIET), realizada em outubro de 2018, em Genebra (sede da OIT)²³, onde foram discutidas e encaminhadas metodologias que auxiliarão neste grande desafio da quantificação.

A respeito dos aspectos qualitativos, é interessante mencionar o trabalho de Castro & Oreamuno (2017) que sugerem uma abordagem diferente para o entendimento dos impactos da ESS em seus respectivos territórios, para além das tradicionais quantificações de renda e empregos gerados. Isto, pois, na visão deles, “*ao invés de produzir impactos específicos, as cooperativas desenvolvem uma série de papéis sociais dentro de suas comunidades, o que lhes permite influenciar as dimensões do desenvolvimento de forma mais dinâmica*” (p. 148). Em outros termos, para os autores, fenômenos sociais complexos exigem medidas e métricas “holísticas” de entendimento que, neste caso, foram criadas, em sua metodologia e trabalho, a partir de quatro categorias analíticas inspiradas no *Human Development Report* das Nações Unidas, a saber: saúde, educação, renda e bens e serviços públicos – capacidades coletivas.

Avanços posteriores se deram com Álvarez & Alárcon (2019) que buscaram relacionar a teoria dos princípios cooperativos e a teoria econômica das transferências sociais como suporte conceitual para gerar um instrumento concreto de dimensionamento das contribuições da ESS para a implementação dos ODS. Também, ILO (2020) propôs metodologias para o cômputo das contribuições econômicas das cooperativas, bem como relacioná-las com alguns impactos gerados, muito embora reconhecendo os inúmeros desafios ainda existentes para que se efetivem tais desideratos.

Adicionalmente, Chaves (2021), Bouchard & Salathé-Beaulieu (2021) e Bouchard & Chaves (2022) deram mais alguns passos nesta empreitada. No primeiro trabalho, elaborado com a intenção de servir como um guia para pesquisadores e, sobretudo, para governos estruturarem e monitorarem políticas públicas, o autor, após

²³https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_646530/lang--en/index.htm

justificar a importância da produção de estatísticas para o setor, apresenta as principais estatísticas existentes para a ESS. Chaves (2021) divide as estatísticas em três grupos: i) quantitativas ou econômicas “padrão”, com base nos agregados macroeconômicos convencionais, como emprego, renda etc; ii) estatísticas de quantificação dos impactos da ESS e iii) estatísticas comparativas entre a ESS e outras empresas ou entidades tradicionais. Neste trabalho, o autor propugna a ideia de que, para além dos institutos nacionais de estatística, que desempenham um papel preponderante, as Universidades e os Centros de Pesquisa devem se responsabilizar por este tema. Por fim, ao reiterar que este se trata de um campo de extrema pertinência, o autor elenca os principais obstáculos, tais como as habilidades técnicas, a falta de financiamento para realizar trabalhos estatísticos e a ausência de vontade política nesta questão.

Em se tratando do segundo trabalho, este nos fornece uma visão geral das estruturas conceituais acerca da ESS e suas organizações, bem como das normas relacionadas com a construção de estatísticas para a ESS, apoiadas nas Contas Satélites e nas Diretrizes da OIT para as cooperativas. Na sequência, após apontarem os pontos positivos e negativos entre ambas as abordagens metodológicas, os autores tecem um conjunto de recomendações para posteriores estudos. Dentre as recomendações, mencionam-se a de que para aumentar a relevância e a aceitação das estatísticas de ESS, deve-se fortalecer a coordenação entre as diferentes agências públicas, de pesquisa, universitárias etc, assim como ampliar as redes de organizações e de pesquisadores da área. Adicionalmente, se faz necessário identificar critérios para estabelecer fronteiras claras que separem as empresas de ESS das demais organizações, incluindo os impactos de suas ações, em termos econômicos, sociais e ambientais. Nesta direção, a realização de testes contínuos em vários países ajudará a validar seus conceitos e abordagens e levantar ajustes necessários para adaptar às diferentes realidades e contextos (Bouchard & Salathé-Beaulieu, 2021).

No terceiro trabalho, Bouchard & Chaves (2022) reiteram que o alcance estatístico da ESS varia de país para país, sendo que em alguns deles, a ESS permanece totalmente fora do radar dos organismos estatísticos. Diante desta constatação e da heterogeneidade conceitual em cada local, os autores apresentam um guia na tentativa de harmonizar as estatísticas dos diferentes subconjuntos da ESS em âmbito internacional. No entanto, este guia ainda se depara com certa restrição de uso geral, tendo em vista as especificidades

de cada país, no que tange ao estabelecimento de consenso no escopo legal e estatístico acerca da ESS.

Especificamente para o caso latino-americano, Álvarez & Menezes (2023) destacam que existem obstáculos institucionais que limitam a agregação de contribuições concretas por parte da ESS aos ODS. Como exemplo, mencionam, além do financiamento necessário e da devida institucionalização, as dificuldades em relatar informações estatísticas padronizadas, verificáveis e com possibilidade de agregação. Além do que, o alto nível de informalidade em muitas das experiências da região – algumas vezes denominadas de “economia popular” – inviabilizam a contabilização de resultados concretos que possam ser incluídos periodicamente nos balanços sociais exigidos pelos órgãos de supervisão e controle estatísticos.

Segundo os autores, é necessário reconhecer a “mega diversidade” e o valor integral gerado pela ESS na região, incentivando políticas e ações que permitam melhorar o seu papel nos ambientes em que operam. Para Álvarez & Menezes (2023), a América Latina, por sua história e essência, em termos de ESS, merece uma disposição institucional particular, de modo a gerar espaços de participação crescente nos mercados, bem como de garantir o devido cômputo de suas atividades e contribuições para o desenvolvimento territorial e a implementação dos ODS.

A despeito da necessidade de se avançar em metodologias para a mensuração dos resultados e dos impactos das ações de entidades e organizações da ESS em seus territórios, sobretudo voltadas para a implementação dos ODS, já se pode visualizar experiências reais nesse sentido. Em âmbito internacional, recente documento da UNTFSSSE (2022) nos traz uma sistematização de algumas destas experiências e de suas contribuições para se alcançar os ODS.

A elaboração deste trabalho, na verdade, um Documento de Posição do Grupo de Trabalho Interinstitucional das Nações Unidas sobre ESS, teve como intuito examinar sistematicamente a relação da ESS com os 17 ODS, contemplando suas metas específicas, de modo a : i) ilustrar que a ESS constitui-se uma “força dinâmica chave” para a transformação de paradigmas que demanda a Agenda 2030; ii) identificar as reformas institucionais e legais para que governos possam fomentar um entorno institucional

propício para a ESS; iii) chamar atenção sobre a necessidade da promoção e da inovação política em múltiplos níveis de governança (local, regional, nacional e internacional).

Apoiados em dados que nos mostram o atual cenário global, em termos de desigualdade, fome, desemprego, dificuldade de acesso aos serviços sociais básicos, tais como saúde, educação, moradia, água potável, este trabalho, a partir de experiências reais, defende a ideia de que as organizações e entidades de ESS podem catalisar as transformações socioeconômicas, fortalecendo as capacidades produtivas dos grupos vulneráveis, produzindo bens e serviços acessíveis, contribuindo, assim, para alcançar os ODS 1 e 2. Mostram também que a ESS está se expandindo em setores centrados na prestação de serviços relacionados à saúde, assistência a idosos e crianças, educação e à formação (ODS 3 e 4). Em muitas de suas ações, a ESS proporciona um meio importante para a promoção da igualdade de gênero, abordando a crescente brecha entre ricos e pobres (ODS 5 e 10). Ademais, a ESS pode desempenhar papel importante para a geração de trabalho decente, com base no fortalecimento das práticas de diálogo social (ODS 8 e 9), através da promoção de alianças com sindicatos, partidos políticos e de estabelecimento de redes.

Por sua atuação local, assim como por suas práticas de governança participativa e democrática, as ações da ESS constituem instrumentos chave para a construção de cidades e assentamentos sustentáveis (ODS 6 e 11), dinamizando a renda na economia local. Exemplos disto se notam na construção de moradias sociais, na recolhida e reciclagem de resíduos, nos bancos comunitários de desenvolvimento, nas atividades culturais, digitais e criativas, na agricultura de base familiar etc. Indo além, ao combinar as práticas socialmente inclusivas com a ação climática e a economia verde, a ESS é essencial para a “transição justa” (ODS 7, 12 e 13). Isto, pois, muitas de suas organizações centram suas atividades na agricultura sustentável (como a agroecologia), na silvicultura comunitária, nas energias renováveis e na proteção dos bens comuns.

Verifica-se também que a ESS pode desempenhar papel chave na proteção da vida terrestre e marinha (ODS 14 e 15), visto que seus valores e conhecimentos locais tendem a proteger e respeitar melhor a natureza. Isto se comprova por suas conexões com as comunidades indígenas, com as práticas agroecológicas, com a pesca e o turismo sustentáveis etc. Por fim, o Documento nos mostra que num contexto de ameaças aos Direitos humanos, civis e políticos em vários países, as organizações e entidades de ESS

estão promovendo espaços para melhorar a governança e a formulação de políticas em níveis local, regional, nacional e internacional, fomentando a criação de redes, associações que apoiam economias mais centradas nas pessoas.

Entretanto, para que se possa aproveitar todo este potencial da ESS, o Documento preconiza que ainda são necessárias inovações políticas de promoção em múltiplos níveis de governança. Nesse sentido, os governos devem desempenhar um papel mais construtivo no fomento de entornos institucionalmente favoráveis à ESS, criando e institucionalizando espaços para a construção conjunta de políticas e de ações (UNTFSSSE, 2022). Uma sistematização dos estudos concernentes à quantificação da relação entre ESS e ODS foi realizada por Morais & Bacic (2023 a), com o intuito de organizar os diferentes trabalhos elaborados nesta temática, apontando seus avanços e desafios. De fato, trata-se de um tema em construção, de extrema pertinência, motivo pelo qual se recomenda um olhar atento nesta direção, em termos de ensino, pesquisa, extensão e internacionalização.

Tal recomendação, inclusive, é vital para o enfrentamento das fragilidades inerentes ao funcionamento e à dinâmica da ESS em suas práticas cotidianas. Sabe-se que, a despeito de suas contribuições e potencialidades, as organizações e entidades de ESS enfrentam, permanentemente, dificuldades e desafios, em diferentes frentes e níveis. Daí, se faz fundamental criar e/ou fortalecer o ecossistema empreendedor para a ESS. Estes temas – fragilidades da ESS e a importância de seu ecossistema de apoio – serão tratados nos tópicos subsequentes.

2.2. Fragilidades da Economia Social e Solidária

Após a realização de uma revisão na literatura pertinente, Addor (2016) sistematizou os principais desafios enfrentados pelos EES no Brasil. Embora os considerando como interdependentes, o autor os separou em: a) estruturação da comercialização; b) manutenção da consistência ideológica; c) organização de políticas públicas de apoio e d) contribuição técnico – científica. Em relação ao primeiro aspecto, o autor defende que é indispensável um consistente relacionamento entre os EES, bem como a formação de arranjos produtivos como meio de desenvolvimento local a partir da ESS. Sobre o segundo, o autor discorre sobre a preocupação acerca da manutenção dos preceitos da ESS, principalmente em fases de crescimento dos empreendimentos. Em se tratando do terceiro aspecto, Addor (2016) propugna a inclusão da temática em plataformas de desenvolvimento nacional, de modo a institucionalizar a ESS como política pública de Estado. Em seu último ponto, o autor salienta a importância da formação, tanto do ponto de vista técnico-científico e acadêmico, quanto no campo político.

Conforme apontado por Moraes & Bacic (2009), embora se reconheça, de um lado, o “*caminho eticamente louvável*” da ESS, por outro, não se pode negligenciar o fato da existência de sérias dificuldades em sua realidade cotidiana. Segundo os autores, a construção de um “*espaço de autonomia*” tem como pré-requisitos competências e recursos que não estão ao alcance de parte dos grupos autogestionários. Para se ter uma ideia, os autores, ao analisarem os dados de retiradas dos envolvidos, com base no 1º Atlas de Economia Solidária no Brasil (2007), notaram que somente 12,4% dos EES auferiram uma remuneração superior a 1 salário mínimo, enquanto que a maioria dos EES (50,3%) não percebeu rendimento aos seus participantes.

Em estudo posterior, com foco na comercialização dos EES no Brasil, Moraes & Bacic (2016), a partir dos dados de SENAES (2013), nos mostraram que as principais dificuldades de comercialização relatadas pelos EES em âmbito nacional, foram (em ordem de importância): a) falta de capital de giro; b) estrutura para comercialização inadequada (espaço físico, equipamentos, etc.); c) concorrência e existência de atravessadores e monopólios; d) custo elevado de transporte; e) dificuldades para manutenção da regularidade do fornecimento; f) preços inadequados; g) dificuldade de encontrar clientes em escala suficiente; h) precariedade das estradas para escoamento; i)

exigência de prazos para pagamentos dos clientes; j) falta de registro para comercialização, implicando no impedimento de emitir nota fiscal.

Outro aspecto apontado pelos autores, ao observar a natureza dos clientes dos EES, foi a predominância da venda para clientes finais (revendedores privados e governos), sendo que as relações com outros EES são as menos importantes. O baixo número de empreendimentos que comercializam com outros EES pode ser uma oportunidade para enfrentar as dificuldades na comercialização, que poderiam ser superadas a partir do fortalecimento dos EES em redes (Morais & Bacic, 2016; Mance, 2020).

De acordo com Rêgo (2014, p.71):

Uma vez articulado, o empreendimento consegue favorecer ação mais efetiva no escoamento da produção e maior coordenação da cadeia produtiva, favorecendo a aproximação entre produção e consumo. Articular produção e consumo significa possibilitar que empreendimentos comercializem em conjunto e entre si, principalmente através da organização conjunta de produtores e consumidores, com base na clareza que se deve ter de que ninguém apenas produz ou consome.

Tal aspecto já fora advertido por Singer (2002), para quem a forma mais provável de geração de uma dinâmica própria para a ESS é a integração dos grupos em redes de produção, comercialização, consumo e crédito, a fim de que se alcancem níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias. Além do que, os dados revelam que os EES participantes dessas redes têm um menor número de dificuldades do que aqueles que não participam (Rêgo, 2014; Moraes & Bacic, 2016). Nesta perspectiva, é preciso que haja maior apoio, maior participação e melhor orientação estratégica, bem como que os EES, além de participarem das redes, “*fortaleçam-nas, inclusive assumindo uma postura propositiva no sentido de construir novas relações de mercado*” (Rêgo, 2014, p. 75).

De acordo com Neves (2012), de fato, a realidade empírica tem mostrado que a ESS enfrenta grandes obstáculos para se manter e para se tornar sustentável. Ainda que a ESS apresente suas potencialidades, como tratadas anteriormente, entende-se que suas organizações e entidades ainda convivem com grandes desafios, conjunturais e

estruturais. Na visão da autora, estes desafios decorrem das dificuldades encontradas em termos econômicos (gerar trabalho e renda); sociais (promover a inclusão social); ambientais (solucionar questões ambientais); educacionais (promover o acesso dos trabalhadores à educação, incluindo os cursos de formação profissional; culturais e ideológicas (criar sua própria cultura e ideologia); dentre outras, como a dificuldade de acesso ao crédito e de legalização dos empreendimentos.

Para que se tenha uma visão mais detalhada das dificuldades encontradas no cotidiano da ESS, o Quadro 2 abaixo sistematiza as principais questões levantadas por Neves (2012; 2016):

Quadro 2 – Principais dificuldades encontradas no cotidiano da ESS

Econômicas	<ul style="list-style-type: none"> - Inseridos na lógica capitalista; - Frágil inserção nos mercados competitivos; - Dificuldades de comercialização; - Dificuldades de acesso aos insumos; - Infraestrutura básica (local, energia elétrica, água etc); - Perfil empreendedor dos partícipes;
Administração/gestão	<ul style="list-style-type: none"> - Baixas escolaridade; - Baixa ou nula qualificação técnico profissional; - Baixo ou nulo conhecimento sobre planejamento; - Baixa ou nula experiência em gestão de empreendimentos; - Sobrecarga de tarefas (produtiva, comercialização, gestão);
Políticos	<ul style="list-style-type: none"> - Frágeis articulações e relações com outros empreendimentos

	<p>e instituições;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Forte dependência de ações assistencialistas;
Sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de gerar e manter os postos de trabalho, na quantidade necessária; - Geração de postos de trabalho de baixa qualidade; - Geração insuficiente de renda; - Condições insalubres de trabalho; - Condições de trabalho indesejáveis (horas de trabalho, relações de trabalho, informalidade, exposição a riscos etc);
Educacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa escolarização dos trabalhadores, cooperados, associados etc; - Baixa ou nula qualificação técnico profissional;
Culturais	<ul style="list-style-type: none"> - Conjunto de conhecimentos, crenças, valores e costumes e como isso se expressa no seu dia-a-dia; - Presença da lógica de individualismo, competição e tentativas de tomada de poder; - Enfraquecimento e desmobilização dos movimentos sociais, trabalhistas, sindicais etc;
Científicos e tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso precários dos EES à tecnologia e à pesquisa científica; - Dificuldades para aquisição de máquinas e equipamentos essenciais

	<p>para viabilizar o processo produtivo;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dependência de projetos (editais públicos ou privados) para financiamento;
Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> - A necessidade de sobrevivência dos EES impede que estes ajam de maneira distinta das empresas capitalistas, submetendo a questão ambiental à necessidade de sobrevivência do empreendimento; - Ausência de consciência ambiental;
Jurídicos e Contábeis	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades para lidar com as questões burocráticas relacionadas a sua legalização e manutenção, por meios legais; - Dificuldades da legislação para entender os princípios da ESS; - Dificuldade para pagar profissionais da área contábil; - Falta de familiaridade dos profissionais contábeis com as práticas da ESS;

Fonte: Elaboração própria, com base em Neves (2012; 2016)

Sugere-se que o entendimento deste Quadro deva levar em conta dois movimentos também levantados pela autora. Em sua visão, é importante destacar que a ESS tem apresentado uma frágil inserção no mercado, o que faz com que se depare com grandes dificuldades para gerar a quantidade de trabalho e renda necessários para promover a inclusão social e a melhoria nas condições de vida de seus partícipes. De outro lado, a

ESS enfrenta uma contradição decorrente do fato de que seu fortalecimento, de maneira imediata, pode prescindir de sua inserção no mercado capitalista, implicando aderir à lógica da economia capitalista. Nesta perspectiva, deve-se acrescentar que a própria oposição de parte do movimento político da ESS à lógica mercadológica capitalista, torna a inserção da ESS no mercado uma séria contradição (Neves, 2016).

A partir de um estudo comparativo entre Brasil e Portugal acerca do fracasso dos EES, tendo como base, tanto elementos de experiência empírica (no campo da incubação de EES), como de estudo teórico sobre o tema, Oliveira (2017) nos propõe uma pertinente reflexão. Segundo o autor, verifica-se que, entre as causas possíveis do fracasso dos EES, estão os fatores tanto técnicos como políticos e ideológicos, bem como os relacionados à inserção em mercados competitivos. Interessante notar que como desafios inevitáveis, Oliveira (2017) destaca a relação da inserção dos EES no mercado, “*mesmo que a ideia seja romper ou lutar contra esse modelo*” (p. 53). Outro ponto é a necessária criação de um estilo próprio de gestão, avaliação e condução adequada ao modelo de empreender no campo da solidariedade e da cooperação; devendo centrar-se na cooperação dialógica e não dialética, e pautar-se pela cooperação e solidariedade de baixo para cima, com resultados efetivos e não paliativos. De toda forma, Oliveira (2017) conclui que o fracasso de EES deve ser entendido também como um modo de aprendizado, tanto quanto os exemplos de ‘sucesso’.

Singer (1997) já advertira para a tese de que a fragilidade destes tipos de empreendimentos reside em sua “*pequenez*” e “*isolamento*”, que restringe brutalmente o acesso a tecnologias que exigem mais investimentos e mais produção. Segundo ele, a vantagem decisiva da grande empresa sobre a pequena é provavelmente a possibilidade de desenvolver novas técnicas de processo e novos produtos, além de dispor de informações e de conhecimentos. Ademais, estes empreendimentos em geral apresentam graves carências, como defasagem tecnológica, equipamento desgastado e falta de competitividade. Neste cenário, é preciso dotá-los de criatividade e eficiência, além de experiência gerencial, administrativa e comercial.

Ou seja, utilizando-se o termo de Coraggio (1997), é preciso alcançar uma “*organicidade*”, o que implica “*investir recursos importantes no desenvolvimento, consolidação e alimentação de redes que articulem, comuniquem e dinamizem a multiplicidade de empreendimentos e micro redes populares*” (p.37). Implica, inclusive, em sua visão, “*canalizar recursos de pesquisa e assessoria técnica das universidades*

para a conformação de centros tecnológicos que alimentem e estimulem estas redes de maneira permanente”. Além disso, no que tange à superação do sentimento “*estruturalmente hostil*” ao surgimento e ao desenvolvimento de tais empreendimentos, “*é necessário empreender também uma profunda transformação cultural dos valores sobre o bem-estar, o trabalho, a democracia e os limites da legitimidade do exercício do poder*” (p.37).

Em se tratando de transformação cultural dos valores, segundo Gaiger (2008), determinados intelectuais que discutem a ESS apresentam certa resistência no que tange à discussão dos temas empresa, eficiência e empreendedorismo, dado que estariam contaminados ideologicamente e que levariam a pensar dentro do marco da racionalidade capitalista. O autor critica esta visão, a considera uma “*atitude refratária*”. Para ele, não é possível pensar uma sociedade na qual não haja relações de troca e atividade econômica. Logo, propugna a necessidade de resgatar o termo empreendedorismo no âmbito da ESS, além de entender a complexidade do processo empreendedor e sua adequação às necessidades de um “*empreendedorismo associativo*”, típico da ESS, na qual são ingredientes necessários: a cooperação no trabalho, as decisões coletivas, a troca de informações e um projeto coletivo. Em outros termos, Gaiger defende um conceito de “*empreendedorismo brando*”, quando comparado ao perfil empresarial das atividades tipicamente capitalistas e fortemente competitivas e individualistas.

Em sua visão, “*uma das novidades promissoras da ESS reside em suas possibilidades de superar o padrão de subordinação e vulnerabilidade das formas típicas de economia de setores populares*” (Gaiger, 2008, p. 58). O autor propugna a necessidade de uma abordagem teórico-conceitual sobre a dimensão empreendedora nas organizações de ESS, frente ao contexto de “*alargamento gradativo*” do conceito de empreendedorismo, extrapolando o campo econômico e espraiando para a área social, política e institucional. Segundo ele, “*a dimensão empreendedora é indissociável da dimensão solidária dos empreendimentos*”, sendo de fundamental importância para que a ESS logre sua sobrevivência, gerando benefícios às pessoas neles envolvidas.

Ainda de acordo com este autor, é interessante mencionar que a eficiência da ESS diz respeito à capacidade de preservar-se e consolidar-se em resultado de seu funcionamento, ou seja, “*refere-se a aspectos da operação econômica que garantem a sobrevivência do empreendimento no presente e não o comprometem no futuro próximo*”

(Gaiger, 2008, p. 66). No que concerne à sustentabilidade da ESS, esta diz respeito à sua capacidade de gerar condições de viabilidade e prosseguir funcionando a médio e longo prazos. Isto envolve aspectos internos e externos e requer um conjunto de ações, tais como autossuficiência econômica e financeira, capacidade de investimento, incremento produtivo, educação e qualificação permanentes, ampliação social do empreendimento, preservação de parceiros estratégicos, emprego de tecnologias limpas, etc.

No entanto, é pertinente indagar: como definir os critérios de sustentabilidade da ESS face às suas fragilidades inerentes?

Para Coraggio (2008), estes critérios não podem ser unicamente os economicamente calculáveis a partir de parâmetros microeconômicos de viabilidade, inclusive por que não se aplicam em muitos empreendimentos novos que dependem de subsídios de diferentes tipos. Em sua visão, a sustentabilidade da ESS deve ser pensada “*a nível meso – sociopolítico – econômico e cultural*” e não exclusivamente em critérios mercantis. Ou seja, pensá-la com um setor da atividade econômica “*no regido por la lógica de la acumulación privada del capital sino por la reproducción ampliada de la vida de todos*”, o que significa assegurar um “*sustrato material*” suficiente com uma distribuição adequada, com laços de intercâmbio, cooperação e solidariedade. A sustentabilidade da ESS dependerá, também, da melhoria nas condições de acesso de assistência direta, financiamento, bem como na regulação de mercados, geração de serviços de apoio às formas não capitalistas de produção, ou seja, de uma “*política de Estado*”, bem como da vontade social e política dos atores coletivos envolvidos.

Ao pensar a sustentabilidade nesta perspectiva, é possível justificar favoravelmente medidas de apoio que permitam que a ESS encontre sustentabilidade mercantil no longo prazo. Isto requer programas de incubação mais longos, respeitando o tempo necessário para que cada EES atinja sua maturidade. É importante também o acesso a linhas de crédito condizentes, bem como programas públicos de apoio. Tal ideia exige a elaboração de políticas públicas adequadas e que tratem a ESS de forma mais ampla e integrada com outras políticas de desenvolvimento humano, social e econômico. Adicionalmente, se faz necessária a participação ampla de um conjunto de atores, públicos e privados, envolvendo a Universidade, os Centros de Pesquisa, os sindicatos, as diversas Associações da sociedade civil etc; requer, portanto, a existência de um ecossistema empreendedor para a ESS, que será tratado no tópico seguinte.

2.3. Importância do ecossistema empreendedor para a Economia Social e Solidária

Entende-se como “ecossistema empreendedor” uma comunidade dentro de uma região de atores interdependentes, com papéis diversos que interagem, determinando o desempenho do ecossistema e, eventualmente, de toda a economia de uma região (Spilling, 1996). Como resultado do desempenho do ecossistema, espera-se que, além daqueles obtidos pelas empresas e pelas organizações componentes (em termos de desempenho e aprendizado), a interação leve à geração de novos negócios e dinâmicas. Os ecossistemas empreendedores podem produzir impacto favorável na macroeconomia da região e, se sua existência se sustenta ao longo do tempo, atraem novos atores que dinamizam o desempenho deste ecossistema (por exemplo, empresas ou fundos que se dedicam a financiar *start-ups*, o que pode contribuir com o aparecimento de maior número de empresas nascentes).

Os elementos que fazem parte de um ecossistema empreendedor são de natureza institucional e relacional e estão inseridos dentro de um ambiente social. Cohen (2006) distingue os elementos da rede formal dos da rede informal, sendo:

- A. *Rede informal*: representa os amigos, colegas e familiares dos empreendedores e suas eventuais relações com outras empresas em condição semelhante às que estão criando ou dirigindo.
- B. *Rede formal*: constituída por uma diversidade de atores, como as universidades de pesquisa, os serviços de apoio do governo local, regional ou nacional, os serviços de apoio empresariais (consultores, contadores, advogados), provedores de capital (bancos, investidores anjos – capital semente), investidores de risco, empresas formais de grande e médio porte.

Tendo como base os conceitos de ecossistema empreendedor para os empreendimentos de base empresarial, cabe refletir sobre o ecossistema empreendedor para os EES, tendo em vista as características do empreendedor deste segmento. Sugere-se que pensar e estruturar um ecossistema para a ESS não significa uma automática transposição de sua estrutura geral. Isto porque os EES e seus atores apresentam

características específicas, bem como seus resultados não devem apenas serem avaliados por indicadores econômicos.

Interessante contribuição para a sistematização da estrutura deste processo pode ser vista em estudos realizados pela Comunidade Europeia (2016) e, na perspectiva asiática, sobre o caso sul-coreano (Kim & Jung, 2016). A partir desses estudos, entende-se como uma estrutura coerente de organização do processo ecossistêmico empreendedor solidário, os seguintes componentes: a) Conhecimento; b) Acesso aos mercados; c) Suporte público e fiscal para *start-ups* de ESS; d) Acesso ao financiamento; e) Instrumentos de apoio às redes e suporte mútuo e f) Desenvolvimento de pesquisas e de qualificação na área. Importante incluir nessa estrutura a capacidade de se criar indicadores de avaliação e monitoramento dos EES; tema tratado anteriormente.

Nesta perspectiva, uma das maneiras de se enfrentar o desafio concernente à estruturação destes componentes é aliar esforços e responsabilidades de construção conjunta entre os EES, a Universidade e a política pública (esta, necessariamente em processo de co-construção entre os agentes). Tal assertiva merece ser melhor explorada, a partir da ideia de “hélice tripla”.

Ao tratar da importância dos empreendimentos, da Universidade e da política pública na composição do ecossistema empreendedor solidário, chega-se à ideia da relevância em se atingir o “*potencial sinérgico*”, para articular e integrar a “*hélice tripla*” em prol da construção deste ecossistema. Conforme nos aponta Lemos (2011, p. 44):

para que o tratamento dos ecossistemas se mostre como abordagem viável ao planejamento e a gestão estratégica do empreendedorismo, é importante apresentar as razões que fazem da hélice tripla uma visão e prática predominantes.

Em seu trabalho, observam-se algumas razões, dentre elas: i) a abordagem da hélice tripla combina economia com uma forte perspectiva sociológica dos sistemas de inovação, o que seria uma característica distintiva desta perspectiva; ii) a abordagem da hélice tripla tem uma destinação à aplicação em políticas públicas e de seu gerenciamento em instituições de pesquisa, em Universidades e em organismos internacionais; iii) tal abordagem funciona como facilitador do planejamento, gestão e execução, em processos de tomada de decisões e em avaliações dessas políticas.

Na abordagem da hélice tripla, três “*ativos críticos*” são considerados relevantes para o desenvolvimento do ecossistema empreendedor: a) ativos voltados às atividades inovadoras; b) ativos para ações empreendedoras e c) “*ativos-ponte*”, que seriam formados por agentes e mecanismos responsáveis pela indução e coordenação da interação entre os empreendedores e o conhecimento (Lemos, 2011).

Além do exposto, a abordagem hélice tripla: a) está focada em um modelo “*bottom-up*”, visto que os sistemas devem ser pensados em direção à valorização das pessoas e dos grupos relacionados; b) entende como importante a capacidade de orquestração e articulação (de natureza transversal), como forma de caracterização das diretrizes teóricas desta metodologia; c) se apoia na visão ecológica de sistemas e de redes, não pela via da “*seleção natural*”, mas a partir das considerações das “*interações*” (ecológicas e evolutivas) que integram todo o ecossistema, todas as espécies e todos os organismos de um determinado hábitat e o seu meio ambiente físico.

Tais premissas permitem emergir a ideia de “*coevolução*”, quando organizações podem interagir com seus ecossistemas e os ecossistemas interagem com as organizações. Ainda segundo Lemos (2011), é necessário salientar que a coevolução é um conceito transversal, que atua tanto em nível micro quanto em nível macro e que se mostra peça chave no desenvolvimento da perspectiva ecossistêmica. Em outros termos, é necessário considerar que organizações podem apresentar coevolução em instâncias mais amplas, como, por exemplo, a coevolução em relação a trajetórias tecnológicas, ao ambiente social, regulatório e institucional. Ou seja, é uma evolução conjunta com o ambiente em que estão inseridas e integradas.

Adicionalmente, o que vai fazer com que a liderança do ecossistema se mantenha depende da capacidade da organização (ões) líder(es) de convencer seus partícipes de que vale a pena continuar evoluindo em conjunto, ou seja, coevoluindo. Portanto, a vitalidade coletiva (e não individual) do ecossistema é condição de sua própria sustentabilidade, manutenção e evolução. Ao invés de focar apenas nas suas competências, recursos e capacitações internas, os envolvidos devem saber das interdependências entre os organismos dos ecossistemas e enfatizar as propriedades coletivas das redes de negócios e ecossistemas dos quais participam (Iansiti & Levien, 2004).

Outro elemento fundamental da construção ecossistêmica é o grau de interconectividade, ou seja, de interdependência que todos os componentes do sistema guardam entre si. Para Lemos (2011, p. 59):

Essa interdependência é como uma cadeia trófica - garante a produtividade, a criatividade e a estabilidade do ecossistema. Por isso algumas espécies são beneficiárias dos inputs de outras e conseguem com isso concentrar nas suas atividades, sem ter que produzir elas próprias esses inputs de que fazem uso e são dependentes. As espécies-chave são verdadeiras plataformas para outras espécies. Sua diminuição ou desaparecimento causa desequilíbrios profundos ou até mesmo o desaparecimento do ecossistema. Essas são as espécies que definem, que dão o tom da vitalidade (health) do ecossistema.

Neste sentido, entende-se que a necessidade da construção de um processo que se deve permear por uma perspectiva “*bottom-up*” e de transversalidade, possibilitando a coevolução na direção de uma “*vitalidade coletiva*” e com graus de interconectividade, encontra terreno fértil nos EES. Ainda que, com fragilidades estruturais, os EES imbuídos de elementos da ESS permitem o aparecimento e o fortalecimento, em seu *modus operandi*, dessas características sugeridas para a construção de ecossistemas empreendedores solidários.

Conforme o que fora exposto, percebe-se que a construção do ecossistema empreendedor se constitui uma tarefa complexa e marcada por inúmeros desafios. Assim como já mencionado, tais desafios decorrem do reconhecimento desse conceito como algo sistêmico e dinâmico. Quando especificamente se trata do ecossistema empreendedor para a ESS, tais complexidade e desafios se intensificam, tendo em vista as próprias fragilidades estruturais inerentes que caracterizam a ESS, bem como o campo ainda aberto de institucionalização de suas políticas (Morais & Bacic, 2020 a).

De maneira geral, conforme sistematizado por Serrano (2015, p. 173), os ecossistemas são “*redes de atores*” (pessoas empreendedoras, pesquisadores, financiadores, políticos – executivos e legislativos etc.) que levam em conta as dimensões física-territorial e cultural do território em questão. O território abarca um conjunto de sistemas, tais como: a) sistemas políticos (alianças e coalizões entre os atores sociais e os

atores políticos que constituem a base para a governança territorial); b) sistemas de produção (que induzem a criação de redes de atores envolvidos na produção de bens e de serviços) e c) sistemas territoriais de inovação (criados por alguns grupos de atores envolvidos com a geração e a difusão de inovação). Tais sistemas perfazem um “*componente físico*” com consequências sociológicas, políticas e econômicas. Ainda para este autor, o constructo ecossistêmico deve também levar em conta a necessidade da promoção da “*auto reflexão*”, ou seja, ser capaz de se analisar de forma “*endogâmica*”, a partir da pesquisa, da criação de estatísticas e de análises de impacto, bem como da necessidade da abertura e do estreitamento de laços com os movimentos sociais.

Em termos práticos, existem exemplos em alguns países que podem servir como inspiração. A seguir, apresentam-se algumas informações acerca dos casos europeu e asiático, regiões onde já há certo avanço na consecução e no registro do ecossistema empreendedor para a ESS. Estes casos foram estudados por Morais & Bacic (2018 a; 2019; 2020 a; 2020 b).

Em se tratando do caso europeu, o estudo originário “*Social enterprises and their eco-systems: developments in Europe*” (Comissão Europeia 2016), e sua versão atualizada “*Las empresas sociales y sus ecosistemas en Europa: Informe comparativo*” (Comisión Europea, 2020), reconhecendo a complexidade inerente ao processo de constituição do ecossistema para as “empresas sociais”, propugnam a existência de dois pilares fundamentais: políticas públicas de apoio e capacidade auto-organizativa da sociedade civil. Os estudos, a partir da estrutura ecossistêmica mencionada anteriormente (conhecimento; acesso aos mercados; suporte público e fiscal; acesso ao financiamento; instrumentos de apoio às redes e suporte mútuo; desenvolvimento de pesquisas e qualificação na área), já de início, chamam a atenção ao fato de que os relatórios nacionais confirmam que, mais do que depender de apenas um fator, o ecossistema é moldado pelas interações entre todos esses fatores.

Uma análise mais detalhada da estrutura de construção do ecossistema empreendedor solidário (ou para empresas sociais, no caso específico da União Europeia), nos traz algumas informações interessantes.

Em se tratando do primeiro ponto (conhecimento - sensibilização política e formas legais de reconhecimento destas políticas), dependendo do país, tal reconhecimento se dá a partir de diferentes instrumentos, como por exemplo: leis específicas para as empresas

sociais (caso do Reino Unido) ou para a ESS (casos da Espanha e Itália); criação de ministérios, secretarias ou departamentos pertinentes ao tema (casos da Bulgária com o *National Social Economy Concept* ou da Polônia com o *National Programme for Social Economy Development*); elaboração de documentos oficiais ressaltando o papel dos programas de fortalecimento da ESS.

No que se refere ao acesso aos mercados, segundo ponto da estrutura construtiva do ecossistema social europeu, as empresas sociais possuem produtos e serviços que podem ser direcionados à demanda dos setores público e privado. Desta forma, verificam-se políticas públicas ou programas de fortalecimento a estes empreendimentos, sobretudo, em três frentes, a depender do país: promoção, integração ou substituição (de serviços antes ofertados pelo Estado e que passam a ser ofertados por empresas sociais, como por exemplo, serviços de apoio ao idoso, às crianças, serviços de desenvolvimento comunitário etc.). Um fator importante para o fortalecimento dessas medidas foi a criação do *EU Public Procurement Rules*, de 2014, regulação esta que objetiva oferecer novas oportunidades e estímulos à criação de empresas sociais, mormente às voltadas à provisão de serviços sociais e de saúde. Vale mencionar que a partir de maio de 2016, 21 Estados Membros se dispuseram a iniciar e adequar-se a essa importante regulação em nível europeu. Como exemplo, podem-se citar países como França, Irlanda, Itália, Polônia e Eslováquia que introduziram aspectos desta Regulação em suas respectivas legislações nacionais, entre 2015 e 2016. Nesta perspectiva, vale mencionar também as políticas de “reserva de mercado” para algumas empresas sociais, reconhecidas por lei, como na Itália e na Eslováquia, que garantem a inserção de trabalhadores descapacitados física e mentalmente.

O terceiro ponto da estrutura trata do suporte público e fiscal para *start-ups* de empresas sociais. Em todos os países analisados, observa-se que a estrutura fiscal inserida no campo da ESS é complexa, heterogênea e fragmentada. Tal fato se deve, inclusive, à heterogeneidade de organizações que compõem a ESS (cooperativas, associações, fundações, empresas sociais etc.). Em geral, os acordos fiscais voltados a essas organizações são classificados em três tipos: a) contribuições para a seguridade social reduzidas (*reduced social security contributions*); b) isenção de impostos e taxas mais baixas (*tax exemptions and lower rates*) e c) reduções fiscais para os doadores privados ou institucionais (*tax reductions for private and or institutional donors*). Na Bélgica, por exemplo, há redução da contribuição social de organizações que atuam com serviços

sociais e de saúde, enquanto que na França, associações que promovem atividades culturais e esportivas estão isentas de impostos sobre o valor agregado que recaem sobre suas atividades (Value Added Tax - VAT). Já na Irlanda, as associações de caridade, que podem incluir algumas empresas sociais, são menos tributadas. Na Itália, as cooperativas sociais são isentas do *corporate tax* (IRES), além de possuírem tratamento especial em relação ao VAT, enquanto que na Espanha, as cooperativas sociais são tributadas em 20% (e não 30%, como as demais empresas) em relação às *corporate taxes* e possuem uma redução de 95% na tributação sobre suas atividades econômicas (*activity tax*).

No que tange especificamente ao suporte para as *start-ups*, as medidas de apoio se diferem entre os governos (central e regional) e segundo tipos de empresas. Alguns países como Bélgica, França, Itália, Polônia e Espanha reconhecem a importância da cooperação estreita com as autoridades locais para o desenvolvimento da ESS. Para se ter uma ideia, na França, a região administrativa Auvérnia-Ródano-Alpes (antiga Ródano-Alpes) é um exemplo evidente de uma região que impulsiona sistematicamente a ESS. Na Irlanda, a origem do suporte público para a ESS se deu, a partir de 2000, através do *Social Economy Programme* e do *Community Services Programme*.

O acesso ao financiamento compõe o quarto ponto da estrutura do constructo do ecossistema europeu para a ESS e é considerado como uma questão estratégica. Em face da já mencionada heterogeneidade das organizações que compõem a ESS, cada organização apresenta suas facilidades e dificuldades no que diz respeito ao financiamento. Algumas delas apresentam mais facilidade em auto financiamento (*self-financing abilities*), tendo em vista a significativa escala de doações de seus voluntários. Outras organizações dependem fortemente de crédito público ou de bancos específicos (voltados às cooperativas, à área rural, habitação etc.) de apoio à realização de suas atividades.

De maneira geral: i) os instrumentos financeiros que apoiam inovações sociais são mais recentes e vêm apresentando crescente importância e atenção. Como exemplos, citam-se: *impact investing*; *social impact bonds*; *social venture capital*; *crowdfunding* etc.; ii) as principais dificuldades para o acesso ao financiamento encontradas através dos estudos sobre países referem-se à ausência de “tino investidor”, bem como à falta de habilidades para desenvolver projetos adequados e, conseqüentemente, passíveis de serem financiados mais facilmente. Nesse sentido, o estudo da União Europeia chama atenção ao fato de que “há necessidade de políticas adequadas que sejam capazes de

incentivar a capitalização das empresas sociais por meio de instrumentos de financiamento inovadores” (Comissão Europeia, 2016, p.36).

As redes e os mecanismos de suporte mútuo são outro ponto fundamental na estrutura do ecossistema europeu para a ESS. Onde estes existem, as chances de êxito da ESS são bem superiores quando não há o estabelecimento de redes e mecanismos de apoio mútuo entre os empreendimentos. Adicionalmente, as redes permitem replicar experiências positivas em termos econômicos, sociais e políticos. Ao analisar os países europeus, o estudo afirma que as redes (p. 37): *“desempenharam um papel importante na legitimação da emergência de um novo tipo de cooperativa, com um objetivo social explícito, e fizeram um lobby bem sucedido pela introdução de políticas de apoio através da participação na elaboração de novas legislações e políticas públicas”*, assim como ocorrera na França (*Les Scop, network of SCOPs*), na Itália (*Confcooperative e Forum del Terzo Settore*) e na Espanha (*CEPES*).

Por fim, não menos importante, aparece na estrutura de construção do ecossistema europeu para a ESS, os temas concernentes à educação e à qualificação ou ao desenvolvimento de capacidades e de conhecimento em determinadas áreas (*“skills development”*). Na visão dos estudos, esta temática configura-se como *“um novo campo de investigação científica”*, ainda que *“embora esteja atraindo o interesse de um número crescente de pesquisadores, a pesquisa nesta área ainda é fragmentada e frequentemente utiliza um único método, geralmente descritivo e classificatório”* (Comisión Europea, 2020, p.39). Tal reconhecimento decorre também do fato de que a ESS não é regulada por uma só legislação, mas por várias legislações (quando existem) que variam por tipo de organização e ou por país de atuação.

No entanto, deve-se frisar que *“o número de programas educacionais e de treinamento moldados para empresas sociais está também crescendo significativamente”* (p.40). Na França, por exemplo, os módulos de estudos ligados à ESS estão integrados aos programas de nível universitário, contabilizando no país, em 2012, segundo dados fornecidos pelo estudo europeu, mais de 70 cursos relativos à ESS. Nesse país há também uma rede interuniversitária (RIUESS) de professores e de pesquisadores especializados na ESS. Também, na Bélgica e na Itália, diversas universidades incluíram em seus cursos disciplinas na área de ESS e temas afins.

Em se tratando do desenvolvimento de capacidades e de conhecimentos (“skills development”), o estudo europeu nos mostra que:

Em todos os países estudados, incluindo aqueles onde as empresas sociais cresceram em número e tamanho e provaram ser provedores eficientes de um amplo conjunto de serviços de interesse geral, a gerência continua sendo uma área de debilidade. Isso é devido principalmente ao fato de que muitas empresas sociais se desenvolveram a partir de grupos comunitários. Consequentemente, elas ainda são conduzidas, em grande parte, por voluntários ou podem não ter habilidade para recrutar funcionários que tenham habilidades gerenciais específicas (Comissão Europeia, 2016. p.40).

Presume-se que a relevância em desenvolver centros de treinamento e de pesquisa para a ESS em específico se justifica pelo fato de que “o apoio empresarial mainstream não tem sido eficaz em se envolver com empresas sociais, priorizando negócios comerciais mais tradicionais”. Assim como afirma o documento, a mera cópia de práticas dos empreendimentos tradicionais, “desconsidera o potencial das empresas sociais em desenvolver modelos alternativos mais eficientes e coerentes com suas raízes locais peculiares, dimensão inclusiva e objetivos sociais explícitos” (p. 41). Além do que, isso auxiliará a ESS a desenvolver seus potenciais e consolidar o potencial como “uma alternativa verdadeira para as práticas insustentáveis atuais”.

No que se refere ao caso asiático, destaca-se o exemplo da Coreia do Sul, a partir do *Local Social Economic Ecosystem Development Project (LSEEDP)*, criado para garantir a sustentabilidade da ESS sul-coreana. De acordo com Kim & Jung (2016, p. 40):

Os objetivos são fortalecer a cooperação interna e o trabalho em rede entre os atores da economia social local e, assim, induzir um ecossistema saudável e próspero da economia social, baseado na cooperação entre todos. Projetos estratégicos locais têm como objetivo garantir a incorporação da economia social nas comunidades locais.

No caso sul-coreano, a estrutura desenvolvida contempla os governos locais (com suas respectivas políticas de apoio), as redes de ESS (e seus centros de cooperação) e a sociedade civil (consultada em suas instâncias participativas). Neste ecossistema, a

“*formação de ativos*” (em temas de infraestrutura, recursos humanos e expansão de mercado) é tida como elemento fundamental e todo esse processo desagua nos “*projetos locais estratégicos*”, onde se concebem projetos de apoio à incubação de empreendimentos de ESS e de desenvolvimento local. Embora integrados, o LSEEDP prioriza os projetos de desenvolvimento local a partir dos “*ecosystem groups for boroughs*” (espécie de grupos ecossistêmicos de bairro), que são apoiados por até cinco anos, até que os mesmos atinjam níveis de autonomia. Esse processo se divide em duas etapas, sendo a primeira de fomento às capacidades da sociedade civil (leia-se dos “bairros selecionados”) e a segunda de assistência a temas econômicos, financeiros, jurídicos etc. dos potenciais empreendimentos iniciados.

Outro aspecto interessante refere-se à criação das “Zonas de Economia Social” (“*Social Economy Zone*” - SEZ) com o intuito de “*permitir que cada bairro identifique e faça uso estratégico dos recursos locais disponíveis para compartilhamento, a fim de resolver problemas locais por meio da cooperação local*” (p. 49). Como exemplos de zonas já criadas, citam-se a *Social Fashion Ecosystem Development Project* na região de Seongdong e o *Local Social Service Center* em Seongbuk, além das zonas ligadas ao desenvolvimento de novos modelos de empreendedorismo social na área do turismo, da arte e da cultura, como os desenvolvidos em Mapo e os de atividades de reciclagens em Nowon.

Vale registrar que a ideia e as ações voltadas ao fortalecimento do ecossistema empreendedor solidário em Seoul são parte do *Seoul's Social Economy Policy*, com o claro e explícito objetivo de “*promover um ecossistema para maior autossuficiência*”. O Programa se financia a partir do *Seoul Social Investment Fund* para realizar seus projetos.

2.3.1. Elementos para pensar o ecossistema brasileiro de Economia Social e Solidária

No caso brasileiro, conforme estudado por Moraes & Bacic (2020; 2020 a), podem-se detectar algumas “sementes” do ecossistema para a ESS. São elas:

a) as universidades foram apoiadas financeiramente pelo governo federal, sobretudo na primeira e parte da segunda décadas de 2000, mediante editais ou projetos, para atuarem como incubadoras de empreendimentos de ESS a partir das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), bem como a existência da Rede da Incubadoras Públicas de Empreendimentos Solidários da UNITRABALHO²⁴;

b) bancos que atuam com o microcrédito e ou com moedas sociais. Vale lembrar que os bancos comunitários são uma realidade em alguns municípios no país, e contabilizam uma rede de aproximadamente 100 bancos comunitários (como o originário Banco Palmas e sua Rede²⁵);

c) financiamento de determinados projetos realizados pela antiga SENAES, além de outros projetos financiados através de parcerias internacionais, como no caso da UNICAFES e UNICOPAS;

d) programas de garantia de demanda como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); programas que permitem a compra pública de alimentos de EES, fundamentalmente, de pequenos produtores rurais sem licitação;

e) existência de redes de EES, formais e informais, bem como de importantes instituições de apoio, discussão e força política para a ESS, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e os Conselhos Estaduais e Nacional de Economia Solidária (CONAES);

f) crescente base de estudos sobre ESS nas universidades (cursos de economia, ciências sociais etc.) em cursos de graduação e de pós-graduação, seja em disciplinas de

²⁴ Para mais informações sobre este aspecto, consultar Velloso, Moraes & Menezes (2020).

²⁵ <https://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>

qualificação na área, seja em trabalhos de conclusão de graduação ou pós graduação (especialização, mestrado e doutorado). Basta verificar os dados mencionados no estudo de Icaza (2017), que aponta para um significativo crescimento de estudos nas áreas do cooperativismo e da ESS nas duas últimas décadas;

g) avanços na formação de Conselhos Municipais de Economia Solidária e de Leis Municipais de Economia Solidária, como nos casos dos municípios de Araraquara (SP), de Balneário Camboriú (SC) etc (Morais, Silva & Santos, 2022).

Nesta perspectiva, o quadro a seguir foi elaborado por Morais & Bacic (2020), a título de sistematização, com base nos componentes acima descritos, que sugerem uma possível estrutura para o construto do ecossistema brasileiro de economia solidária, a partir dos elementos de inspiração dos ecossistemas europeu e asiático apresentados anteriormente. Esse exercício permitiu verificar que no Brasil já há um ponto de partida no que diz respeito à construção ecossistêmica para a economia solidária. No entanto, ainda carece de plena institucionalização e que esteja garantida enquanto política de Estado e não apenas de Governo.

Quadro 3 – Estado da arte do ecossistema empreendedor para a economia solidária no Brasil

a) Conhecimento - sensibilização política e formas legais de reconhecimento destas políticas e ação: SENAES   b) Acesso aos mercados: PAA; PNAE; Feiras de Economia Solidária; Política Nacional de Resíduos Sólidos;   c) Suporte público e fiscal para <i>start-ups</i> de ESS: Editais SENAES (Ex. Projeto Redes);   d) Acesso ao financiamento: FINEP; Banco Nacional da Bahia (BHB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), microcrédito, fundos rotativos solidários, bancos comunitários (Ex. Palmas, Cocais etc.)   e) Instrumentos de apoio às redes e suporte mútuo: FBES; CONAES; UNICOPAS   f) Desenvolvimento de pesquisas e de qualificação na área: ITCPS; Rede da incubadoras públicas de empreendimentos solidários da UNITRABALHO; Centros de Estudos - Análises de ESS formais e informais

Fonte: Elaboração própria com base em *European Comission* (2016) e *Morais & Bacic* (2020)

No entanto, conforme apontaram *Morais & Bacic* (2020; 2020 a), a partir de 2016, no Governo Temer, nitidamente se observa um processo de deterioração do apoio público ao ecossistema para a economia solidária no Brasil. Segundo os autores, suas políticas públicas tiveram um retrocesso, intensificado ainda mais no Governo subsequente (Bolsonaro). Estes fatos mostraram que o fortalecimento de uma arquitetura favorável para um ecossistema dedicado aos EES está em risco. Adicionalmente, se carece ainda aprimorar um contexto legal para a economia solidária, com uma clara legislação pertinente. Também, fortalecer a atuação dos agentes de forma a reconhecer as limitações e especificidades dos EES e desenhar políticas e ações coerentes para sua superação, assim como avançar na criação de indicadores de avaliação e de monitoramento dos EES. Esperam-se dias melhores para a retomada deste processo, tendo em vista as perspectivas que se abrem a partir de 2023.

Mediante o cenário nacional de deterioração do apoio à política pública, de economia solidária vivenciado sobretudo de 2016 a 2022, foi fundamental a resiliência a partir das políticas subnacionais, conforme já apontado anteriormente, com base em *Silva, Moraes & Santos* (2021) e *Morais, Silva & Santos* (2022). Estas políticas foram construídas em territórios onde existe, de um lado, sensibilidade política a respeito do papel da economia solidária e, de outro, um ecossistema de apoio ao fortalecimento deste processo. Para se ter uma ideia, cita-se o caso de Araraquara (SP), minuciosamente estudado por *Sanches* (2019) e *Sanches & Moraes* (2020).

Partindo-se da hipótese de que a construção do ecossistema para a ESS constitui-se um tema de relativa complexidade, tendo em vista suas “lacunas” ainda existentes, *Albagli & Maciel* (2004), propugnam a ideia de que “*o entendimento dessas complexas relações coloca novas questões nos campos conceitual e metodológico, demandando instrumentos capazes de verificar e avaliar os processos do dinamismo socioeconômico local*” (p. 12). Nesse sentido, as autoras propõem, como parâmetros de pesquisa empírica, dois grandes grupos de estudos: i) estudo de casos (apresentando descrições detalhadas sobre estes processos) e ii) estudos estatísticos. Na tentativa de aplicação ao caso de Araraquara (SP), *Sanches* (2019) optou pelo primeiro grupo, visando assegurar a flexibilidade necessária à pesquisa exploratória, ao mesmo tempo em que se possibilitou organizar a pesquisa em torno dos construtos de interesse (*Gil*, 2008).

Com base na proposta de estrutura ecossistêmica apresentada anteriormente, o primeiro passo foi identificar, no município, os organismos e as articulações que compõem esse ecossistema, partindo do mapeamento e um breve diagnóstico dos EES existentes atualmente em Araraquara, realizados pelo Núcleo de Extensão e de Pesquisa em Economia Solidária, criativa e Cidadania, situado na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (NEPESC). A partir dos dados obtidos com esse mapeamento, foi possível notar a existência de algumas características dos EES em Araraquara, tais como, que 42,8% eram associações, 28,6% cooperativas e 28% grupos informais (sem CNPJ, constituição estatutária, regimento interno etc), bem como que 57% estavam na zona rural e 43% na urbana (Sanches, 2019).

Posteriormente, procedeu-se ao levantamento de “atores” relevantes deste ecossistema e suas “interações” locais. Detectaram-se: o governo local, as universidades, o Sistema S, bem como outros atores de apoio, com incidência local, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) – ONG “Mundo Melhor”, o Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, o Sindicato dos Trabalhadores(as) na Agricultura Familiar de Araraquara, o Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria de Araraquara, o Sindicato do Comércio Varejista de Araraquara (SINCOMERCIO), a Associação Comercial e Industrial de Araraquara e o *Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)* de Araraquara.

Na sequência, diversas entrevistas semi-estruturadas foram feitas, com pesquisadores no tema, representantes do governo local, partícipes dos EES etc. Estas entrevistas permitiram estruturar os alicerces do ecossistema local, com base na literatura internacional apresentada, relativa aos casos europeu e asiático.

Desta forma, em se tratando das políticas públicas de apoio (1), constata-se que estas assumem uma posição importante e estratégica no sentido do fomento dos EES no território. E, a partir de um olhar histórico, é possível identificar que as principais articulações entre os EES e o poder público local devem ser estabelecidas através de relações que sejam capazes de garantir uma sustentabilidade na atuação dos EES dentro do mercado, bem como viabilizar aos mesmos um caminho de fortalecimento e emancipação no território – como é o caso de uma relação contratual de exclusividade na prestação de algum tipo de serviço oferecido por um determinado EES.

No que se refere aos mecanismos de financiamento (2), foi possível identificar as principais fontes de financiamento dos EES de Araraquara: Banco do Povo Paulista; BNDES; Fundação Banco do Brasil (FBB); FUNASA; e algumas outras parcerias menores. Importante mencionar, com base nas informações obtidas, que, em Araraquara, embora haja estas articulações entre os EES e os ofertantes de crédito, ainda persistia um cenário de relativa escassez de oferta de crédito para esses grupos. As causas dessas percepções encontram-se, sobretudo, na elevada burocracia envolvida no processo de obtenção de recursos financeiros de uma das únicas fontes de microcrédito local, representada pela figura do Banco do Povo Paulista.

Do ponto de vista dos fatores culturais (3), notaram-se, no município, tentativas de se fomentar uma cultura empreendedora com os membros dos EES. Dentre os principais exemplos, destacam-se as diversas parcerias estabelecidas entre a Prefeitura de Araraquara e os agentes do Sistema S (SEBRAE; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); SENAR; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) etc.). Para se ter uma ideia, em 2019, constou-se um novo esforço na promoção de cursos que podem auxiliar os EES em sua gestão e organização. Essas iniciativas foram promovidas no “Espaço Kaparaó”, como resultado de parcerias entre a Prefeitura do município e diferentes agentes, como o Sistema S e as universidades locais, incluindo a UNESP.

No que diz respeito à infraestrutura que dá suporte à economia solidária no município (4), destaca-se o importante trabalho do governo local, através do Conselho Municipal de Economia Solidária e da Coordenadoria de Economia Solidária, e suas conexões estabelecidas com outras entidades que contribuem com o fomento da economia solidária, sendo o NEPESC um importante parceiro. Vale lembrar, conforme Moraes & Bacic (2020 a), que o ano de 2017 passou a representar um marco para o movimento da economia solidária de Araraquara. As principais sinalizações foram dadas pela então nova administração municipal, que assumiu o mandato na Prefeitura em janeiro. Merecem destaque, como medidas sinalizadoras, as seguintes iniciativas e ações: i) fortalecimento e dinamização da Coordenadoria Municipal de Economia Solidária, inclusive com a sua transformação em Coordenadoria Executiva de Trabalho, Economia Criativa e Solidária; ii) realização da 1ª Conferência Municipal de Economia Criativa e Solidária de Araraquara/SP, com o tema “Desenvolvimento econômico local com trabalho decente:

geração de renda e inclusão social”, organizada de forma coletiva pelo poder público e a sociedade civil, onde foram debatidas e deliberadas propostas que subsidiaram a elaboração do Plano Plurianual 2018-2021 e do Plano Municipal de Economia Solidária; iii) como decorrência da Conferência, a criação do Sistema Municipal de Economia Criativa e Solidária e iv) inclusão, no texto da Lei Orçamentária Anual do município para 2018, de um total de cerca de R\$ 986 mil, destinados a investimentos e despesas correntes aplicáveis no âmbito da economia criativa e solidária;

Sobre o capital humano e os conhecimentos técnicos (5), entende-se que este fator pode contribuir com o fortalecimento dos EES em termos técnicos, administrativos e gerenciais, podendo, assim, proporcionar uma posição de maior autonomia por parte dos mesmos. Entretanto, sabe-se que este quesito (“conhecimento técnico”), proveniente dos meios educacionais, é um fator que muitos EES demandam. Isso porque a maior parte das pessoas envolvidas com os EES não possuem elevada alfabetização; e, em muitos casos, a própria localização do EES não permite o fácil acesso a esses recursos. Por esse motivo, é importante que exista uma maior difusão do conhecimento adquirido em entidades educativas nestes EES, revelando a fundamental relevância dos Projetos de Extensão.

A respeito do acesso aos mercados (6), existem algumas iniciativas que possibilitaram aos EES disporem de mais fácil acesso, como as compras públicas, as feiras que ocorrem no município (muitas promovidas pelos próprios EES) com frequência (e, algumas, até mesmo de caráter fixo), como é o caso da Feira Noturna, que acontece na antiga estação ferroviária, às quintas-feiras; da Feira de Alimentos, que ocorre semanalmente em Araraquara; do projeto Rolê Feira, que se realiza na Praça do Faveral, mensalmente; da Feira do Meio; da Feira do Pôr do Sol; “Circuito dos Sabores” etc. Por suposto, toda esta dinâmica foi negativamente impactada com a crise do COVID-19, trazendo problemas de comercialização para os EES. Neste contexto, o NEPESC auxiliou esses EES com algumas medidas possíveis e pontuais de apoio (Silva et al, 2020).

Ainda em se referindo ao trabalho de Sanches (2019), as entrevistas aos membros dos EES em Araraquara, nos permitiram notar, a partir de uma metodologia de escolha destes elementos estruturais do ecossistema, que, dos quase 15 EES mapeados, cerca de

86% necessitaram de considerável infraestrutura de apoio em sua criação. Tal suporte pôde traduzir-se em apoio direto ou indireto de outros atores no sentido de: provimento de espaço para a realização das atividades de produção e comercialização dos EES; doação de materiais e equipamentos para o início das atividades; suporte jurídico e/ou institucional; assessorias e consultorias; viabilização de recursos financeiros; suporte administrativo/gerencial; facilitação de conexões e estabelecimento de redes com outros atores importantes; incubação etc.

Para o caso da manutenção dos EES, para quase 90% deles se verificou que o acesso aos mercados se configura como um fator primordial para a realização de suas atividades. Notou-se que a principal via de acesso ao mercado local acontece através das feiras locais, ambiente onde os EES expõem seus produtos à população local. Apenas alguns EES detêm um espaço fixo para a comercialização de seus produtos. Contudo, observou-se que muitos EES ainda têm dificuldades em escoar sua produção, visto que nem todos têm acesso às feiras locais; e, mesmo os que possuem um local fixo, também enfrentam desafios, seja pela pouca visibilidade que o local proporciona a seus produtos, como também pelo fato de o público frequentador do respectivo local não ser muito apto a comprar os tipos de bens oferecidos pelo empreendimento. Finalmente, averiguou-se que as políticas públicas de apoio, juntamente com o acesso aos recursos financeiros, são considerados por 100% dos EES entrevistados como fatores cruciais para a emancipação dos mesmos (Sanches & Morais, 2020).

Como se viu, o estudo acerca do ecossistema empreendedor para a economia solidária no município de Araraquara nos mostrou a existência de uma realidade permeada por diversas iniciativas que resultaram em boas bases para a criação de EES. Um dos principais meios pelos quais os EES são criados, mantidos e, possivelmente, emancipados, é através das políticas públicas de apoio à economia solidária. Outro ponto refere-se à articulação entre a universidade e o governo local no estabelecimento de condições para a criação e o fortalecimento dos EES locais. A articulação entre essas três esferas (universidade, poder público e os próprios EES) compõe uma das principais artérias das articulações existentes entre os diversos atores de economia solidária no território, constituindo-se o “potencial sinérgico” de conexão com os demais agentes do ecossistema (Morais & Bacic, 2018 a).

Em se tratando da articulação dos EES com outros agentes do ecossistema empreendedor solidário local, Moraes & Bacic (2018 a, p.3) propõem que é relevante a “*inserção dos EES dentro do tecido produtivo e seu apoio às ações inovadoras*”. Nesta direção, citam-se, como exemplos, os seguintes casos encontrados neste território: a) da Cooperativa Acácia que, em 2019, estabeleceu uma parceria estratégica com o *shopping* Jaraguá, para um projeto de logística reversa, a partir do qual se torna possível a captação, pela Cooperativa, de todo o volume de resíduos sólidos recicláveis; b) parceria, envolvendo também esta Cooperativa e a logística reversa, com a Tetra Pak e ABIHPEC; c) parceria entre o grupo MUPSP, de produtores de sabão, com a empresa Araquímica, incorrendo no aumento da renda e no aprimoramento das técnicas de produção e de qualidade.

A despeito destas potencialidades encontradas, é válido mencionar que alguns cuidados devem ser tomados para evitar determinados “desvios” no ecossistema, conforme apontados por Silva et al (2018), como: i) apropriação política da economia solidária por governos; ii) relações de “*heterogestão camuflada*” internamente aos EES; iii) vincular os resultados de sucesso dos EES apenas aos aspectos econômicos. Em relação ao primeiro ponto, a existência de um Conselho Municipal de Economia Solidária no município, pode ser um caminho para um possível fortalecimento dessas relações entre o poder público e os EES. No que concerne ao segundo ponto, é preciso assegurar que as relações construídas em um ecossistema empreendedor solidário devam ser horizontais e baseadas na cooperação, reciprocidade e autogestão. Já para o terceiro ponto, é mister o desenvolvimento de metodologias quanti e qualitativas, a partir de um olhar mais sistêmico e holístico para “medir” os impactos dos EES.

* * * *

De forma panorâmica, a intenção até este momento, foi apresentar a heterogeneidade conceitual da ESS, bem como suas potencialidades, fragilidades, desafios e a relevância de se criar e fortalecer ecossistemas para a ESS. Ao longo deste levantamento, em que pese o fato de que existem especificidades territoriais ou locais acerca das potencialidades, fragilidades e desafios da ESS, depreende-se que estas questões podem ser encontradas em outras experiências alhures.

Em outros termos, a literatura especializada em complemento da pesquisa-ação, através da interação dialógica e da observação participante, nos permite afirmar que muitos desafios são encontrados também, cotidianamente, em outros países e regiões. Ademais, isto se dá num cenário marcado por problemas que são globais, tais como o desemprego, a exclusão, a insustentabilidade do modelo de produção e de consumo, de relações de trabalho, de aumento dos preços dos alimentos etc. Nesse sentido, entende-se que o fortalecimento do tema internacionalmente pode ser relevante para o aprimoramento das ações locais. E vice-versa.

Assim como nos menciona Bauman (2011), existe uma interdependência na relação global – local, uma vez que as causas podem ter origem local, mas a sua inspiração ser global, bem como as causas apresentarem origem global, mas os seus resultados e impactos atingirem o local. De acordo com o autor, existe uma espécie de “*globalização do local*” e de “*localização do global*”. Eis o fenômeno de “*glocalização*”. No bojo deste entendimento, real e dialético, intensificado pela participação observante e prática deste autor, é que se opta em se debruçar sobre o processo de internacionalização da ESS e seus principais desdobramentos. Este tema será tratado a seguir.

2.4. Internacionalização institucional como mecanismo de fortalecimento da Economia Social e Solidária

Em abril de 2023, pela primeira vez em sua história, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma Resolução para a ESS. Em documento intitulado: “*Promover a ESS para o desenvolvimento sustentável*” (2023)²⁶, a ONU insere em sua Agenda a temática da ESS. A Resolução incentiva os Estados Membros da ONU a promover e implementar estratégias, políticas, programas e ações nacionais, locais e regionais para apoiar e fortalecer a ESS por meio da devida institucionalização, criação de estatísticas nacionais, oferecimento de incentivos fiscais, garantia de compras públicas, iniciativas para aprimoramento de formação e de capacitação, além de desenvolvimento de pesquisa. A Resolução também preconiza a relevância do papel das instituições financeiras multilaterais, internacionais e regionais a apoiarem a ESS.

Este reconhecimento foi fruto de um trabalho acadêmico, político e diplomático, decorrente das ações desenvolvidas no âmbito da Força Tarefa das Nações Unidas para a ESS (UNTFSSSE, em sua sigla em inglês), cuja história será relatada a seguir. Este relato se dará a partir da perspectiva da Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma das agências das Nações Unidas, responsável pelo impulso inicial deste projeto de apoio global à ESS.

Nesta direção, registra-se que o ano de 2022 foi marcado por significativos avanços no reconhecimento internacional da ESS. No âmbito da OIT, este fato pode ser notado levando em conta sua explícita menção e tratamento, pela primeira vez, em sua 110ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), bem como o lançamento, em junho de 2022, da Resolução relativa ao Trabalho Decente e a ESS (OIT, 2022).

De acordo com Moraes (2021) e Moraes & Bacic (2023), todos estes acontecimentos estão no bojo de uma ampla internacionalização da ESS nos últimos anos, onde as ações da OIT para esta área foram relevantes para ampliar a sensibilização de instituições públicas, privadas, acadêmicas e de organizações diversas das Nações Unidas

²⁶Disponível em:

<https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2F77%2FL.60&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>

para a pertinência da ESS, antes e, sobretudo, depois da crise sanitária global da COVID-19.

Vale lembrar que a OIT foi fundada em 1919 como parte do Tratado de Versalhes, colocando fim à Primeira Guerra Mundial, objetivando a promoção da justiça social. Ganhadora do Prêmio Nobel da Paz em 1969, a OIT é a única agência das Nações Unidas que tem estrutura tripartite, na qual representantes de governos, de organizações de empregadores e de trabalhadores de seus Estados-membros participam em situação de igualdade das diversas instâncias da Organização.

Em se tratando da ESS, registra-se que o tratamento inicial dado pela OIT a este setor, se deu no âmbito das cooperativas. Em março de 1920, na ocasião de sua 3ª Reunião do Conselho Administrativo, se estabeleceu um Serviço Técnico Cooperativo, como parte de sua organização. Tal serviço de apoio às cooperativas constitui-se um dos órgãos mais antigos e solidamente estabelecidos dentro da OIT. Em outros termos, a OIT reconheceu a importância das cooperativas, no artigo 12 de sua Constituição, que prevê a possibilidade de se realizar consultas com as cooperativas, ademais dos empregadores e trabalhadores. De acordo com o exposto no Artigo 12 da Constituição da OIT, o desenvolvimento das cooperativas deve ser promovido a partir de assistência técnica e informação, bem como deve ser fomentada por governos e empregadores.

Posteriormente, quando na adoção da Recomendação sobre o Desemprego em 1921, a Recomendação nº 11, preconizava que cada Estado membro deveria examinar a possibilidade de criação de medidas para fomentar a criação de sociedades cooperativas de trabalhadores da agricultura para a produção, a compra ou arrendamento da terra, e o acesso ao crédito agrícola com o fim de combater o desemprego rural.

Assim como inicialmente sistematizado por Pelcé (2001) e detalhado por Moraes & Di Meglio (2019), a sugestão por cooperativas apareceu em algumas Recomendações e Convenções da OIT, transversalizadas em outras áreas como:

- a) Recomendação no. 21, de 1924, sobre a Utilização do Tempo Livre;
- b) Recomendação no. 45, de 1935, sobre o Desemprego juvenil;
- c) Recomendação no. 70, de 1944, sobre Política Social nos Territórios Dependentes;
- d) Convenção no. 82, de 1947, sobre Política Social em Territórios Não Metropolitanos;

- e) Recomendação no. 100, de 1955, sobre a Proteção dos Trabalhadores Migrantes em Países em Desenvolvimento;
- f) Convenção no. 107, de 1957, sobre as Populações Indígenas e Tribais;
- g) Recomendação no. 115, de 1961, sobre a Moradia dos Trabalhadores;
- h) Recomendação no. 122, de 1964, sobre Política de Emprego, em sua parte IV sobre “políticas de emprego associadas ao subdesenvolvimento econômico”;
- i) Recomendação no. 126, de 1966, sobre a Formação Vocacional de Pescadores;

Adicionalmente, conforme ressaltado pelos autores, outro marco importante refere-se também ao ano de 1966, com a criação da Recomendação 127 que versa sobre o “*Papel das cooperativas no desenvolvimento econômico e social*”. No texto desta Recomendação, em seu campo de aplicação, há a sugestão de dinamização de todas as modalidades de cooperativas, incluindo as de trabalho. No capítulo referente aos “*Objetivos de uma política referente às cooperativas*”, há uma menção explícita de que as cooperativas cumprem fator primordial no desenvolvimento econômico, social e cultural, bem como na promoção na promoção humana.

Conforme notado por Pélce (2001), a Recomendação 127 foi utilizada também para corroborar a possibilidade de criação de cooperativas nas: a) Recomendação 132, de 1968, sobre os Arrendatários e Meeiros e a Recomendação no. 136, de 1970, que versa sobre “Assuntos Especiais da Juventude”. Nesta, o papel das cooperativas é mencionado como importante instrumento de apoio para a criação de trabalho e renda para os jovens.

Em 1975, a menção às cooperativas aparece novamente na Convenção no. 142 sobre o Desenvolvimento de Recursos Humanos, e em sua correspondente Recomendação nº 150. Nos anos 1980, a Recomendação no. 169 de 1984 referente à Política de Emprego, estipulava que as medidas tomadas para responder às necessidades de categorias de pessoas com mais dificuldades em encontrar emprego (mulheres, jovens, deficientes, desempregados de longa duração, migrantes etc) deveriam incluir, entre algumas medidas, programas para a promoção de cooperativas de trabalhadores, atentando-se à importância dos pequenos negócios e seus impactos de geração de empregos locais.

No mesmo ano (1984), a Recomendação n. 169 sobre Readaptação Profissional e Emprego para Pessoas com Deficiências Físicas, em suplemento à Convenção n. 159, defendia medidas para incentivar o estabelecimento e o desenvolvimento de cooperativas

por e para pessoas com deficiência. Tratando-se de normas concernentes à saúde e à segurança do trabalho, vale registrar que há poucas normas que fazem referência específica aos trabalhadores de cooperativas. Citam-se, nesse sentido: i) Convenção sobre Serviços de Saúde no Trabalho, no. 161 de 1985 e a Convenção no. 162 sobre o amianto, de 1986 e sua correspondente Recomendação nº. 172, que especifica que os trabalhadores devem ser protegidos contra a exposição ao amianto inclusive os “membros de cooperativas de produção”.

Para além destas Recomendações e Convenções estabelecidas nos anos 1980, vale frisar que, nesta década, a OIT desenvolveu o conceito de "financiamento social", que abrangia uma ampla variedade de instituições de microfinanças. Como desdobramento deste, outra importante contribuição da OIT foi o Programa MATCOM que, no período de 1978 até 2002, promoveu, em âmbito mundial, apoio técnico à gestão para as cooperativas²⁷.

Um ponto positivo para os interesses do cooperativismo, foi a emergência da Recomendação no. 193, de 2002, pautada pela Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em sua 86ª Reunião (1998), assim como considerando o princípio contido na Declaração de Filadélfia de que “*trabalho não é mercadoria*”²⁸. Seguindo esta Recomendação, as cooperativas devem obter mais autonomia, inclusive em relação ao Estado, bem como devem-se guiar por princípios cooperativos de autoajuda, espírito de responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, bem como nos princípios éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e interesse por outros.

Em junho de 2015, a Recomendação 204, que versa sobre a transição da economia informal para a economia formal, ao atentar para a existência de cooperativas e outras organizações da ESS em condições de informalidade, propugna a importância em se pensar formas e mecanismos para que a ESS possa conceber empregos decentes e que, para tal, são necessárias políticas de apoio (macroeconômicas, setoriais, comerciais, salariais, de educação e desenvolvimento, voltadas aos jovens, assim como a estruturação de sistemas de informação para tal) que contemplem estes objetivos.

²⁷Informações adicionais em: https://www.ilo.org/global/topics/cooperatives/publications/WCMS_628667/lang--en/index.htm

²⁸ Informações adicionais em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242764/lang--pt/index.htm

Para além das Recomendações e Convenções da OIT para o fortalecimento da ESS, na visão de Moraes (2021), dois momentos da internacionalização devem ser mencionados com destaque: i) as Academias Internacionais de ESS e ii) a criação da Força Tarefa da ONU para a ESS.

Em se referindo ao primeiro momento, conforme apontaram Moraes & Di Meglio (2019), o ponto de partida para a criação destas Academias foi o reconhecimento, por parte da instituição, de que a ESS desempenha um importante e crescente papel na economia e na sociedade, tendo em vista sua capacidade de criação de emprego e renda, e outros benefícios econômicos, sociais e ambientais.

Nesse sentido, deve-se mencionar que dois importantes momentos antecederam a 1ª Academia, que foi realizada em Turim, no Centro de Formação da OIT, em 2010: a Declaração de 2008 sobre “*Justiça Social para uma Globalização Equitativa*” e a Conferência Regional da OIT “*A Economia Social: a resposta da África para a crise*”, de 2009.

A Declaração de 2008²⁹ se concebeu em junho deste ano, durante a 97ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho realizada anualmente em Genebra, onde se concebeu uma das primeiras manifestações de um organismo internacional sobre o mundo globalizado acerca da grave crise financeira internacional e de seus impactos perversos em âmbito global. Já no que tange à Conferência de 2009, realizada em Johannesburgo³⁰, um dos mais importantes resultados foi o consenso tripartite da adoção do “Plano de Ação para a promoção de empresas e organizações da ESS”. É no âmbito desta Conferência Regional africana, que o Centro de Formação Internacional da OIT decidiu fortalecer a ESS e seus interlocutores, através da organização de uma Academia Internacional.

A primeira Academia foi realizada, assim como já mencionado, no próprio Centro de Formação da OIT, em Turim. Para a realização desta, elaborou-se um “Documento de Trabalho” (2010), intitulado “*ESS: construindo um entendimento comum*”³¹, tendo este autor como partícipe em sua elaboração. A partir de 2013, ano em que se realizou a 3ª edição da Academia, no Marrocos, os organizadores adicionaram também a aprendizagem a distância com o período de encontro presencial. Para isso, foram lançadas plataformas e ferramentas interativas de aprendizagem a distância para promover e fortalecer a rede

²⁹ <http://socialeconomy.itcilo.org/en/files/docs/ilo-declaration-on-social-justice-for-a-fair-globalization.pdf>

³⁰ <http://socialeconomy.itcilo.org/en/files/docs/ilo-regional-conference-on-social-economy-johannesburg-october-2009.pdf>

³¹ Este e outros materiais produzidos podem ser acessados em: <http://socialeconomy.itcilo.org/pt>

mundial de pessoas interessadas na ESS. Importante também, neste ano de 2013, foi a inserção da perspectiva da Cooperação Sul – Sul, através do Departamento “*Partnering for Development - Emerging and Special Partnerships*” (PARDEV) da OIT, propiciando uma interação frutífera entre diferentes atores do Sul Global na discussão e na construção de Agendas em prol da ESS³².

Em 2020, a pandemia da COVID 19 implicou no cancelamento das Academias previstas. No entanto, muitas atividades ocorreram, em formato *online* / à distância, incluindo a realização de uma Academia, inteiramente virtual, proposta por Portugal.

Já em se tratando da Força Tarefa, na visão de Morais (2021), esta decorreu como um dos mais frutíferos desdobramentos das Academias Internacionais da OIT. Isto, pois, as Academias permitiram ampla sensibilização por parte de outras Agências das Nações Unidas, incorrendo na proposta e na efetivação da constituição desta Força Tarefa.

Conforme apontado por Morais (2021), a Força Tarefa tem como objetivo aumentar a visibilidade da ESS dentro e fora do sistema da ONU. Seus membros e observadores realizam atividades de colaboração, com o intuito de: i) reforçar o reconhecimento do papel das organizações de ESS no desenvolvimento sustentável; ii) promover o conhecimento da ESS e consolidar as suas redes; iii) apoiar o estabelecimento de um ambiente institucional e político favorável às ESS; iv) assegurar a coordenação dos esforços internacionais e criar e reforçar parcerias.

Recorda-se que a criação da Força Tarefa respondeu a uma preocupação crescente no âmbito do Sistema ONU de que os esforços para repensar o desenvolvimento na sequência de múltiplas crises globais e no contexto da agenda de desenvolvimento pós-2015, não davam suficiente atenção à ESS (Morais & Bacic, 2023). A reunião fundadora do UNTFSSSE teve lugar em 30 de setembro de 2013, em Genebra, contando com a participação de 14 agências da ONU. Por ocasião da terceira reunião, em fevereiro de 2014, a Força Tarefa tinha 18 membros e 3 observadores, incluindo a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), a Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS) e as Reuniões Mont-Blanc (MBM). Em 2022, o número de membros e observadores segue crescendo, contando com mais Agências do Sistema ONU e outras

³² <https://www.ilo.org/pardev/lang--en/index.htm>

importantes instituições internacionais, de pesquisa e de apoio à ESS, em diferentes frentes³³.

Como corolário, alguns representantes de governos nacionais procuraram a Força Tarefa para estabelecerem acordos de colaboração com o intuito de elaborar projetos e ações em prol do fortalecimento da ESS em seus territórios. Como exemplos práticos, vale mencionar o Plano de Ação da União Europeia para a ESS³⁴; apoio à construção de uma Agenda de políticas públicas para Seul, na Coreia do Sul³⁵, a elaboração da Lei e do Fundo de ESS na Tunísia³⁶, ações práticas de fomento à economia social, pelo Ministério do Trabalho e Economia Social da Espanha³⁷, consultas de países da América Latina e Caribe à CEPAL, após a publicação de um livro sobre institucionalidade cooperativa na região³⁸, bem como consultas de países à OCDE sobre mecanismos de fomento ao segmento a partir das Recomendações por ela propugnadas, como o recente caso da Colômbia³⁹ etc.

Outra pertinente conquista, construída a partir de um dedicado processo político-diplomático, foi a explícita menção à ESS, pela primeira vez, em documento oficial, preparado para a *Commission for Social Development* da Assembleia Geral da ONU, em sua 59ª Reunião, realizada em fevereiro de 2021. O Documento, intitulado “*Socially just transition towards sustainable development: the role of digital technologies on social development and well-being of all*”⁴⁰, em sua parte concernente a “*Alternative models of growth for sustainable development*”, menciona, em seu parágrafo de número 24, que “*another alternative model of growth, aimed at finding a new balance between economic*

³³ A lista completa dos membros e observadores pode ser acessada em: <https://unsse.org/about/members/?lang=pt-br>

³⁴ https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/12743-Plano-de-acao-da-UE-para-a-economia-social_pt

³⁵ [https://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/\(httpPublications\)/969A3AAE861EBAFA802585A8004C25AF?OpenDocument](https://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/(httpPublications)/969A3AAE861EBAFA802585A8004C25AF?OpenDocument)

³⁶ https://www.ilo.org/global/topics/cooperatives/news/WCMS_749012/lang--en/index.htm

³⁷ <https://www.mites.gob.es/es/organizacion/organiograma/empleo/index.htm>

³⁸ <https://www.cepal.org/pt-br/notas/cepal-publica-livro-instituicoes-politicas-publicas-o-desenvolvimento-cooperativo-america>

³⁹ <https://www.oecd.org/cfe/leed/social-economy/combatiedo-la-informalidad-en-colombia-con-la-economia-social-y-solidaria.htm>

⁴⁰ Disponível em: <https://undocs.org/en/E/CN.5/2021/3>

efficiency and social and environmental resilience, is the social and solidarity economy” (p.8).

Outras iniciativas e ações globais ocorreram até o presente momento e seguem fortalecendo a internacionalização da ESS. Além da já mencionada Resolução da ONU em sua Assembleia Geral de 2023, outras iniciativas precedentes devem ser mencionadas. São elas:

- 1) A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), juntamente com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) das Américas, lançaram um livro, em 2022, intitulado: “*Instituciones y políticas públicas para el desarrollo cooperativo en América Latina*”, que trata do cooperativismo em oito países da região, com o intuito de conhecer o estado da arte da institucionalidade das políticas públicas cooperativistas na América Latina⁴¹. Sobre o potencial papel da CEPAL no âmbito da ESS, Morais et al (2023) estabeleceram pontos de contato entre a atual agenda da instituição latino-americana, especialmente com a “Agenda Regional de Desenvolvimento Social Inclusivo”, bem como com a “Mudança Estrutural Produtiva para Igualdade na América Latina” com aspectos da ESS. Neste artigo, os autores concluem que a CEPAL teria capacidade técnica, humana e material para contribuir com os avanços dos estudos da ESS, quantificando, qualificando e potencializando uma eficiência social no desenvolvimento econômico latino-americano.
- 2) A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) iniciou um projeto global para entender e fortalecer a ESS em âmbito internacional, na perspectiva de seus marcos regulatórios e de metodologias de mensuração e de avaliação de impacto, incluindo os ODS⁴². Em junho de 2022, a OCDE lançou a “*OECD Recommendation on the Social and Solidarity Economy and Social Innovation*”, sob a proposta do *Local Employment and Economic Development Committee (LEED)*⁴³. Tal Recomendação reconhece o potencial da

⁴¹<https://www.cepal.org/es/publicaciones/47664-instituciones-politicas-publicas-desarrollo-cooperativo-america-latina>

⁴² <https://www.oecd.org/cfe/leed/social-economy/>

⁴³ Esta Recomendação pode ser acessada em: <https://www.oecd.org/cfe/leed/social-economy/social-economy-recommendation/>

ESS para abrir novos modelos de negócios, fornecer serviços essenciais, contribuir para uma “transição mais justa, verde e digital”, envolver os jovens e construir comunidades;

- 3) A realização, através de iniciativa do Governo da Espanha, juntamente à OIT e à Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), de um evento, em julho de 2022, intitulado: “*Role of Social and Solidarity Economy in achieving the SDGs: Potential General Assembly Resolution*”, marcado pela presença de membros representativos de Alto Nível de governos e de agências da ONU. Especial atenção deve ser dada aos discursos proferidos por Yolanda Días Pérez, Vice Presidenta da Espanha e Ministra do Trabalho e Economia Social do mesmo país⁴⁴, bem como de Collen Vixen Kelapile, Presidente do Comitê Econômico e Social das Nações Unidas, representante do *United Nations High Level Political Forum (2022)*⁴⁵. Outras figuras representativas de países e de organizações da ONU também registraram suas percepções e visões referentes ao papel da ESS no momento atual⁴⁶;

Da pandemia da COVID 19 aos dias atuais, a Força Tarefa seguiu aportando, através de uma Agenda que buscou entender e sistematizar os desafios e as possibilidades de enfrentamento dos problemas socioeconômicos pela via da ESS em âmbito internacional. Nesta temática, foram realizadas algumas reuniões específicas para o entendimento da complexidade desta questão e das potenciais medidas de apoio e de enfrentamento⁴⁷.

Conforme advertido por Menezes & Moraes (2022 a), a pandemia da Covid-19 trouxe efeitos nefastos nas relações de trabalho, cujos impactos, ainda que já sentidos, não foram plenamente mensurados. Nesta direção, para os autores, as instituições,

⁴⁴ Disponível em: https://www.ilo.org/wcmstp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---coop/documents/genericdocument/wcms_852212.pdf

⁴⁵ Disponível em: https://www.ilo.org/wcmstp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---coop/documents/genericdocument/wcms_852213.pdf

⁴⁶ Disponível em: https://www.ilo.org/global/topics/cooperatives/sse/WCMS_852750/lang--en/index.htm

⁴⁷ O registro de todo esse processo e de materiais produzidos pode ser encontrado em: <https://unsse.org/category/covid-19/>

incluindo as normas jurídicas, são incapazes de responder, em tempo, aos efeitos da crise, visto que tais normas foram criadas em outros contextos. Logo, mencionam que a Recomendação 204 da OIT, relativa à transição da economia informal para a formal, deve ser disseminada e fortalecida, sobretudo, no âmbito da ESS. Isto, pois, a ESS surge e se desenvolve em contextos de adversidade, onde as unidades econômicas solidárias emergem como movimentos de resistência. Para os autores: “a ESS se revela como importante potencial para o enfrentamento da Covid-19, assim como já podemos visualizar no banco de experiências e de ações da Força Tarefa das Nações Unidas para este tema (Menezes & Morais, 2022 a, p. 493).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como intuito conceber um fio condutor para o conjunto da obra produzida pelo autor acerca da temática da ESS, a partir de um olhar crítico-reflexivo, na tentativa de se estabelecer uma sistematização de sua produção acadêmica até o momento.

Como se tentou mostrar, o campo de estudos e da *práxis* da ESS contempla diferentes correntes teóricas, que hoje influenciam o pensamento sobre o seu papel e o seu lugar na transformação do modo de produção capitalista. Assim, esta temática é permeada por embates e conflitos que vão da teoria à *práxis*, uma vez que envolvem diferentes posicionamentos em termos políticos, culturais, ideológicos e conceituais.

A diversidade terminológica existente foi descrita por Moreno (1996), Montolio (2002), Tremblay (2009), Chaves & Monzón (2018) e Gutberlet, Besen & Morais (2020). No que se referem aos levantamentos bibliográficos e bibliométricos, Duque et al (2021) e Alarcón, Álvarez & Morais (2022) contribuíram no sentido de apontar as publicações registradas nas duas últimas décadas, em termos de idiomas, países, linhas de investigação etc. Desta forma, a grande quantidade de terminologias é justificada pelos diferentes modos de geração, atuação e comportamento que este setor se manifesta nos diferentes países. Ou seja, em cada nação, assim como em cada região, se adotam distintas terminologias para fazer frente ao setor, de acordo com aspectos históricos, culturais, políticos, jurídicos, etc (Morais, 2013; Utting, 2022).

Mediante a falta de consenso para definir, classificar, mensurar e sistematizar o campo da ESS e quais organizações fazem parte, é mister apresentar alguns elementos característicos utilizados para identificar estas organizações, entidades e empresas. Para Fonteneau, et al (2010); Chaves & Monzon (2018) e OIT (2022), outras características, além da função econômico-social, podem nos ajudar a identificar organizações e empresas da ESS. São elas: solidariedade, participação voluntária, autonomia, autogestão, governança democrática, dimensão coletiva e preocupação com o entorno. Como exemplos de organizações e empreendimentos associados à ESS, citam-se: cooperativas, ONG's, fundações, institutos, associações, empresas sociais, sociedades mutuas, empreendimentos econômicos solidários (EES, no caso específico do Brasil). Todas elas passíveis de ampla discussão acerca de sua efetividade enquanto ESS (Morais & Bacic, 2018).

No caso brasileiro, o termo ESS não é tradicional e consensualmente utilizado, apesar das organizações que atuam na interface entre a economia e a sociedade constituírem um fenômeno social expressivo e cada vez mais reconhecido. No que diz respeito à esfera da *práxis*, percebe-se a existência de atores e de formas jurídicas que constituem o campo, sendo as cooperativas as mais fáceis de distinguir e com maior tradição em nosso país (Morais & Menezes, 2019; Moraes 2022).

Em se tratando especificamente da “economia solidária”, Gaiger & Kuyven (2020) nos mostraram que, no Brasil, esta se expandiu e ganhou reconhecimento público e acadêmico nas últimas décadas. Na visão dos autores, multiplicaram-se visões, definições e enfoques, gerando uma polissemia conceitual e interpretações diversas a respeito. Nesse sentido, os autores situam a economia solidária como um desdobramento de trajetórias que predisuseram certas categorias sociais à opção por formas coletivas de organização socioeconômica. Esse fato explica a heterogeneidade estrutural dessas práticas, a impropriedade de tratá-las como uma unidade empírica em si, e a conveniência de buscar em características latentes as suas lógicas instituintes.

No que tange às políticas públicas de apoio, a SENAES, criada em 2003, foi parte da história de mobilização e de articulação do movimento da economia solidária existente no país, materializando um conjunto de demandas e ações por parte do FBES e de seus movimentos sociais de apoio. No que se refere ao orçamento público para o financiamento desta política, Santos (2020 a) nos mostrou que, em termos da evolução da política na agenda federal, os dados apontaram para diferentes estágios, com base na análise dos Planos Plurianuais (PPAs), sendo: “*inserção e consolidação*”, abrangendo os dois primeiros PPAs (2004-2007 e 2008-2011; “*expansão contraditória*” (PPA 2012-2015) e “*crise de paradigma*” (PPA 2016- 2019), onde se observou a tendência de redução tanto dos volumes orçamentários anuais aprovados para os programas geridos pela SENAES, quanto dos valores efetivamente gastos, representando menos de um terço dos valores médios anuais dos momentos anteriores. O ano de 2019, através do Decreto 9.674, marcou a extinção definitiva da SENAES, alterando as concepções e a lógica das políticas públicas desta área.

Conforme apontado ao longo do texto, uma análise crítica feita com base na dinâmica de operacionalização da SENAES, inclusive em seus tempos áureos, nos sugere apontar certa inviabilidade de completar seu processo de institucionalização, colocando a

Economia Solidária como uma política de Estado e não apenas de governo. Apesar das conquistas, sistematizadas por Chiariello, Morais & Fonseca (2022), desde o surgimento da SENAES, até a aprovação pelo Senado Federal, Projeto de Lei da Câmara (PLC 137/2017), em 2019 (que criou a Política Nacional de Economia Solidária (PNES) e o Sistema Nacional de Economia Solidária), tais esforços não implicaram na completude do processo de institucionalização da Economia Solidária como política de Estado. Espera-se que, com os novos ares de 2023 e a sensibilidade do governo federal para com este tema, avanços efetivos ocorram com a reestruturação da agora Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, bem como de suas outras frentes de ação em diferentes Ministérios, revelando seu potencial transversal transformador. Que a constituída Frente Parlamentar da Economia Popular e Solidária seja, de fato, um instrumento de apoio e fortalecimento deste segmento no país, garantindo recursos e a sua institucionalidade como política de Estado.

Apesar das inúmeras potencialidades que apresentam as experiências de ESS em seus respectivos territórios e sua conexão com o desenvolvimento sustentável e com a viabilidade de se operacionalizar os ODS, há que se reconhecer e se discutir suas fragilidades. Do ponto de vista empírico, a análise de experiências em âmbito global (UNTFSSSE, 2022), nos permite observar que já se encontram em andamento iniciativas/estratégias de sobrevivência que, além de gerarem renda e condições de subsistência, apontam para possibilidades de alteração das relações sociais entre produtor x consumidor, num marco de solidariedade e embasada em valores coletivos e associativistas. São práticas alternativas que surgem a partir de diferentes atores e em distintas escalas, mobilizam importantes questões como o trabalho, a saúde, a alimentação, a qualidade de vida e, até mesmo, a construção de *outro* paradigma de desenvolvimento (Morais & Borges, 2010).

Em âmbito nacional e setorial, se tentou apresentar alguns estudos realizados por este autor, em coautorias, com o intuito de registrar determinadas contribuições da ESS em algumas frentes do que se entende por desenvolvimento territorial sustentável. Estas frentes, conforme mostradas, especificamente, se deram nas seguintes temáticas: alimentação e modelos de produção sustentáveis e inclusivos; tecnologias sociais para a habitação; finanças sociais e cooperativismo de crédito e desenvolvimento sustentável em comunidades indígenas.

Entretanto, assim como apontado por Moraes & Bacic (2009), embora se reconheça, de um lado, o “*caminho eticamente louvável*” da ESS, por outro, não se pode negligenciar o fato da existência de sérias dificuldades em sua realidade cotidiana. De acordo com Neves (2012), de fato, a realidade empírica tem mostrado que a ESS enfrenta grandes obstáculos para se manter e para se tornar sustentável. Na visão da autora, estes desafios decorrem das dificuldades encontradas em termos econômicos (gerar trabalho e renda); sociais (promover a inclusão social); ambientais (solucionar questões ambientais); educacionais (promover o acesso dos trabalhadores à educação, incluindo os cursos de formação profissional; culturais e ideológicas (criar sua própria cultura e ideologia); dentre outras, como a dificuldade de acesso ao crédito e de legalização dos empreendimentos.

Eis a importância de se fortalecer o ecossistema empreendedor para a ESS. De maneira geral, conforme sistematizado por Serrano (2015, p. 173), os ecossistemas são “*redes de atores*” (pessoas empreendedoras, pesquisadores, financiadores, políticos – executivos e legislativos etc.) que levam em conta as dimensões física-territorial e cultural do território em questão. O território abarca um conjunto de sistemas, tais como: a) sistemas políticos (alianças e coalizões entre os atores sociais e os atores políticos que constituem a base para a governança territorial); b) sistemas de produção (que induzem a criação de redes de atores envolvidos na produção de bens e de serviços) e c) sistemas territoriais de inovação (criados por alguns grupos de atores envolvidos com a geração e a difusão de inovação).

Em termos práticos, este trabalho apresentou exemplos em alguns países que podem servir como inspiração de construção de ecossistemas para a ESS, tais como os desenvolvidos na Europa e na Coreia do Sul (Moraes & Bacic 2018 a; 2019; 2020 b). No caso brasileiro, de acordo com Moraes & Bacic (2020; 2020 a), podem-se detectar algumas “sementes” do ecossistema para a ESS. No entanto, a partir de 2016, no Governo Temer, nitidamente se observa um processo de deterioração do apoio público ao ecossistema para ESS no Brasil. Um caso de construção ecossistêmica para a ESS municipal também foi apresentado, referente ao caso do município de Araraquara (SP). Como se viu, o estudo acerca deste caso, nos revelou a existência de uma realidade permeada por diversas iniciativas que resultaram em boas bases para a criação de EES. Um dos principais meios pelos quais os EES são criados, mantidos e, possivelmente,

emancipados, é através das políticas públicas de apoio à economia solidária e sua capacidade de articulação de atores, incluindo a Universidade.

Por fim, não menos importante, este trabalho tratou do processo de internacionalização institucional da ESS, num cenário onde a “*glocalização*” (Bauman, 2011), em termos práticos, dialéticos e simbólicos, ganha força e notoriedade. Nesta perspectiva, mostrou-se que o ano de 2023 será considerado como um marco histórico da internacionalização institucional da ESS, tendo em vista a aprovação, na Assembleia Geral da ONU, de uma Resolução específica para a ESS. Este reconhecimento teve origem em ações da OIT e, posteriormente, pela realização das Academias Internacionais de ESS e da criação da Força Tarefa das Nações Unidas para a ESS (UNTFSSSE). Como decorrência, ações efetivas foram (e estão sendo) tomadas em organismos das Nações Unidas, tais como a CEPAL, OCDE, UNRISD etc, aliando-se a práticas específicas concebidas por países, como Colômbia, Coréia do Sul, Espanha, França, Tunísia, etc.

Em termos de agenda de ensino, de pesquisa, de extensão e de internacionalização, onde a ESS tem muito a contribuir, faz-se necessário avançar em temas de quantificação da ESS, considerando as métricas requeridas pelos ODS, bem como no fortalecimento de sua institucionalização, de modo a garantir e aprimorar os ecossistemas de apoio, com reconhecimento de políticas de Estado. Adicionalmente, acredita-se que, em tempos de curricularização da extensão, a ESS permitirá um campo frutífero de ações e de atividades, envolvendo aspectos de apoio à incubação e à gestão dos EES. Indo além, num contexto de troca de saberes e de fazeres, a ESS facilitará a inserção da Universidade em sua práxis, realimentando, recíproca e globalmente, os mundos acadêmico e prático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDOR, F. *Desafios da economia solidária no Brasil: uma sistematização da literatura existente*. In: SOLTEC, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/artigos/Princ%C3%ADpios%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria/Desafios%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20no%20Brasil%20uma%20sistematiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20literatura%20existente..pdf>

ALARCON, M.; ÁLVAREZ, J.; MORAIS, L. Visualización de términos relevantes, satélites y emergentes asociados a las referencias académicas sobre Economía Social y relaciones con la sostenibilidad. In: *Revista del Ministerio del Trabajo y Economía Social de España*. No. 153, 2022, p. 35-66. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8744772>

ALARCON, M.; SILVA, A.; MORAIS, L.; ÁLVAREZ, J.; MARIOSA, D. Characterization of the UNTFSSSE Knowledge Hub – 2019 repository about the relationship between Social and Solidarity Economy and Sustainable Development Goals. In: *UNTFSSSE Knowledge Hub Draft Papers Series*. Genebra: UNTFSSSE, 2022, 28p.

ALEMÁN, P. La agricultura familiar y la economía social: dos conceptos y prácticas compatibles. In: ALEMÁN, P. (Org.). *Otras economías, otros desarrollos: Agricultura familiar y economía social*, p. 19-37. Mexico: Foro Consultivo Científico y Tecnológico, 2009. Disponível em: http://foroconsultivo.org.mx/FCCyT/libros_editados/Agricultura_familiar_economia_social_2019.pdf.

ÁLVAREZ, J.F.; ALARCON, M. *Monitoring and Reporting on Cooperatives in the Context of the SDGs*. In: “International Conference, Implementing the Sustainable Development Goals: What Role for Social and Solidarity Economy?” UNRISD Geneva, June 25 and 26, 2019.

ÁLVAREZ, J.; MENEZES, D. Contribuciones de la economía social a los objetivos de desarrollo sostenible. Una mirada latino-americana. In: RAMOS, F.; JORGE-VÁZQUEZ, J.; NOGAL, N. (Orgs). *La economía social ante los Objetivos de Desarrollo Sostenible de la Agenda 2030*. Ed. Ciriec-España, 2023, p. 209-222. Disponível em: <http://ciriec.es/?descargar-publicacion=3728&view=1>

ALVES, C. *O campo do ensino superior em cooperativismo: uma análise a partir da construção social do ensino superior em cooperativismo no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: USCS, 2019 (Tese de Doutorado).

ANDRADE, H.M.; MORAIS, L.; PAIVA, C.; LIMA, F. A efetividade da política habitacional no Brasil: o BNH e o Programa Minha Casa Minha Vida. In: *Caderno de Ciências Sociais Aplicadas*, Ano XX, Vol. 20, no. 35, jan-junho de 2023, p. 105-123. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/12574>

ANDRADE, H.M.; MORAIS, L.; MORAES, I.A. Tecnologias sociais para políticas públicas de habitação social no Brasil: potencialidades indetificadas em experiências recentes. In: *Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*, v.3, 2021, p. 1-17.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). *Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo* - Data-base: dezembro/2020. Brasília: BCB, 2021. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama/Panorama_do_Sistema_Nacional_de_Credito_Cooperativo.pdf

BAUMAN Z. On glocalisation coming age. In: *Social Europe Journal*. Disponível em: <http://www.socialeurope.eu/2011/08/on-glocalization-coming-of-age/>, 2011.

BORZAGA, C.; SALVATORI, G.; BODINI, G. *Social and Solidarity Economy and the Future of Work*. Euricse Working Paper for the ILO/ International Labour Office. - Geneva: ILO, 2017.

BOUCHARD, M.; CHAVES, R. *What scope for statistics on social economy at international level?* In: RECMA, Vol. 365, issue 3, julho de 2022, p. 29-46.

BOUCHARD, M.; SALATHÉ – BEAULIEU, M. Producing Statistics on Social and Solidarity Economy: The State of the Art. *UNTFSSSE Knowledge Hub Working Paper*. Geneva: UN Inter-Agency Task Force on Social and Solidarity Economy (UNTFSSSE), 2021.

CASSIOLATO, J.E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização dos arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H.M; CASSIOLATO, J.E.; MACIEL, M. *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará – IE-UFRJ, 2003.

CASTRO, O.; OREAMUNO, J.C. *Contributions from cooperatives to development: methodological input for awareness of the cooperative phenomenon*, in “Review of International Co – Operation, International Cooperative Alliance”, Vol. 104, 2017, p. 148-165.

CHAVES, R. Producing Statistics on Social and Solidarity Economy: Policy Recommendations and Directions for Future Research. *UNTFSSSE Knowledge Hub Working Paper*. Geneva: UN Inter-Agency Task Force on Social and Solidarity Economy (UNTFSSSE), 2021.

CHAVES, R.; DEMOUSTIER, D. Evolutions, Divergences and Convergences of Public Policies. In: CHAVES, R.; DEMOUSTIER, D. *The Emergence of the Social Economy in Public Policy*. An International Analysis. Bruselas, Ciriec-Peter Lang. p. 335-346, 2013.

CHAVES, R.; MONZÓN, J. L. La economía social ante los paradigmas económicos emergentes: innovación social, economía colaborativa, economía circular, responsabilidad social empresarial, economía del bien común, empresa social y economía solidaria. *Working Paper*. CIRIEC-International, 2018. Disponível em: <http://www.ciriec.uliege.be/wp-content/uploads/2019/02/WP2018-13.pdf>.

CHIARIELLO, C. L.; FONSECA, S.; MORAIS, L. Abordagem política e institucional da economia solidária na América Latina e a experiência da SENAES no Brasil (2004-2019). *Otra Economía Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*, v.14, 2021, p.76 – 95.

CHIARIELLO, C. L.; MORAIS, L. ; FONSECA, S. Constituição de um marco normativo para a economia solidária na América do Sul: os casos da Argentina, Brasil e Uruguay In: *Cenários contemporâneos no âmbito da governança global: Estado, instituições e governança*. 1 ed. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022, v.1, p. 203-218.

COLETTI, G.; HATANO, N.; GARANTINI, M.; TONIOLO, J.H.; MORAIS, L. Turismo de base comunitária e a Economia Social e Solidária: organização da gestão do

turismo em comunidades caiçaras. In: *Revista Turismo e Sociedade*. UFPR, 2023, p. 37-58. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/85784>

COMISSÃO EUROPEIA. *Social enterprises and their eco-systems: developments in Europe*. Luxemburgo, 2016. Disponível em: <https://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=16376&langId=en>

COMISIÓN EUROPEA. *Las empresas sociales y sus ecosistemas en Europa*. Informe comparativo. Autores: BORZAGA, C.; GALERA, G.; FRANCHINI, B.; CHIOMENTO, S.; NOGALES, R.; CARINI, C. EMES International Research Network, Lieja/Madrid, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3iUg1Wl>

CORAGGIO, J. Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado. In: *Revista Proposta*. Ed. Fase. No. 72, março / maio de 1997, p. 30-38.

CORAGGIO, J. La sostenibilidad de los emprendimientos de la economía social y solidaria *Otra Economía - Volumen II - Nº 3 - 2º semestre/ 2008 - (www.riless.org/otraeconomia)*.

CRUZ, A. C. *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. Campinas: IE/UNICAMP, 2006 (Tese de Doutorado).

DAGNINO, R. *Tecnologia social: Contribuições conceituais e metodológicas*. Campina Grande, PB: EDUEPB; Florianópolis, SC: Insular, 2014. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/7hbdt/pdf/dagnino-9788578793272.pdf>

DUQUE, P.; MEZA, O.; GIRALDO, D.; BARRETO, K. Economía Social y Economía Solidaria: un análisis bibliométrico y revisión de literatura. *REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos* (138), 2021.

FAO (2021). *O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo*. Roma, 2021. <http://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4474en>

FONSECA, S.; MORAIS, L.; CHIARIELLO, C. *As contribuições da Economia Solidária no contexto da COVID-19: o caso das hortas comunitárias em Araraquara (SP), Brasil. Sobre México*. Temas de Economía. Nueva Época. número especial 2, 2021, p. 104-126. Disponível em: [https://sobremexico-
revista.iberomexico.org/index.php/Revista_Sobre_Mexico/article/view/65/54](https://sobremexico-revista.iberomexico.org/index.php/Revista_Sobre_Mexico/article/view/65/54)

FONTANEAU, B.; NEAMTAN, N. N.; WANYAMA, F.; MORAIS, L.; POORTER, M. *Social and Solidarity Economy: building a common concept*. Reader 2010 – 1st. International Academy of SSE. ITCILO - Turin, 2010.

FRANÇA FILHO, G. (2006). Economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J (Orgs). *Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006, p. 57-72.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, M. *As políticas públicas de economia solidária no Governo Federal: 2003-2010*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IE-Unicamp, 2012.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (FBB). *Caminhos e perspectivas para a tecnologia social*. Brasília: FBB; Instituto de Tecnologia Social, 2018. Disponível em: https://fbb.org.br/ptbr/?preview=1&option=com_dropfiles&format=&task=frontfile.do_wnload&catid=20&id=260 &Itemid=1000000000000

GAIGER, L. Sentido e viabilidade das formas de produção não capitalistas: alguns resultados de pesquisa sobre a ESOL no Brasil, 2004 (http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/gaiger_sentido_y_viabilidad.pdf).

_____. A dimensão empreendedora da economia solidária: Notas para um debate necessário. *Outra Economía* - Volume II - Nº 3 - 2º semestre/ 2008 (www.riless.org/otraeconomia).

_____. (Org). *A Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*. São Leopoldo, Editora OIKOS, 2014.

GAIGER, L.; KUYVEN, P. Economia solidária e trajetórias de trabalho uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 35 nº 103, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v35n103/0102-6909-rbcsoc-35-103-e3510304.pdf>.

GALLICCHIO, E. El desarrollo local en América Latina. Estrategia política basada en la construcción de capital social. *Ponencia presentada en el Seminario "Desarrollo con inclusión y equidad: sus implicancias desde lo Local"*. Córdoba (Argentina), maio de 2004. Disponível em: https://old.voxlocalis.net/revistas/num10/doc/Gallicchio_DLyCapitalSocial.pdf

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. Editora Atlas, 2008.

GIROTTI, V. G.; FESTA JUNIOR, J. C.; UJIKAWA, O. L.; MORAIS, L. A evolução recente do cooperativismo de crédito no Brasil e a relevância de sua regulamentação. In: II Congresso Latino-Americano de Direito Cooperativo, 2021, São Paulo. *Anais do II C749 Congresso Latino-Americano de Direito Cooperativo*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2022. v.1. p.99 – 120.

GUADAGNIN, J.; CABRAL, P. *A agricultura familiar no Plano Safra 2020-2021: medidas anunciadas pelo Governo são alvo de críticas por setores do campo*. Brasil de fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/27/a-agricultura-familiar-no-plano-safra-2020-2021>

GUTBERLET, J. BESEN, G.; MORAIS, L. Participatory solid waste governance and the role of social and solidarity economy: experiences from São Paulo, Brazil. In: *Multidisciplinary Journal for Waste Resources & Residues*. CISA Publisher. Vol.13, 2020, p. 167-180.

GUTBERLET, J.; AZEVEDO, A.; MORAIS, L.; BACIC, M.; MESQUITA, M. Social movements in the context of crisis: waste picker organizations as collaborative public partners in the context of the COVID-19 pandemic. In: *Environmental and urbanization*. Janeiro de 2023. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/09562478221151110>

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *Conceptual Framework for the Purpose of Measurement of Cooperatives and its Operationalization*, International Labour Office Geneva: ILO, 2017.

_____. *Statistics on Cooperatives: Concepts, classification, work and economic contribution measurement*. Geneva: ILO, 2020. COPAC and CIRIEC.

LIMA, Ana Luiza Machado. O fenômeno da Economia Solidária: reflexões em um campo de estudo controverso. In: *Revista Integração*, no. 25, abril de 2003. Disponível em: <http://integracao.fgvsp.br/ano10/05/index.htm>

LISBOA, A M. A emergência das redes de economia popular no Brasil. In: Dal Ri, Neusa Maria (org). *Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999, p. 55-89.

MACHADO, A. Economia solidária e as novas exigências do diálogo social - 2023. In: *Revista P2P e Inovação*, v. 9, p. 6-23, jun. 2023. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/6249>

MANCE, E. *Organización de Redes de Economía Solidaria*. Presentación realizada en el Curso “Circuitos Económicos Solidarios y Construcción de Economía de la Liberación”. FLCASO, Rep. Dominicana, fevereiro de 2020. Disponível em: <http://euclidesmance.net/biblio.php>

MARIOSIA, D.; MARIOSIA, P.; MORAIS, L. FALSARELLA, O. Social and solidarity networks mapping and the strategic planning for the sustainability of enterprises in Brazil. In: *International Journal of Development Research*, Vol. 11, 03, março de 2021, p. 20-27.

MARIOSIA, D.; MORAIS, L.; BRITO, B. R.; FALSARELLA, O.; SUGAHARA, C. R.; BENEDICTO, S. C. A contribuição da economia social e solidária para a autonomia das populações indígenas situadas numa área de reserva de desenvolvimento sustentável na Amazônia. *Otra Economía Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*. , v.15, p.84 - , 2022.

MARIOSIA, D.; MORAIS, L.; ÁLVAREZ, J.; POLITTI, F.; ALARCÓN, M.; VALENCIA, A. A. Does the Social and Solidarity Economy contribute to the reach and accomplishment of the Sustainable Development Goals? A systematic literature review. *International Journal of Innovation and Sustainable Development*. V16, 2022 a, p.538 – 555.

MENEZES, D.; MORAIS, L. Relaciones laborales y la pandemia COVID-19: reflexiones sobre las políticas laborales en Brasil In: *La solidaridad en la pandemia: economía local en el entorno de Acapulco*. 1 ed. Ciudad de Mexico: Plaza y Valdés S. A., 2022, v.1, p. 319-335.

MENEZES, D.; MORAIS, L. Covid-19, impactos negativos no mercado de trabalho e a busca por alternativas de enfrentamento a partir da normatividade da OIT: o papel da economia social e solidária. In: MEIRINHO, A.; PORTO, L.; MERISO, P.; ASSIS, V. (Orgs). *Direito do Trabalho e Covid-19: notas de Direito Ambiental e Coletivo do*

Trabalho, Direitos Humanos e Combate às Desigualdades. Brasília: Escola da ANPT, 2022, p. 477-498.

MONTOLIO, J.M. *Economía Social: concepto, contenido y significación en España*. CIRIEC – España, no. 42, noviembre, 2002, p. 5-31.

MONZON, J.; CHAVES, R. (orgs). *Recent evolutions of the Social Economy in European Union*. In: European Economic and Social Committee and CIRIEC-International – Centre international de recherches et d'information sur l'économie publique, sociale et cooperative. Bruxelas, 2017.

MORAIS, L. P. *Economía Social en España y Andalucía: presente y futuro*. Trabajo Final de Master. Sevilla: Facultad de Ciencias del Trabajo, 2007 a, 94p. (CD ROM).

MORAIS, L.P. *Economia Social e Solidária: do que se trata este complexo e contraditório setor? Balanço, tendências e perspectivas para análise do caso brasileiro*. In: ANAIS do Congresso Nacional da ABET. Salvador, Bahia, 2007 a (CD ROM).

MORAIS, L. *As políticas públicas de economia solidária (ESOL): avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema*. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013 (Tese de Doutorado).

MORAIS, L. Social and Solidarity Economy (SSE), South – South and Triangular Cooperation and Social and Solidarity Finance (SSF): harmonious and promising connections. In: *Social and Solidarity Finance Workshop: Tensions, Opportunities and Transformative Potential*. Geneva: UNRISD/ILO, 2015.

MORAIS, L. Ciência, tecnologia e inovação (CT&I) para o desenvolvimento inclusivo e sustentável: breves reflexões sobre o papel das tecnologias sociais (TS). *Radar – IPEA*, no 54, dezembro de 2017, p. 19-22. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8224/1/Radar_n54_ci%c3%aancia.pdf

MORAIS, L. Territorial development and social and solidarity economy in Brazil: some contributions to cohesive development In: RAY, S.; CHOUDHARY, N.; KUMAR, R. (Orgs). *Theorizing Cohesive development*. 1 ed. Agra: Routledge, 2020, v.1, p. 32-41.

MORAIS, L. A inextricável relação entre a Economia Social e Solidária (ESS) e a Agenda 2030: o caso dos Assentamentos em Araraquara (SP), Brasil. In: *Publicação da Conferência Internacional: “A implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Qual o papel da Economia Social e Solidária?”*. Geneva, 2019. Disponível em: https://knowledgehub.unsse.org/wp-content/uploads/2019/05/4_Morais_A-inextric%C3%A1vel-rela%C3%A7%C3%A3o_Pt-1.pdf

MORAIS, L. A internacionalização da economia social e solidária no âmbito da Organização das Nações Unidas: uma breve retrospectiva. *Boletim Mercado de Trabalho – IPEA*, no 72, outubro de 2021, p. 189-198. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11033/1/bmt_72_internacionalizacao_economia.pdf

MORAIS, L. Institucionalidades y políticas públicas para el cooperativismo brasileño: estado del arte, perspectivas y desafíos recientes In: CORREA, F. (Org.). *Instituciones y políticas públicas para el desarrollo cooperativo en América Latina*. Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2022, p. 89-127.

MORAIS, L.P.; BACIC, M. *Economía Social y programas de emancipación por médio de emprendimientos sociales en Brasil*: los avances y las dificultades actuales. In: ANAIS do 27º Congresso Internacional Ciriec. Sevilla, 2008 (CD ROM).

MORAIS, L.P.; BACIC, M. *Economía Social y Solidaria y políticas públicas en Brasil: notas preliminares*. In: ANAIS do 53 ICA. México, 2009 (CD ROM).

MORAIS, L.P.; BACIC, M. *Solidary economics and public policies in Brazil*: challenges, difficulties and opportunities in a world undergoing transformation. In: ANAIS do 3º Congresso Internacional de Investigadores de Ciriec. Ostersund, 2009a (CD ROM).

MORAIS, L.P.; BACIC, M.J. *Programas de emancipación econômica y Economía Social*: avances y dificultades del emprendizaje em Brasil. In: CIRIEC – España: Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, no.70, abril, 2011, p. 81-100.

MORAIS, L. *De estratégias de supervivência a la elaboración de políticas públicas*: la contribución de la economía social y solidaria (ESS) en América Latina y Europa. In: ANALES del VII Congreso Internacional Rulescoop, Valéncia, España, 2012.

MORAIS, L.; BACIC, M. Políticas públicas ‘emancipatórias’ no Brasil: uma análise acerca das possibilidades de geração de emprego e renda a partir da economia social e solidária. In: *ANAIS do XI Encontro Nacional da ABET*. Campinas/SP, 2009.

MORAIS, L.; BACIC, M. A comercialização na perspectiva de formação e fortalecimento das Redes: a relevância do ecossistema empreendedor. In: *ANAIS 31st International Congress of CIRIEC*, Reims (France), 21-23 de setembro, 2016.

MORAIS, L.; BACIC, M. Modern cooperatives in the system of sustainable development goals: the importance of the solidarity entrepreneurship ecosystem. In: *Journal Fundamental applied researches of coop sector of economics*. Moscow, Dec., no. 6., 2018.

MORAIS, L.; BACIC, M.J. Pela necessidade de criar, manter e fortalecer o ecossistema empreendedor solidário In: VI Congresso Internacional do CIRIEC, 2018, Manaus. *Anais da VI Conferência Internacional de Pesquisa sobre Economia Social e Solidária – CIRIEC*, 2018 a.

MORAIS, L.; BACIC, M. A importância do ecossistema empreendedor para a economia social e solidária (ess): avanços, retrocessos e desafios atuais no brasil. *Revista da ABET*, v.18, 2019, p.1 – 19.

MORAIS, L.; BACIC, M. Contributions of the social and solidarity economy to the implementation of the sustainable development goals and the construction of evaluation indicators: the case of a settlement in Araraquara, Brazil. *Quality of Life*, v. 31, p. 70-94, 2020.

MORAIS, L.; BACIC, M. Social and Solidarity Economy and the need for its entrepreneuring ecosystem: current challenges in Brazil. *C.I.R.I.E.C. España.*, v.1, 2020 a, p.5 – 30.

MORAIS, L.; BACIC, M. La importancia del ecosistema emprendedor para la economía social y solidaria en la nueva era tecnológica. *Revista Iberoamericana de Economía Solidaria e Innovación Socioecológica*, v.3, 2020 b, p.105 – 125.

MORAIS, L.; BACIC, M. Das Empresas Sociais aos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil: Um Giro Conceitual Através das ‘Noções Emergentes’ da Economia Social e Solidária In: *Direito, empresas e empreendedorismo*.1 ed. São Paulo: ESENI, 2021, v.1, p. 206-232.

MORAIS, L.; BACIC, M. Le cooperative agricole familiari in Brasile. In: *Impresa Sociale*. Trento: Gruppo Cooperativo CGM, n. 01, 2022, p. 94-101.

MORAIS, L.; BACIC, M. *Resolução da OIT relativa ao trabalho decente e à economia social e solidária (ESS)*: Registro de seu processo de constituição. In: *Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho (RBEST)*. Campinas, v. 5, março de 2023, p. 2-23.

MORAIS, L.; BACIC, M. *Cooperatives and the Social and Solidarity Economy*: Where is the data? Artigo elaborado para apresentação no Expert Group Meeting “Cooperatives in Social Development: Supporting Cooperatives as Sustainable and Successful Enterprises”. UNDESA: Nova Iorque, 2023 a. Disponível em: https://social.desa.un.org/sites/default/files/inline-files/MORAIS_PPT.pdf

MORAIS, L.; BACIC, M.; MENEZES, D.; MORAES, I. A importância da Economia Social e Solidária (ESS) para as propostas da CEPAL na atualidade. In: *Economía, Sociedad y Territorio*. Vol. 23, no. 73, 2023, p. 841-865. Disponível em: <https://est.cmq.edu.mx/index.php/est/article/view/1740/2014>

MORAIS, L. P.; BORGES, A .C.; BACIC, M.J. *Social and solidarity economy, land development and new paradigms of production and consumption*: is another development possible? In: ANAIS do 28o. Congresso Internacional do Ciriec. Berlin, 2010 (CD ROM).

MORAIS, L.; BORGES, A .C. (Orgs). *Novos paradigmas de produção e consumo*: experiências inovadoras. São Paulo: Instituto Polis, 2010, 468p.

MORAIS, L.; CAPACLE, C.; FONSECA, S. Solidarity Economy (SE) in the Municipality of Araraquara (SP, Brazil): Considerations about its ecosystem and its recent public policy to support vulnerable groups In: *The Social and Solidarity Economy: From the Margins to the Mainstream*, 2021, Paris. OCDE, 2021. v.1. p.1 – 9.

MORAIS, L.; CASTRO, G.; RODRIGUES, H.; BACIC, M. J.; CAPRARA, P.; SANTANA, R. A contribuição das cooperativas da agricultura familiar brasileiras na produção de alimentos para as pessoas no mundo pós Covid 19 In: *Economia Social Solidaria y el COVID-19: Propuestas para una salida global*.1 ed.San Jose: Universida Estatal a Distancia, 2021, v.1, p. 128-155.

- MORAIS, L.; DI MEGLIO, R. Desenvolvimento territorial e economia solidária: conexões com a geração local de trabalho e renda. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico Territorial*. Brasília: SEBRAE, 3ed, junho de 2014.
- MORAIS, L.; DI MEGLIO, R. A pertinente contribuição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o campo da economia social e solidária. In: Ana Virgínia Gomes; Antonio Rodrigues de Freitas Jr; José Francisco Siqueira Neto. (Org.). *O centenário da Organização Internacional do Trabalho no Brasil (1919-2019)*. 1ed. Belo Horizonte: Virtualis, 2019, v. 1, p. 407-428.
- MORAIS, L.; FERREIRA, L. R. Economia Social e solidária (ESS) e a sua contribuição ao desenvolvimento humano In: *Trabalho e Desenvolvimento Humano*. 1 ed. Curitiba: CRV, 2018, v.1, p. 47-60.
- MORAIS, L.; JUSTIN, B. E.; BACIC, M. J. Social inequality, hunger, and the contribution of brazilian's family farming cooperatives to improve local food systems: the case of Coomafitt. In: 33o Congreso Internacional del CIRIEC - Nuevas dinamicas mundiales en la era post Covid19, 2022, Valencia. *Anais del 33o Congreso Internacional del CIRIEC - Nuevas dinamicas mundiales en la era post Covid19*. Valencia: Universidad de Valencia, 2022. v.1. p.1 – 17
- MORAIS, L.; MENEZES, D. *Economia Social e Solidária (ESS) no Brasil no Século XXI: avanços, limites e desafios atuais*. ANUARIO IBEROAMERICANO DE LA ECONOMÍA SOCIAL, v. 1, p. 29-40, 2019.
- MORAIS, L.; SILVA, S.; SANTOS, D. Economía solidaria y políticas públicas para el desarrollo territorial: un análisis basado en experiencias subnacionales brasileñas de resiliencia. In: *Revista Iberoamericana de Economía Solidaria e innovación Sociológica*. Vol. 5, 2022, p. 73-93.
- MORENO, A. S. *Análisis económico del sector no lucrativo*. València: Ed. Tirant lo Blanc, 1996.
- MORENO, A. S., CHAVES, R. Balance y tendencia en la investigación sobre tercer sector no lucrativo. Especial referencia al caso español. *Revista CIRIEC- España*, no. 56, noviembre de 2006, p. 87-116.
- MOTTA, E. Economia Solidária e agricultura familiar, uma integração necessária. *Revista Democracia Viva*, nº. 35, junho de 2007, p. 80-84. In: https://www.ibase.br/userimages/dv35_opiniao_ibase.pdf
- NAVARRO-YAÑES, C. *El nuevo localismo*. Municipio y democracia en la sociedad global. Córdoba, España: Diputación de Cordoba, 1998.
- NEVES, E. Fragilidades e contradições na utopia de uma outra economia. In: *ANAIS do 7o Congresso RULESCOOP*, Espanha: Valência, 2012.
- NEVES, E. *Percepções sobre as contradições e dificuldades de inserção e sobrevivência dos empreendimentos de economia solidária no mercado*. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016 (Tese de Doutorado).

OLIVEIRA, E. *Economia solidária no Brasil: elementos de uma dialética e dialógica do fracasso – causas possíveis, correções necessárias, desafios inevitáveis*. In: Cronos: Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFRN, Natal, v. 18, n. 2, jul./dez. 2017, p. 47- 71.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Resolución relativa al trabajo decente y la economía social y solidaria*. Genebra: 110 Conferência Internacional do Trabalho, 10 de junho de 2022. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_848664.pdf. Brasília, OIT, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Nosso futuro comum*. Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

ORTEGA, A . C. *Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. Campinas: Editora Alínea, 2008.

PÉLCE, A. As normas internacionais do trabalho e as cooperativas. In: *OIT. Cooperativas: mudanças, oportunidades e desafios*. Editado Armand Pereira; Lucienne Freire e Lizzie Lagana - 1 ed. - Brasília : OIT, 2001, p. 77-100.

PEREIRA, Clara. *Economia Solidária: uma investigação sobre suas iniciativas*. Unicamp, Campinas. (Dissertação de Mestrado), 2011.

PUTNAN, R. *Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

RAY, S. Cohesive development as na alternative development paradigm. In: In: RAY, S.; CHOUDHARY, N.; KUMAR, R. (Orgs). *Theorizing Cohesive development*. 1 ed. Agra: Routledge, 2020, v.1, p. 1-24.

RÊGO, D. *A natureza da comercialização na economia solidária: a contribuição dos grupos de consumo responsável*. Salvador: UFBA. (Dissertação de Mestrado), 2014.

RIBEIRO, M. Economia solidária e cooperativismo: Projeto de Lei será tema de debate na Câmara dos Deputados. In: *Conexão Planeta*, 14 de junho de 2019. Disponível em: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/economia-solidaria-e-cooperativismo-projeto-de-lei-sera-tema-de-debate-e-votacao-na-camara-dos-deputados/#fechar>

RODRÍGUEZ, J. F. A. *Economía social y solidaria en el territorio: significantes y co-construcción de políticas públicas*. 2ª ed. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2017. 82 p, 2018.

SALINAS, F. Economía Social: una forma diferente de hacer empresa. Sociedade y utopia. *Revista de Ciências Sociais*, no. 22, Novembro de 2003, p. 95-115.

SANCHES, C. *Economia solidária e o ecossistema empreendedor solidário: um estudo de caso do município de Araraquara (SP)*. Monografia de Conclusão de Curso de Ciências Econômicas. FCLAR-UNESP, 2019.

SANCHES, C.; MORAIS, L. *Economia solidária e o ecossistema empreendedor solidário: o caso de Araraquara (SP)*. In: IPEA Boletim Mercado de trabalho, no. 68, abril de 2020. Disponível em:

[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10002/2/bmt_68_Economia_Solid%
c3%a1ria.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10002/2/bmt_68_Economia_Solid%c3%a1ria.pdf)

SANTOS, J. Perspectiva crítica-reflexiva e colaboração coma formação do professor. In: *Revista Integrada de formação de Professores (RIFP)*. Itapetininga, v. 4, no.1, p.85-99, jan-março de 2019.

SENAES. Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária –SIES – disponibiliza nova base de dados. *Boletim Informativo Acontece SENAES*. Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), Ministério do Trabalho e Emprego, Brasil, 2013.

SERVA, M., ANDIÓN, C. A economia social no Brasil: panorama de um campo em construção. In: URALDE, J.M. *La Economía Social em Iberoamérica: um acercamiento a su realidad*. Madrid: MTAS/FUNDIBES, 2006, p. 39-86.

SILVA, S. Economia Solidária e políticas públicas de desenvolvimento local: uma análise de dois programas de gestão pública no Brasil. In *Revista Perspectivas em Políticas Públicas*, vol. II, no. 3, p. 45-67. Belo Horizonte, jan-jun de 2009.

SILVA, S. Dimensões socioeconômicas dos empreendimentos de economia solidária no Brasil. In: SILVA, S. P. (Org.). *Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2020.

SILVA, S. A política nacional de economia solidária no ciclo de planejamento orçamentário (2004-2019). In: SILVA, S. P. (Org.). *Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2020 a.

SILVA, S.; MORAIS, L. SANTOS, D. Repertório programático e resiliência das políticas subnacionais de economia solidária no Brasil: síntese de experiências estaduais e municipais. In: *Boletim Mercado de Trabalho, IPEA*, no. 70, setembro de 2020, p. 213-228.

SINGER, P. *Economia solidária: geração de renda e alternativa ao neoliberalismo*. In: Revista Proposta, no. 72, março – maio, 1997, p. 5-13.

SINGER, P. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHET, F.; LARA, F.; COSTA, B. (orgs). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SOUZA SANTOS (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SLACK, N. The Importance-Performance Matrix as a Determinant of Improvement Priority. *International Journal of Operations & Production Management*, 14(5), 1994, p. 59-75.

SOUZA, A. Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial. In: *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*. Brasília: IPEA e MTE, no. 52, agosto de 2012, p. 63-70.

SOUZA, L. R. de. Panorama das cooperativas de crédito no Brasil. In: *Deusto Estudios Cooperativos*, n. 17, p. 97-130, maio de 2021.

TREMBLAY, C. Advancing the social economy for sócio-economic development: international perspectives. In: *Canadian Social Economy Research Partnerships – Public Policy Papers Series*, no. 1, 2009.

UNRISD. *Social and solidarity economy for the Sustainable Development Goals: spotlight on the social economy in Seoul*. Geneva, 2018. Disponível em: [http://www.unrisd.org/unrisd/website/document.nsf/\(httpPublications\)/C271CADE934020E0C1258315004C7DDF?OpenDocument](http://www.unrisd.org/unrisd/website/document.nsf/(httpPublications)/C271CADE934020E0C1258315004C7DDF?OpenDocument)

UNTFSSSE. Social and Solidarity Economy and the Challenge of Sustainable Development. In: *A Position Paper by the United Nations Inter-Agency Task Force on Social and Solidarity Economy (TFSSE)*. Geneva: UNTFSSSE, junho de 2014. Disponível em: <https://knowledgehub.unsse.org/wp-content/uploads/2020/11/2014-EN-Social-and-Solidarity-Economy-and-the-Challenge-of-Sustainable-Development-UNTFSSSE-Position-Paper.pdf>

UNTFSSSE. Aplicar la Agenda 2030 a través de la economía social y solidaria. *Declaración de posición del Grupo de Trabajo Interinstitucional de las Naciones Unidas sobre Economía Social y Solidaria*. Geneva: UNTFSSSE, 2016. Disponível em: https://knowledgehub.unsse.org/wp-content/uploads/2019/12/ES_Final_Position_Paper_SSE_SDGs_FAO_Geneva_es.pdf

UNTFSSSE. Avanzar en la Agenda 2030 a través de la economía social y solidaria. In: UTTING, P.; VERZE, V.; XIONG, Y. (Orgs). *Documento de posición del Grupo de Trabajo Interinstitucional de las Naciones Unidas sobre Economía Social y Solidaria*. Ginebra: OIT, 2022. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---coop/documents/publication/wcms_856882.pdf

UTTING, P. *Achieving the sustainable development goals through social and solidarity economy: incremental x transformative changes*, Geneve, Knowledge Hub Working Paper. UN Task Force on SSE, 2018.

UTTING, P. Public Policy and the Social and Solidarity Economy. In: *UNTFSSSE Knowledge Hub Draft Paper Series*, junho de 2022. Disponível em: https://knowledgehub.unsse.org/wp-content/uploads/2022/05/Encyclopedia-Knowledge_Hub_44.pdf

VAINER, C. *Controle Político ou utopia experimental?*. Unitrabalho Informa, III, no. 10, Janeiro de 2000. (<http://www.unitrabalho.org.br/boletim/artigos/vainer.html>)

VÁZQUEZ BARQUERO, A. The new forces of development. *Territorial Policy and Endogenous Development*. Singapore: World Scientific, 2010.

VELLOSO, T.; MORAIS, L.; MENEZES, D. Trajetória e experiências das incubadoras tecnológicas das cooperativas populares (ITCPs) e empreendimentos solidários no contexto brasileiro In: ÁLVAREZ , J. F. ; MARCUELLO, C. (Orgs). *Experiencias Emergentes de la Economía Social*, OIBESCOOP, 2020, v.1, p. 128-155.

VIEIRA, F.M. *Coerência e aderência da economia solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul*. Universidade de São Paulo, 2005 (Tese de Doutorado).